

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

*Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos
das polícias políticas do Rio de Janeiro*

FERNANDA DE MORAES COSTA

Rio de Janeiro, junho de 2021

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos
das polícias políticas do Rio de Janeiro

FERNANDA DE MORAES COSTA

Relatório técnico para apresentação à banca do
Mestrado Profissional em Bens Culturais e
Projetos Sociais, da Fundação Getulio Vargas,
como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Moreira
Domingues da Silva

Rio de Janeiro, junho de 2021.

Costa, Fernanda de Moraes

Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro / Fernanda de Moraes Costa. – 2021.

156 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Angela Moreira Domingues da Silva.

Inclui bibliografia.

1. Perseguição política. 2. Resistência ao governo. 3. Direitos Humanos, 4. Brasil - História - 1964-1985. I. Silva, Angela Moreira Domingues da. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 320.981

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

FERNANDA DE MORAES COSTA

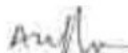
“ARQUIVOS DA REPRESSÃO, DA RESISTÊNCIA E DA REPARAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DOS ARQUIVOS
DAS POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO”.

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE(A) EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS.

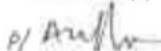
DATA DA DEFESA: 07/06/21

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

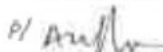
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF^º/ª ANGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA



PROF^º/ª ANGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA
ORIENTADOR(A)



PROF^º/ª JOÃO MARCUS FIGUEIREDO ASSIS
MEMBRO EXTERNO



PROF^º/ª MARIANA JOFFILY
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 07 DE JUNHO DE 2021.



PROF^º/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)



PROF^º ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

A Edna Lott, que ousou sonhar e tentar construir um país melhor para seus filhos e netos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a atuação dessas mulheres maravilhosas e incansáveis que lutaram ao longo de tantos anos: as Veras, Cecílias, Lucianas, Anas, Clarices, Lygias, Jessies, Inás, Dulces... a elas toda a minha gratidão.

Ao professor João Marcus Assis Figueiredo pela sabedoria, parceria, exemplo, confiança e estímulo para iniciar essa jornada.

À minha orientadora Angela Moreira, exemplo de pessoa e professora, sem a qual não seria possível chegar até aqui.

Aos professores da minha banca de mestrado maravilhosa (que parte já agradecei acima, faltando a professora Mariana Joffily) que me deu caminhos e me fez acreditar ser possível.

Ao professor Igor Gak, pelos textos e discussões que me permitiram olhar para os documentos de maneira diferenciada.

Aos profissionais valentes dos documentos que me ensinaram tanto e continuam ensinando: Margareth Silva, Célia Costa, Carla Freitas, Paulo Knauss, Marília Xavier, Jessica Campos, Rosângela Cunha, Ana Célia Rodrigues, Marieta de Moraes, Suely Braga (colocados aqui por “ordem de chegada” na minha vida).

Aos guerreiros (atuais e do passado) do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), em especial aos que já se foram e que jamais serão esquecidos: Francisco, “Seu Samuca”, Douglas e Mírian.

Aos “meus meninos”, os estagiários que começaram a vida profissional nas instituições arquivísticas das quais fiz parte e hoje tomaram o mundo dos arquivos: Camilla, Marcelo, Gabriel, Luiza, Pedro, Camila “Bobô” e também aos que seguiram outros rumos (se citasse os nomes aqui seriam muitas páginas) com a dedicação e o profissionalismo que todos sempre tiveram.

Aos colegas e professores queridos da UniRio e da FGV.

Aos meus amores, minha família espetacular: nós, nossos coroas, nossos irmãos de sangue e de vida, nossas crianças e nossas crianças não tão crianças assim – Quequel Dani, Mairão, Miminha, Luizão, Panchico, Nicholas, Davizinho, Clarita, Miguelitos, João, Pedrinho e as que ainda estão por vir.

À minha bússola na vida e nas leituras, meu leitor crítico informal deste e todos os meus trabalhos, Josef Kanaan.

Àquele que abriu mão de tudo e perdeu quase tudo, acreditando ser possível construir um país mais justo: meu pai.

Principalmente a ela que ao longo deste trabalho quase perdi, mas que lutou e luta bravamente para estar comigo, para estar de pé e para que eu possa conquistar o mundo, minha mama.

“Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar”.
(“Canção do Tamoio”, Antônio Gonçalves Dias).

RESUMO

MORAES COSTA, Fernanda de. **Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro**. 2021. 156f. Relatório Técnico (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, 2021.

Os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro são os conjuntos de documentos dos extintos órgãos de polícia voltados para a repressão política no Rio de Janeiro. Foram produzidos do início dos anos de 1900 à década de 1980, com o intuito de dar suporte às atividades de repressão política no Rio de Janeiro. Parte significativa desses documentos sobreviveu à transição política pós-ditadura militar, como mais um legado autoritário a ser considerado por governos democráticos incipientes. No contexto do Estado democrático foram ressignificados e passaram a ser utilizados em atividades diametralmente opostas àquelas para as quais foram criados, e se transformaram em instrumentos para a pesquisa histórica, memória, verdade, justiça, reparação e análise da nossa democracia. Pretendemos, neste trabalho, analisar a sua produção, sua descoberta pelo governo do estado, seu recolhimento à instituição arquivística, seu tratamento técnico, e, principalmente, suas possibilidades e usos a partir do conceito de “ativação” de documentos e da transmutação de sentidos, mostrando o quanto as conjunturas políticas se impuseram a esses arquivos e o quanto continuam “funcionais” administrativamente, pois são usados pelo Estado para a garantia de uma série de direitos. Pretendemos, também, analisá-los a partir do lugar que ocupam nessa grande “teia” de documentos formada por diversas categorias de arquivos que tratam de repressão política no Brasil: arquivos da repressão, arquivos da resistência, arquivos da reparação, arquivos de direitos humanos. Para fundamentar a análise e compreender a trajetória desses arquivos, em sentido mais pragmático, produzimos uma cronologia que levou em consideração duas variáveis que se complementam: (a) trajetória das polícias políticas; (b) acesso a documentos públicos no Brasil e reparação de atingidos.

Palavras-chave: Arquivos da repressão. Arquivos da Resistência. Arquivos da reparação. Arquivos de direitos humanos. Ditadura militar.

ABSTRACT

The political police files in Rio de Janeiro are documents of the extinct police divisions aimed to fight political opponents in Rio de Janeiro. They were produced since the early 1900s up to the 1980s, in order to support political repression activities in Rio de Janeiro. Most of these documents survived the post-military dictatorship political transition, as a kind of authoritarian legacy to be considered by incipient democratic governments. In the democratic state context, they were re-signified and now are for use in other activities completely different of those for which they were created, and became good sources for historical researching, memory, truth, justice, reparation and analysis of our democracy. Our intention, in this work, is to present and analyze its production, its disclosure by the state government, to store it at some proper archival institution, to do its technical treatment and, mainly, its possibilities and uses from "files activation" concept and meaning transmutation, showing how much political conjunctures have been imposed over these files and how much they are yet "Functional" administratively. Now they are used as a guarantee of several rights to be regarded by the State. It is also our intention to analyze them from the very place occupied by them at this great "web" of documents formed by several categories of files about political repression in Brazil: repression's files, resistance's organizations files, indemnification's files, human rights files. To support the analysis and the understanding of the trajectory of these archives, in a more pragmatic sense, we have produced a chronology that took into dual account variables complementary one to each other: (a) the political police actions; (b) the access to public documents in Brazil and indemnification for affected people.

Keywords: Repression files. Resistance files. Indemnification files. Human rights files. Military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AN – Arquivo Nacional

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BNM – Projeto Brasil: Nunca Mais

CENIMAR – Centro de Informação da Marinha

CEV – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

CGI – Comissão Geral de Investigações

CIDARQ – Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás

CIEx – Centro de Informação do Exército

CISA – Centro de Informação da Aeronáutica

CODI – Centros de Operação e Defesa Interna

CLAMOR – Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CSN – Conselho Nacional de Segurança

DEOPS/SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública

DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais

DOI – Destacamentos de Operação Interna

DOI-CODI – Destacamentos de Operação de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DOPS/CE – Fundo Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará

DOPS/ES – Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo

DOPS/GB – Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

DOPS/GO – Delegacia de Ordem Política e Social de Goiás
DOPS/MA – Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão
DOPS/MG – Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais
DOPS/PE – Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco
DOPS/PB – Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba
DOPS/RJ – Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro
DOPS/SE – Delegacia de Ordem Política e Social de Sergipe
DPS – Divisão de Polícia Política e Social
DSeP – Delegacia de Segurança Política
DSS – Delegacia de Segurança Social
EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas
GTNM – Grupo Tortura Nunca Mais
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDAs – Levantamento de Dados e Arquivos
MOMSP – Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OAB/RJ – Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Rio de Janeiro
OBAN – Operação Bandeirantes
OGP – *Open Government Partnership*
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PF – Polícia Federal
PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos
SIC – Serviço de Informações ao Cidadão
SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contrainformação
SNI – Serviço Nacional de Informação
SOPS – Supervisão de Ordem Política e Social
STM – Superior Tribunal Militar
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESCO-ICA – International Council of Archives at The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 Introdução	13
2 Discussão teórico-metodológica.....	18
3 Discussão sobre o Formato	21
4 Apresentação do Produto.....	21
5 Aplicação do produto	23
6 Considerações finais: transmutação de sentidos e ressignificação dos arquivos da repressão – os fundos polícias políticas do rio de janeiro	23
7 Referências bibliográficas.....	28
8 Fontes.....	34
Apêndice A– Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro	39
Introdução	39
CAPÍTULO 1 – As polícias políticas do Rio de Janeiro e seus arquivos.....	45
1.1 As polícias políticas do Rio de Janeiro – entre documentos, instituições e denominações .	45
1.2 As polícias políticas do Rio de Janeiro enquanto prática e estrutura formal: institucionalização, sucessão e conjunturas	47
1.3 As polícias políticas do Rio de Janeiro enquanto arquivos: a descoberta e o recolhimento	55
1.4 Entre a teoria e a realidade: o tratamento técnico dos arquivos das polícias políticas.....	58
1.5 Breve análise das informações contidas nos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro	69
CAPÍTULO 2 – Os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro no universo dos arquivos sobre repressão política no Brasil	73
2.1 Categorização, definição e aproximações.....	73
2.1.1 Arquivos da repressão	76
2.1.2 Arquivos da repressão no Brasil.....	82
2.1.3 Arquivos da resistência	86
2.1.4 Arquivos da reparação	92
2.1.5 Arquivos de direitos humanos	100
2.2 Uma teia de arquivos: arquivos da repressão, arquivos da resistência, arquivos da reparação e arquivos de direitos humanos.....	103
CAPÍTULO 3 - Documentos e democracia – uma análise da evolução do acesso e uso de documentos no Estado democrático.....	104
3.1 Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós – constituição de 1988 e o direito ao <i>habeas data</i>	105
3.2 Yes, nós temos arquivos – o recolhimento dos arquivos das polícias políticas	107

3.3 Ó, abre alas, que eu quero passar – o acesso aos documentos da repressão.....	112
3.4 Começar de novo e contar comigo. Vai valer a pena ter amanhecido – anistia, governo civil, constituição de 1988 e reparação: início das ativações dos arquivos da repressão na democracia.....	120
3.5 Um novo tempo, apesar do perigo – novos tempos para os documentos: Memórias Reveladas, Chamamento Público de Acervos sobre a Ditadura, Lei de Acesso à Informação e Comissão da Verdade	125
3.6 É preciso estar atento e forte – dimensões cidadania, documentos, reparação e estado democrático.....	136
Considerações finais: transmutação de sentidos e ressignificação dos arquivos da repressão – os fundos polícias políticas do rio de janeiro	141
Apêndice B – Cronologia sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, sobre o tratamento dos arquivos dos DOPS e das leis de acesso a documento público e reparação	146
Apêndice C – Esquema gráfico: órgãos de polícia política do Rio de Janeiro.....	152
Anexo A – Requerimento de Acesso à Informação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	153

1 Introdução

Os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro

Os arquivos produzidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro se constituem, atualmente, em seis fundos¹ custodiados pelo APERJ: Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS); Divisão de Polícia Política e Social (DPS); Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS/RJ); Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB); Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) e Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Desde o seu recolhimento ao APERJ, em 1992, são alguns dos arquivos mais solicitados pelos usuários e de 2012 a 2015 foram extensamente pesquisados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, instituída pela Lei Estadual nº 6.335, de 2012.

São arquivos produzidos desde o início do século XX, com a intenção de estruturar as atividades de polícia política no Rio de Janeiro. Esta modalidade policial, a política, se configurava em um tipo especial de polícia, que se encarregava exclusivamente dos então considerados crimes políticos e sociais, sendo resultado de um processo de especialização de órgãos da instituição policial. O objetivo de sua criação e manutenção era descobrir e reprimir reações políticas contrárias, que pudessem comprometer a ordem e a segurança pública (XAVIER, 1993, p. 32).

Associados a “arquivos da repressão”, posto que são documentos produzidos por alguns dos diversos órgãos de repressão política, implementados no século XX para reprimir e investigar aqueles considerados inimigos do regime, deram oficialidade e burocratizaram as atividades de perseguição a opositores políticos.

É possível, a partir da análise da trajetória desses documentos, da primeira década do século XX ao século XXI,² ver que ao longo da nossa história recente vão ser utilizados em atividades mais do que distintas, talvez até opostas. Se até o final do regime ditatorial militar foram utilizados em ações voltadas para a repressão política e social do Estado, com o processo de redemocratização do país assistimos à sua instrumentalização como suporte a ações voltadas para memória, história, investigação de violações de direitos humanos e busca por reparação.

¹ Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

² No caso, até o início de 2019, pois a partir desta data não foi mais possível acessar os dados sobre a Comissão de Anistia e sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos.

Desde o seu recolhimento³ ao APERJ, os arquivos produzidos pelos órgãos de repressão política e social do Rio de Janeiro serviram de base em ações voltadas para direitos humanos, como a busca por desaparecidos políticos, comprovação de atos de violência estatal, justiça, reparação e reconstrução tanto de histórias pessoais como da história do nosso país.⁴ Afinal, mais importante do que arranjos, instrumentos de pesquisa e palavras-chave era a busca por respostas às demandas dos sobreviventes e dos familiares de mortos e desaparecidos que se sobressaíam.

Desta forma, os documentos que durante a ditadura militar foram utilizados para perseguir, calar, violar, prender, fazer desaparecer e assassinar “inimigos” do governo militar, vão ser ressignificados com a democracia.

Além de “arquivos da repressão”, que associa estes documentos ao seu contexto de produção, ou “arquivos sensíveis”, ligando-os às informações neles registradas, classificações que podem limitar o seu potencial e o significado dos arquivos produzidos pelas polícias políticas do RJ, os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro podem também ser associados a “arquivos de direitos humanos”, ligando-os à sua utilização, o que os empodera, expande e politiza.

Mas como caracterizar “arquivos de direitos humanos”? Arquivos produzidos para atos de violência estatal podem ser classificados como tal? Documentos reunidos por vítimas, políticos, juristas e ativistas podem se unir à essa classificação?⁵

Para Michelle Caswell (2014, p. 209), “arquivos de direitos humanos” é um termo genérico, que engloba tanto documentos burocráticos criados durante os atos de repressão como documentos elaborados por ativistas de direitos humanos e advogados no momento pós violência estatal e relatos dos sobreviventes, dos familiares das vítimas ou da comunidade, e, ainda, evidências forenses como amostras de DNA e imagens de satélites.

Shana Marques Prado dos Santos (2016, p. 19) refere-se aos “arquivos de direitos humanos” como “aqueles que contribuem à efetivação, esclarecimento e memória de violações de direitos humanos”.

³ Recolhimento: “1. Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida. 2 Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 143).

⁴ O que é comprovado pela prioridade que tinham as solicitações do Grupo Tortura Nunca Mais, assim que recolhidos. Para maiores informações ver: PEDREIRA, 1993, p. 20.

⁵ Em artigo de 2017, as pesquisadoras Verena Alberti, Carolina Alves e Luciana Heymann defendem que o fundo José Gregori, que se constitui no arquivo pessoal do ex-ministro, é um “arquivo de direitos humanos”, pois a partir de seus documentos é possível pesquisar a elaboração e a implantação de políticas voltadas para direitos humanos no Brasil (ALBERTI; ALVES & HEYMANN, 2017).

Documentos, para Ketelaar (2001), não são objetos limitados a conteúdos e contextos definitivos que são dados na sua produção. Quem os utiliza não é exterior e distante a eles, que não falam por si sós. Documentos são “ativados” e é esta ativação que lhes dá significado.

Assim, pretendemos demonstrar no nosso trabalho que o que define “arquivo de direitos humanos” não são os contextos de produção, funções e atividades que o originaram, ou as informações que apresentam, mas como este pode se configurar em instrumento para a proteção de indivíduos em relação às arbitrariedades do Estado, assegurando que tenham a sua dignidade garantida. Os arquivos produzidos pela repressão, no caso deste trabalho os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, foram “ativados” pela sociedade e pelo próprio Estado para a recuperação de direitos, denúncia de violações, bem como para reflexão e análise do nosso legado autoritário.

No entanto, o que permitiu a ressignificação dos documentos produzidos por órgãos de segurança e informação de períodos de exceção e a sua utilização em ações opostas à intenção da sua produção? Defendemos que o seu uso para fins de transparência política, busca por justiça e reparação, construção de memória de grupos perseguidos ou marginalizados só é possível dentro de determinados sistemas jurídicos e regimes políticos, associados a processos democráticos. Desde a Constituição de 1988, que institui o direito ao *habeas data*, os documentos produzidos pela repressão política foram se tornando cada vez mais acessíveis à sociedade e seus usos foram sendo multiplicados. Assim, se o que define “arquivos de direitos humanos” é a sua utilização, o que orienta a sua utilização é a conjuntura política. Regimes democráticos permitem o uso de documentos, inclusive aqueles produzidos pelos órgãos de repressão, em ações voltadas para busca de direitos, enquanto estes mesmos documentos, em governos de exceção, são utilizados para ações voltadas à repressão política e à violência estatal.

Assim que recolhido ao APERJ, no início dos anos de 1990, os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro se configuraram também em arquivos de direitos humanos, como indicam os novos usos a eles dedicados desde o primeiro momento de seu tratamento técnico e as parcerias implementadas.

Desde o seu recolhimento, os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro viveram diferentes conjunturas políticas e, a medida em que se o Estado democrático de direito no Brasil se consolidava⁶, mais acessíveis e mais utilizáveis esses arquivos se tornavam.

⁶ Faremos as devidas críticas ao nosso Estado democrático de direito ao longo deste trabalho.

Arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, arquivos da ditadura e história do tempo presente

Os diversos arquivos produzidos pela repressão no Brasil refletem as atividades, funções e competências dos órgãos integrantes da comunidade de informação e segurança. Mesmo que sejam apenas parte do todo que já existiu, o atual volume e diversidade desta documentação indicam a quantidade de órgãos, ações e agentes envolvidos na repressão política. Os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, por exemplo, nos apresentam como se configurava estruturalmente e formalmente o Estado para a investigação e contenção dos chamados “crimes políticos”, bem como nos mostram as ações de um período em que o Estado não só definiu posições políticas contrárias ao regime como uma tipificação de crime, o “crime político”, como fez do seu combate uma prioridade.

Possuímos um dos maiores acervos públicos de documentos, então sigilosos e atualmente disponíveis à consulta pública, produzidos por uma ditadura militar e no Brasil a demanda pela sua abertura teve grande centralidade, sendo um aspecto decisivo do campo conhecido como “Justiça de Transição”⁷ (FICO, 2012, p. 53, 56).

Além dos arquivos produzidos pela repressão, possuímos também arquivos produzidos por ações de resistência à repressão nas suas mais variadas formas – dentre os quais os arquivos pessoais, podemos citar Angela Borba, Herbert de Souza e San Tiago Dantas; dentre órgãos/entidades instituídos para implementar atividades de reparação, temos a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro – formando uma teia de documentos sobre a ditadura no Brasil que permitem o aprofundamento de pesquisas sobre os períodos de exceção e sobre a repressão à oposição ao regime a partir de fontes diversas.

O volume expressivo de arquivos sobre a ditadura e as polêmicas em torno do seu acesso já justificariam a importância da análise destes arquivos. Padrós (2009, p. 40), afirma, por exemplo, que parte dos problemas com os quais os pesquisadores do tempo presente tiveram que lidar estava relacionada a questões como a existência ou destruição dos arquivos, bem como às dificuldades dos governos democráticos não apenas em encontrá-los, mas em torná-los acessíveis a partir de legislação menos rígida e específica para seu acesso. No entanto, a estas questões se somam uma série de outras discussões como memória política, justiça de transição,

⁷ Justiça de Transição consiste em uma “concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada por respostas legais para confrontar os crimes dos regimes repressivos anteriores” (TEITEL, 2003, p. 69). Tem como bases: o julgamento dos perpetradores, a busca pela verdade sobre crimes passados, reparação aos atingidos, reforma das instituições repressivas e reconciliação. Trataremos de Justiça de Transição mais adequadamente ao longo deste capítulo.

direitos humanos, passado traumático, democracia e reparação. Estes arquivos, mesmo tendo cada um as suas características e particularidades, se configuram em um caso paradigmático no mundo dos arquivos. São fonte para resolver disputas públicas e privadas, que estão ancoradas no presente. Sensibilizam parte significativa da sociedade que viveu o período de exceção, sejam suas vítimas ou agentes, bem como as organizações de direitos humanos e as comunidades como um todo (CATELA, 2011, p. 385).

Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2018, p. 96), houve na sociedade contemporânea o crescimento do interesse pela história recente, principalmente dos eventos traumáticos, que se tornaram objetos prioritários de pesquisa e investigação. Esta centralidade no evento traumático trouxe a oportunidade de se repensar o passado violento de diversos países, inclusive o do Brasil. Para a historiadora, o Holocausto, o Apartheid, o massacre na Bósnia, as ditaduras latino-americanas “são temas contemporâneos que têm recebido grande atenção, pois representam embates pela memória”.

Pollak afirmava, nos anos de 1980, que se produzia uma inversão de perspectivas nos estudos sobre memória política, pois se estava privilegiando a memória dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, as memórias subterrâneas, das culturas minoritárias e dominadas, que se opõem à memória oficial (POLLAK apud LIFSCHITZ & ARENA GRISALES, 2012, p. 104).

Segundo Javier Alejandro Lifschitz e Sandra Patricia Arenas Grisales (2012), nos países da América Latina, que foram palco de ditaduras militares, essas memórias então ocultas e silenciadas irromperam para a esfera pública. Surgiram novos atores, como organismos de direitos humanos, comissões da verdade, associações de familiares de vítimas, assim como novas formas de expressão dessa memória política, seja na produção editorial, nos meios de comunicação, no cinema e no teatro.

Nesse mundo novo, no qual as memórias do passado traumático quebram as barreiras do particular, do familiar, do subterrâneo, irrompem a esfera pública e questionam narrativas e posturas oficiais, surge a discussão do conceito do “dever de memória”. O dever de memória nos remete à ideia:

De que cada grupo social, em outro tempo vítima, e hoje herdeiro da dor, pode reivindicar a celebração de seus mártires e heróis, bem como o reconhecimento pelo dano sofrido e uma forma de reparação. Nesse sentido, defender o dever de memória é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento (HEYMANN, 2006, p. 7).

É indiscutível a importância da memória e da atuação daqueles que, muitas vezes sozinhos, lutaram para que as atividades implementadas pelos órgãos de repressão não fossem esquecidas e que os atingidos pelas ações das instituições do regime fossem ouvidos e, de alguma forma, reparados. É provável que sem essas discussões e sem a cobrança de parte da sociedade os documentos produzidos pelos órgãos estatais talvez não tivessem sobrevivido e muito menos estariam acessíveis.

No entanto, nos atentamos aqui aos usos distintos desses documentos, no passado recente e na atualidade, destacando as ações do Estado. Os arquivos da repressão perderam a função original para a qual foram criados, mas não perderam, de certa forma, um “uso administrativo”, pois são eles (também) que hoje integram processos de anistia, processos judiciais e dão base às atividades promovidas por diversos órgãos estatais.

A mudança do uso destes arquivos, principalmente por parte do Estado, mostra a mudança da nossa conjuntura política e a consequente associação dos arquivos da repressão à arquivos de direitos humanos.

Este trabalho também evidenciará a importância da análise e do estudo dos arquivos da repressão, sua definição, como se configuram como elementos probatórios das atividades repressivas, bem como se voltam nesse mundo de emergência de passados traumáticos e contestações e cobranças por parte da sociedade contra esse mesmo Estado.

Esta pesquisa busca, assim, reafirmar a importância da preservação e do acesso aos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, para a sua utilização em atividades ligadas às políticas públicas voltadas para o fortalecimento da democracia, para a memória e pesquisa científica, bem como para mostrar a relevância da análise do contexto político na compreensão da produção e do uso de documentos.

As reflexões elaboradas poderão auxiliar a implementação e manutenção de políticas públicas de acesso a documentos, sem os quais a busca por memória, a pesquisa histórica e as atividades para o incremento da democracia ficariam comprometidas.

2 Discussão teórico-metodológica

São chamados de “arquivos da repressão” os arquivos dos serviços de segurança do Estado dos extintos regimes repressivos (QUINTANA, 1995). Desde o início dos anos de 1990, com o levantamento dos arquivos de parte destes regimes (Brasil, Portugal, Espanha, Rússia, Alemanha, Letônia, Lituânia, Hungria, Zimbábue e África do Sul) realizado pelo Conselho Internacional de Arquivos, uma série de textos e trabalhos sobre estes arquivos foram escritos.

Ana Maria de Almeida Camargo (2009), por exemplo, afirma que os arquivos da repressão, assim como qualquer outra categoria de arquivo, não representam a verdade, mas refletem a realidade do seu produtor e das ações que os geraram que, atrelados à lógica da sua entidade produtora, são elementos probatórios das ações que o originaram. No caso, as ações de perseguição e repressão política. No mesmo sentido, Vivien Ishaq e Pablo Franco (2008) atentam para o papel estratégico dos documentos produzidos pelo governo ditatorial militar tanto para a construção da nossa história como para a defesa dos direitos humanos, afirmando que esses arquivos contêm:

[...] documentos produzidos durante interrogatórios, investigações, operações militares e policiais, sendo fontes imprescindíveis, por exemplo, para a elucidação de fatos políticos, registro de falecimentos ou de localização de corpos de desaparecidos políticos [...] (ISHAQ & FRANCO, 2008, p. 1).

Abrão e Guimarães (apud SANTOS, 2016, p. 11) sustentam que em sociedades marcadas por ditaduras e conflitos civis esses arquivos se constituem em ferramenta “para enfrentar e desconstruir legados autoritários”. Quando passamos para a análise e conceituação de “arquivos de direitos humanos” faz-se necessário esclarecer que, segundo Santos, esta não é uma categoria previamente estabelecida, mas construída:

[...] a partir de reflexões sobre o papel dos arquivos na efetivação, esclarecimento e memória de violações de direitos humanos. Compreende-se que a mera possibilidade de utilização de um material para estas finalidades é suficiente para que seja contemplado nesta categoria e, portanto, destinatário do tratamento discutido no texto (SANTOS, 2016, p. 14).

O processo de produção dos “Arquivos de Direitos Humanos” não se insere em um contexto de normas ou padrões. A teoria arquivística por si só talvez não seja capaz de defini-los e compreendê-los. Assim, a nossa pesquisa sobre “arquivos de direitos humanos” também utiliza elementos da história política para analisar a “ativação” por parte de indivíduos, comunidades e instituições dos registros que documentam o desrespeito aos direitos humanos.

Para análise e categorização dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro realizamos um estudo comparativo entre diversos conjuntos documentais relativos à ditadura no Brasil, pesquisando aproximações e fronteiras a partir de três bases: (I) revisão da literatura sobre o tema; (II) levantamento do produtor dos arquivos, em consonância com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística Nobrade; e (III) metodologia associada à gestão de

documentos: a identificação⁸. Para a categorização de documentos como “arquivos de direitos humanos” foi realizada uma pesquisa na literatura mais recente sobre o tema, analisando os limites e possibilidades dessa categorização.

Com o objetivo de analisar as competências, funções e atividades do produtor do nosso objeto de pesquisa foi realizada uma breve história administrativa dos órgãos de polícia voltados para repressão política no Rio de Janeiro, tendo por base pesquisa bibliográfica e na legislação pertinente.

Para a compreensão da construção do Estado democrático no Brasil pós-ditadura, do avanço dos direitos humanos e do acesso aos documentos públicos desde a Constituição de 1988, passamos para a parte empírica da pesquisa. Nos instrumentos de pesquisa elaborados pelo APERJ para a descrição dos fundos pertinentes a este trabalho estudamos, a partir da estrutura dos sistemas de arranjo de documentos, as áreas ou atividades que originaram os documentos produzidos. Para entender os usos destes documentos em governos democráticos pesquisamos a legislação e as ações do Estado voltadas para a elaboração de uma estrutura, no Rio de Janeiro e no Brasil, de implementação de processos de reparação dos atingidos pela repressão e para o aprofundamento do Estado democrático de direito, a partir de ações pertinentes à justiça de transição. Os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade (2014), bem como da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (2015) foram também pesquisados para compreensão da utilização da formalidade (documentos oficiais) da repressão para atividades que tentaram instituir memória, reforma institucional, verdade e reparação.

As atividades do contexto de repressão política e as atividades do contexto democrático foram comparadas resultando em uma análise da ressignificação dos documentos produzidos pelas polícias políticas do RJ, a partir dos conceitos de ativação (KETELAAR, 2001) e transmutação de sentidos dos documentos (KNAUSS, 2009).

Com relação à estrutura do trabalho, no Capítulo 1 apresentamos a história das polícias políticas do Rio de Janeiro e seus arquivos, desde o início do século XX até o seu recolhimento e tratamento técnico realizado pelo APERJ, bem como uma breve análise de seus documentos. No Capítulo 2 discutimos alguns arquivos produzidos durante a ditadura ou sobre a ditadura, a partir das categorias “arquivos da repressão”, para compreendermos este universo e o papel nele ocupado pelos fundos relativos às polícias políticas do Rio de Janeiro. O Capítulo 3 consistirá na reflexão sobre o nosso objeto de pesquisa a partir da redemocratização.

⁸ “Identificação é uma metodologia de pesquisa arquivística, uma tarefa de natureza intelectual sobre o documento de arquivo e sua ligação ao órgão produtor, que fundamenta as funções que sustentam o programa de gestão de documentos e de arquivos” (RODRIGUES, 2013, p. 64).

3 Discussão sobre o Formato

A pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado sobre arquivos da repressão e democracia a partir da trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro é apresentado em forma de análise textual e cronologia (dos órgãos de repressão política do Rio de Janeiro e da legislação pertinente ao acesso à documentos e à reparação dos atingidos pela ditadura), disponibilizados em repositório digital da FGV (bem como nos Apêndices A e B deste relatório).

O objetivo da sua disponibilização é mostrar a importância dos documentos em geral (e dos arquivos da repressão especificamente) e das mudanças trazidas pela consolidação da democracia em nosso país de forma clara e em linguagem acessível a públicos diversos, como os pesquisadores (ou interessados) pelos temas tratados na pesquisa, os atingidos direta ou indiretamente pelo regime de exceção, as entidades de direitos humanos, os profissionais que trabalham com arquivos, os agentes públicos. Tal processo de pesquisa buscou, portanto, analisar a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro e seu enquadramento nas categorias abordadas – arquivo da repressão, da resistência, de reparação e de direitos humanos –, a partir da conjuntura e da finalidade para a qual foram “ativados”.

4 Apresentação do Produto

A análise textual (Apêndice A – Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro) está estruturada da seguinte forma:

- INTRODUÇÃO – Breve apresentação dos temas tratados e do trabalho de pesquisa realizado
- CAPÍTULO 1 – As polícias políticas do Rio de Janeiro e seus arquivos
 - 1.1 As polícias políticas do Rio de Janeiro – entre documentos, instituições e denominações
 - 1.2 As polícias políticas do Rio de Janeiro enquanto prática e estrutura formal: institucionalização, sucessão e conjunturas
 - 1.3 As polícias políticas do Rio de Janeiro enquanto arquivos: a descoberta e o recolhimento

1.4 Entre a teoria e a realidade: o tratamento técnico dos arquivos das polícias políticas

1.5 Breve análise das informações contidas nos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro

- CAPÍTULO 2 – Os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro no universo dos arquivos sobre repressão política no Brasil

2.1 Categorização, definição e aproximações

2.1.1 Arquivos da repressão

2.1.2 Arquivos da repressão no Brasil

2.1.3 Arquivos da resistência

2.1.4 Arquivos da reparação

2.1.5 Arquivos de direitos humanos

2.2 Uma teia de arquivos: arquivos da repressão, arquivos da resistência, arquivos da reparação e arquivos de direitos humanos

- CAPÍTULO 3 - Documentos e democracia – uma análise da evolução do acesso e uso de documentos no Estado democrático

3.1 Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós – constituição de 1988 e o direito ao habeas data

3.2 Yes, nós temos arquivos – o recolhimento dos arquivos das polícias políticas

3.3 Ó, abre alas, que eu quero passar – o acesso aos documentos da repressão

3.4 Começar de novo e contar comigo. Vai valer a pena ter amanhecido – anistia, governo civil, constituição de 1988 e reparação

3.5 Um novo tempo, apesar do perigo – novos tempos para os documentos: Memórias Reveladas, Chamamento Público de Acervos sobre a Ditadura, Lei de Acesso à Informação e Comissão da Verdade

3.6 É preciso estar atento e forte – dimensões cidadania, documentos, reparação e estado democrático

- CONCLUSÃO: Considerações finais – transmutação de sentidos e ressignificação dos arquivos da repressão – os fundos polícias políticas do Rio de Janeiro

5 Aplicação do produto

A disponibilização do texto fruto desta pesquisa se destina a públicos diversos e tem como objetivo chegar a distintos profissionais e grupos sociais. Entre eles, destacam-se: (a) o cidadão que se interessa por história; (b) o atingido, direta ou indiretamente pelas violações cometidas por agentes estatais durante a ditadura militar, que procura compreender a sua história individual (ou familiar) associada à trajetória dos documentos da repressão; (c) as entidades voltadas para direitos humanos, como ferramenta para a compreensão da importância dos documentos para a sua atuação; (d) os profissionais que trabalham com arquivos, para que vejam esse trabalho como uma contribuição analítica de que documentos vão além de suas características diplomáticas, dos seus produtores, dos contextos de produção, considerando, também, que a preservação de documentos, o tratamento técnico que lhes é dado, a elaboração de instrumentos de pesquisa, formas de acesso e usos são definidos não só por normas e técnicas, mas pelas possibilidades e vontades políticas das conjunturas a que estão associados, sendo a sua atuação além de técnica sempre política; (e) aos agentes públicos em geral, para que se sensibilizem da importância dos documentos para a democracia e para uma relação saudável entre Estado e sociedade, bem como da urgência de políticas públicas voltadas para a preservação, guarda e acesso a documentos.

Além da análise, elaboramos duas cronologias com o intuito de relacionar: (I) a evolução administrativa dos órgãos de polícia política no Rio de Janeiro, acrescentando informações gerais sobre os arquivos das polícias políticas de outros estados e (II) a evolução das leis de acesso a informação e dos direitos à reparação.

A intenção é também mostrar aos leitores a importância da preservação e do acesso aos arquivos das polícias políticas do RJ para o fortalecimento da democracia e compreensão de parte da história política do país. Esperamos que esse produto sirva de base para futuros trabalhos pertinentes aos temas, para que os próximos pesquisadores tenham acesso a informações sistematizadas e referências na busca por fontes e dados.

6 Considerações finais: transmutação de sentidos e resignificação dos arquivos da repressão – os fundos polícias políticas do rio de janeiro

Durante os seus ciclos de vida, os documentos sofrem uma transmutação de sentido, pois “nascem correntes, sobrevivem como intermediários, e se redefinem como permanentes, entre a primeira e a última fase de sua vida eles continuam sempre sendo os mesmos suportes materiais de informação, mas o seu sentido é transformado” (KNAUSS, 2009, p. 10). Os

documentos passam da produção de um ato para recordação deste mesmo ato e os seus usos são redefinidos pelo presente. Essa transmutação de sentidos é fruto do deslocamento dos tempos, pois “é no presente que o passado se define” (Ibidem, idem).

Para Eric Ketelaar (2001), o que dá sentido aos documentos é a sua “ativação”, que podemos compreender como usos, de maneira que o mesmo documento poderia ser ativado diversas vezes para usos completamente diferentes. Partimos aqui de igual premissa: um mesmo documento pode ter diversos usos e significados, nenhum documento é preso à finalidade e sentido da sua produção. A nossa hipótese, no entanto, é que o que permite ou limita esses novos usos, quando tratamos de arquivos da repressão, é, principalmente, a conjuntura política em que estão inseridos. Um indivíduo só pode “ativar” algum documento desta categoria e utilizá-lo da forma *x* ou *y* se as leis assim o permitirem, se houver espaço político e jurídico para tal. Arquivos da repressão foram utilizados para a repressão, enquanto vivíamos sob regimes autoritários diversos. Um mesmo documento pode ter sido utilizado para diversas formas de perseguição política ao longo de décadas, sendo utilizado para a repressão política da Primeira República, depois do Estado Novo e, por fim, da ditadura militar. Foram dessa forma utilizados porque a conjuntura assim se impunha, a lógica era a “lógica da desconfiança”,⁹ desconfiança e controle da vida política e social de cidadãos.

Uma nova conjuntura, dentro de todos os limites da nossa transição para a democracia e da democracia construída, permitiu primeiro que esse mesmo documento fosse encaminhado para uma instituição, um arquivo público, com finalidades muito diferentes do seu produtor – entre outras, de informar o cidadão, permitir a pesquisa, dar subsídios para a busca por direitos – depois novas leis, órgãos e práticas foram instituindo novas lógicas, criando outras possibilidades de “ativação”:

Os documentos ganham outra razão de ser, porque a sociedade e suas instituições mudaram, substituindo velhas estruturas por outras. Os mesmos papéis ganham assim novo interesse, o que implica em novos usos (KNAUSS, 2009, p. 10).

Unindo os conceitos de ativação e transmutação de sentidos, podemos afirmar que mais do que transmutados, com a democracia houve uma inversão de sentido nos arquivos da repressão, permitindo, inclusive, que sejam associados a arquivos de direitos humanos.

A partir da análise do acesso e do uso dos arquivos da repressão, ao longo de três décadas de vigência do Estado democrático de direito, podemos mapear a sua evolução desde a Constituição de 1988, concluindo que à medida que a democracia se consolidava, mais

⁹ Termo utilizado pelo APERJ em suas primeiras publicações sobre os arquivos das polícias políticas.

acessíveis e ativáveis esses documentos se tornavam, mesmo dentro das limitações que o nosso modelo de transição política impunha.

Os documentos da repressão vão se transformando junto com a democracia, de base para ação arbitrária e perseguição dos considerados inimigos do regime, à prova desta mesma ação, em instrumento para a reparação dos atingidos e, por fim, base para repensar o próprio Estado democrático construído pós-ditadura e a democracia que gostaríamos de construir. A partir destes arquivos foi possível compreender mais profundamente a lógica e o tamanho da estrutura montada para consolidação, manutenção e ação do regime de exceção. Foi possível também mapear permanências e limites da nossa própria democracia, a que foi possível construir num país desigual, violento e cuja memória foi construída a partir de narrativas excludentes e limitadas.

No entanto, a democracia que foi possível construir norteou a utilização que fazemos destes documentos. O impedimento legal da responsabilização criminal¹⁰ dos agentes públicos que utilizaram da violência como prática não permitiu que os documentos que comprovavam a sua participação fossem utilizados para seu julgamento. Mesmo com relatos, documentos administrativos, denúncias e uma série de outros documentos e de várias tentativas legais e de recomendações das Comissões da Verdade, muitos deles continuam dando nomes a monumentos, praças, viadutos e pontes por quase todo o Brasil.

Os órgãos criados para repressão política foram desmantelados, mas o uso da violência segue como prática comum por parte de representantes do Estado democrático. Outra questão relevante é o desconhecimento e as informações desencontradas quando tratamos da abertura dos arquivos dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, que talvez pudessem dar, se não o fechamento de questões, como a responsabilidade sobre mortos e o paradeiro dos desaparecidos, pelo menos poderia fornecer alguma informação que permita a continuidade de investigações.

Quando tratamos especificamente dos usos dos arquivos dos órgãos policiais de repressão política do Rio de Janeiro, encontramos documentos produzidos desde o início do século XX até a década de 1980, sendo utilizados por seus produtores/acumuladores (ou durante a ditadura militar, como subsídio para ação dos novos órgãos de segurança e inteligência) dentro das lógicas de construção do inimigo de cada período: estrangeiros, anarquistas, comunistas,

¹⁰ Em 2010, o STF fechou a questão ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153), em que rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia (Lei nº 6683/79).

integralistas, nazistas, imprensa, partidos, estudantes, militares, políticos, partidos, movimentos sociais, entre outros.

Com o recolhimento desses arquivos ao APERJ, começamos finalmente a ver a inversão de sentidos e de usos de seus documentos partir de novas “ativações”. Logo que chegaram a esse arquivo estadual, o Grupo Tortura Nunca Mais tinha prioridade na consulta aos documentos, bem como quando foi criada uma Comissão integrada por parlamentares ligados às Comissões de Direitos Humanos e representantes da Secretaria de Justiça, APERJ e Grupo Tortura Nunca Mais com o objetivo de dar transparência ao tratamento técnico do acervo.

A partir de então as “pesquisas de *habeas data*” – pesquisas nos arquivos custodiados pelo APERJ, geralmente das polícias políticas, para levantamento de documentos produzidos sobre si (ou sobre familiar) para dar entrada em alguma ação judicial – se tornaram no APERJ um trabalho de rotina envolvendo os setores jurídico, administrativo e de pesquisa, como tratado no Capítulo 2 deste trabalho.

A partir dos documentos localizados no APERJ, havia primeiro a possibilidade de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal para o reconhecimento de direitos e vantagens interrompidos por atos punitivos, desde que fosse comprovado terem sido originados em vício grave, mas sem ainda saber ao certo que direitos e vícios graves são esses. A partir de 1995, era possível utilizar estes documentos para acionar a Comissão de Mortos e Desaparecidos e a partir dos primeiros anos do século XXI para requerer reparação, de diversos tipos, na Comissão de Anistia e na Comissão de Especial de Reparação do Rio de Janeiro (enquanto esteve ativa).

Finalmente, temos documentos produzidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro para a repressão de indivíduos respaldando atividades e concessão de direitos voltados para a reparação desse mesmo indivíduo.

Com a implementação da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV), em 2012, a exemplo da Comissão Nacional, o próprio estado tomava a frente de uma série de atividades para investigar as arbitrariedades cometidas nos períodos de exceção, dar subsídios para a reparação, mas, principalmente, para analisar seus atos e tentar aprofundar o Estado de Direito. Os documentos das polícias políticas do Rio de Janeiro se tornavam fonte para repensar o Estado e suas práticas. Uma série de documentos foi citada ou apresentada no Relatório Final da CEV-Rio, como, por exemplo: o mandado de prisão de Stuart Angel; a ficha de identificação policial de Mario Prata; o informe confidencial do 1º Exército enviado para o DOPS que solicitava o monitoramento dos bailes *black* e das equipes de som; pedido de busca emitido pelo 1º Exército para a polícia política investigar a “infiltração” em movimentos de favela;

ofício enviado do Comando do 1º Exército ao HCE, autorizando a entrada dos agentes do DOPS Eduardo Rodrigues e Jeovah Silva a interrogarem Raul Amaro; Comunicado do DOPS sobre a Chacina de Quintino (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO, 2015).

Uma questão pertinente, que demonstramos ao longo desta pesquisa, é que com os direitos voltados para a questão da reparação, instituídos desde meados da década de 1990, os documentos que integram os fundos relativos às polícias políticas do Rio de acabaram ganhando uma certa “vida administrativa”, indo além de fonte de pesquisa sobre o período dos governos de exceção, indivíduos ou temas ligados a eles. Seus documentos¹¹ continuam sendo autuados, instruídos, anexados, carimbados, datados, rubricados, lidos e tramitados por funcionários para dar respaldo mais uma vez às atividades do Estado, desta vez não para reprimir, mas, ressignificados a fim de reparar.

No entanto, vimos neste trabalho que as possibilidades destes documentos são limitadas pela legislação pertinente à justiça e à reparação. A exemplo dos demais arquivos da repressão, apesar de apresentarem dados sobre as atividades, estruturas e agentes envolvidos em tortura, morte e desaparecimento, até o momento também não puderam respaldar uma decisão voltada para a responsabilização judicial dos envolvidos.

As futuras “ativações” e transmutações de sentidos dos documentos das polícias políticas também serão determinados pela conjuntura política e pelas possibilidades instituídas por lei. Se houver uma modificação na legislação, talvez um dia possam ser usados contra os envolvidos em crimes de lesa humanidade e teremos, finalmente, o julgamento para os crimes de tortura e assassinato durante a ditadura. Ou, quem sabe, numa leitura pessimista do futuro que se avizinha (talvez realista, pois temos diversos autores que tratam com receio atuais governantes e práticas políticas), realmente estivermos vivendo uma crise da democracia e caminharmos para novos governos de exceção, esses documentos voltem a ser utilizados pelo Estado na busca e repressão de grupos sociais considerados “inimigos”. Decidimos neste trabalho estudar os usos desses documentos até o final de 2018, justamente por desconhecermos como vêm sendo ativados em uma conjuntura de desmantelamento de direitos, atividades e entidades voltados para direitos humanos e reparação.

¹¹ Suas fotocópias.

7 Referências bibliográficas

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. “Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira”. In: **Revista de Direito Brasileira**, v. 3, n. 2, 2012, p. 357-379. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/2668>. Acesso em: 11 maio 2021.

AUAD FILHO, Jorge Romcy. “Habeas data: instrumento constitucional em defesa da cidadania”. In: **Jus Navigandi**, maio 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/14810/habeas-data-instrumento-constitucional-em-defesa-da-cidadania#ixzz3BwGHRQLw>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALBERTI, Verena; ALVES, Carolina; Heyman, Luciana. “Impossível paraíso? Um arquivo marcado pela temática dos Direitos Humanos”. In: **Revista do Arquivo**, Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, ano II, n. 5, out. 2017, p. 91-100. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/pdf/ALBERTI_V_et_al_-_Impossivel_Paraiso__Um_Arquivo_Marcado_pela_Tematica_dos_Direitos_Humanos.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

ANTUNES, Jaime. “O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): memórias reveladas”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul./dez. 2011, p. 13-28.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. “A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão”. In: **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2008, p. 1-16. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135>. Acesso em: 11 maio 2021.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **Grupo Tortura Nunca Mais: trajetória e consciência**, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/encontros/papers/20-encontro-anual-da-anpocs/gt-19/gt03-5/5341-luizcbazilio-grupo-tortura/file>. Acesso em 20 ag. 2020.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Ângela. **A sala de detidos: atuação e ascensão da polícia política da capital federal do Brasil, 1920-1937**. 2011. 218f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9285/Tese_Ângela%20Britto_09_11_2011_com_assinaturas.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 maio 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “Os arquivos da polícia política como fonte”. In: **Registro**, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002, p. 5-11.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “Os arquivos e o acesso à verdade”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 424-443.

CAMPANHOLO, Bárbara Geromel. **Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982)**. 2019. 248f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2321.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CATELA, Ludmila da Silva. “El mundo de los archivos”. In: **Justicia transicional: manual para América Latina**. Brasília/Nova Iorque: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça/Centro Internacional para a Justiça Transicional, 2011, p. 381-403. Disponível em: <https://www.ictj.org/sites/default/files/Justicia%20Transicional%20-%20Manual%20versión%20final%20al%2006-06-12.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CASWELL, Michelle. “Defining human rights archives: introduction to the special double issue on archives and human rights”. In: **Archival Science**, n. 14, September 2014, p. 207-213. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-014-9226-0>. Acesso em: 11 maio 2021.

COIMBRA, Cecília. “Tortura: nunca mais” [Entrevista de Cecília Coimbra concedida a Ângela de Castro Gomes e Virgínia Fontes em 30 de abril de 1996]. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 166-183. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/entrevistas/entres1-1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **E-Arq Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CRUZ, Heloisa de Faria. “CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990)”. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

ELIAS, Aluf Alba; RODRIGUES, Georgete Medleg. “Silêncios e formas da verdade: a historicidade das práticas arquivísticas e arquivos do regime militar”. In: **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 10, n. 1, 2019, p. 25-43. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/138169>. Acesso em: 11 maio 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil”. In: **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 80-108. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>. Acesso em: 11 maio 2021.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro”. In: **Varia história**, v. 28, n. 47, jan./jun. 2012, p. 43-59. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

FIGUEIREDO, Mirian Beatriz Collares. “O acervo do DOPS – um projeto de tratamento documental”. In: **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). DOPS: A lógica da Desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993, p. 14-17.

FREIRE, Américo. “Ensaio democráticos no Brasil Contemporâneo: notas historiográficas”. In: **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 45, 2014, p. 439-455. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35429/1/RPH45_artigo21.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

GERACI, Noah; CASWELL, Michelle. “Developing a Typology of Human Rights Records”. In: **Journal of Contemporary Archival Studies**, v. 3, n. 1, 2016, p. 1-24. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol3/iss1/1/>. Acesso em: 11 maio 2021.

GOMES, Michele de Almeida; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. “Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas”. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./jun. 2011, p. 31-48. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/62268>. Acesso em: 11 maio 2021.

GONÇALVES DIAS, Antônio. **Canção do Tamoio**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=200085. Acesso em: 13 maio 2021.

GREEN, James N. “A proteção da privacidade com a abertura plena dos arquivos”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011, p. 205-216.

GROPPO, Bruno. “Os arquivos das associações de defesa dos direitos humanos no Chile e na Argentina”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./jun. 2014, p. 17-32. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/458>. Acesso em: 11 maio 2021.

GUEDES DA GRAÇA, Luís Felipe. “Produção Legislativa no primeiro governo Brizola (1983-1987)”. In: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 3, 2013, p. 162-185. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9345>. Acesso em: 11 maio 2021.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O devoir de mémoire na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6732>. Acesso em: 11 maio 2021.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. “Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional” In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul./dez. 2008, p. 29-42. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/293/293>. Acesso em: 11 maio 2021.

JARDIM, José Maria. “A implantação da Lei de Acesso à Informação pública e a gestão da informação arquivística governamental” [Access to Public Information Act: implementation and the management of government archival information]. In: **LiINC em Revista**, v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3495>. Acesso em: 18 maio 2021.

JELIN, Elizabeth. “Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión”. In: JELIN, Elizabeth; CATELA, Ludmila da Silva (orgs.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 1-12.

JOFFILY, Mariana Rangel. “Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira”. In: **Estudos Históricos**, v. 25, n. 49, jan./jun. 2012, p. 129-148. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/3766>. Acesso em: 11 maio 2021.

JOFFILY, Mariana Rangel. “A ‘verdade’ sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos”. In: **Dimensões**, n. 32, 2014, p. 2-28.

KAHAN, Emmanuel Nicolás. “¿Qué represión, qué memoria? El “archivo de la represión” de la DIPBA: problemas y perspectivas”. In: **Question**, v. 1, n. 16, 2007. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.11175/pr.11175.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

KETELAAR, Eric. “Tacit narratives: the meanings of archives”. In: **Archival Science**, v. 1, n. 2, 2001, p. 131-141. Disponível em: https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/41812/10502_2004_Article_359685.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

KNACK, Diego. **Um tribunal de exceção na ditadura: as investigações do sistema CGI e o combate à corrupção**. 2019. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

KNAUSS, Paulo. “Usos do passado, arquivos e universidade”. In: **Cadernos de Pesquisa CDHIS**, v. 22, n. 40, 2009, p. 9-16. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 17 maio 2021.

KUSHNIR, Beatriz. “Decifrando as astúcias do mal”. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLII, n. 1, 2006, p. 40-52. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Decifrando_as_astucias_do_mal.PDF. Acesso em: 11 maio 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro; ARENAS GRISALES, Sandra Patricia. “Political Memory and Cultural Artefacts (Memoria política y artefactos culturales)”. In: **Estudios Políticos**, v. 40, n. 1, 2012, p. 98-119. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/espo/n40/n40a05.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

MARTINS, Paula Ligia. “Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./jun. 2012, p. 233-244. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/43568>. Acesso em: 11 maio 2021.

MBEMBE, Achille. "The Power of the Archive and its Limits". In: HAMILTON, Carolyn; HARRIS, Verne; TAYLOR, Jane; PICKOVER, Michele; REID, Graeme; SALEH, Razia (orgs.). **Refiguring the archive**. Dordrecht: Springer Science+Business Media, 2013, p. 19-26.

MENDONÇA, Eliane Rezende Furtado de. "Documentação da polícia política do Rio de Janeiro". In: **Revista Estudos Históricos**, v. 12, n. 22, 1998, p. 379-388. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2074>. Acesso em: 11 maio 2021.

MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

MEZAROBBA, Glenda. "Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil". In: **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 7, n. 13, dez. 2010, p. 7-25. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16028855.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

MORAES COSTA, Fernanda de; SILVA, Elaine Alves da. "Pelo buraco da fechadura: um olhar sobre os arquivos que integram o banco de dados do Memórias Reveladas". In: **Pesquisa Arquivística**, Escola de Arquivologia da UNIRIO, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/pesquisaemarquivistica/publicacoes>. Acesso em: 11 maio 2021.

MOREIRA, Angela. "O 'Poder Desarmado': a atuação do Superior Tribunal Militar após o golpe civil-militar (1964-1985)". In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, São Paulo, jul. 2011, p. 1-13. Disponível: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300885116_ARQUIVO_Angela_Moreira.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "O ofício das sombras". In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 42, n. 1, 2006, p. 52-70. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.PDF. Acesso em: 11 maio 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. "História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos". In: **Tempo & Argumento**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 30-45. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130370010.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. "Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça?". In: **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, 2012, p. 65-84. Disponível: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3262/1939>. Acesso em: 11 maio 2021.

PEDREIRA, Waldecy Chatarina Magalhães. "Recolhimento do acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro". In: **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p. 18-21.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. "Algumas reflexões sobre os arquivos policiais a partir de uma trajetória de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro". In: **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, p. 1-17. Disponível: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874922_44ed845ecc2ca9c7933d61d6cbe641bf.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

PEREIRA, Marcia Guerra; REZNIK, Luís. “De Polícia Federal a Departamento Estadual: o DOPS evolução administrativa – 1955 a 1983”. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p. 42-45.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. **Los Archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos**. Texto resumido por Antonio González Quintana del aprobado por el Grupo de Expertos establecido por la UNESCO y el Consejo Internacional de archivos, 1995.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. **Actualización y ampliación del Informe elaborado para unesco y consejo internacional de archivos (1995) sobre gestión de los archivos de los servicios de seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos**. Paris: UNESCO/ICA, 2009. Disponível em: <http://www.ica.org/6458/resources/the-management-of-the>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RODRIGUES, Ana Célia. “Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira”. In: **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013, p. 64-80. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395>. Acesso em: 11 maio 2021.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SILVA, Lúcia Margarida Alheiro da. “Os arquivos da repressão: o papel da revista ‘Quadrilátero’ na divulgação desses acervos”. In: **Dimensões**, n. 12, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2366>. Acesso em: 11 maio 2021.

SANTOS, Shana Marques Prado dos. **Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62386>. Acesso em: 11 maio 2021.

SODRÉ, Caroline Almeida. **Descrição, acesso e difusão dos acervos das DOPS no Brasil**. 2016. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20708>. Acesso em: 11 maio 2021.

SOMBRA, Luiz Henrique. “Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência?”. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p. 37-41.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Do exercício de atividades antidemocráticas à luta pela cidadania plena”. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003, p. 1-6. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/24-snh22?start=440>. Acesso em: 11 maio 2021.

STAMPA, Inez Terezinha; SÁ NETTO; Rodrigo de. **Arquivos da repressão e da resistência: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013. Disponível em: http://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/arquivo_e_memoria/Arquivos%20da%20repressao%20e%20da%20resistencia.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

TEITEL, Ruti G. “Transitional Justice Genealogy”. In: **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, 2003, p. 69-94. Disponível em: <https://www.qub.ac.uk/Research/GRI/mitchell-institute/FileStore/Fileupload,757186,en.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir Pinheiro. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.

VAN ZYL, Paul. “Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito”. In: **Revista Anistia – política e justiça de transição**, Brasília, v. 1, jan./jun. 2009, p. 32-55.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes. “A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados”. **Arquivo & Administração**, v. 2, n. 10/14, 1986, p. 62-76. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21184>. Acesso em: 11 maio 2021.

XAVIER, Marília. “Antecedentes institucionais de polícia política”. In: **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: APERJ, 1993, p. 32-36.

WEFFORT, Francisco. **Novas democracias: Que democracias?** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 27, p. 05-30, 1992.

8 Fontes

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). “Dibraq – Fundo/Coleção 1M – Comissão Geral de Investigações”, 1981. Disponível em: dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-1981. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Classificação, temporalidade e destinação de arquivos de documentos de arquivo relativo às atividades-meio do Executivo federal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). “Memórias em Rede”, sem data. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/memorias-em-rede>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Procedimentos preliminares para a elaboração de código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo: atividades-fim**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, sem data. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/codigo-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo/procedimentos_preliminares_elaboracao_ccd_tdd_atividades_fim_an.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). **Os arquivos das polícias políticas:** reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). **Contradita.** A polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964. Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). **Manual de gestão de protocolo.** Rio de Janeiro: APERJ, 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). Base de dados: **Descrição Arquivística.** 2019. Disponível em: <http://200.222.27.136/>. Acesso em 20 abr. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. “Lei nº 13.202, de 10 de janeiro de 2002”. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidadania/item/3421-lei-n-13-202-de-10-01-02-d-o-23-01-02>. Acesso em: 11 maio 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Lei nº 3.744, de 21 de dezembro de 2001”. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/a75b21fb19bb64af03256b35005c3af8?OpenDocument>. Acesso em: 11 maio 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Lei nº 10.726, de 08 de janeiro de 2001”. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10726-08.01.2001.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 3.640, de 14 de abril de 1900”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3640-14-abril-1900-504589-publicacaooriginal-109093-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14969-3-setembro-1921-498564-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15848-20-novembro-1922-508065-republicacao-92377-pe.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22332-10-janeiro-1933-501608-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto nº 17.905, de 27 de fevereiro de 1945”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-17905-27-fevereiro-1945-479821-norma-pe.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). “Decreto-lei nº 6.378, de 28 de março de 1944”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6378-28-marco-1944-389489-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 maio 2021.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. **Relatório da Comissão da Verdade do Rio.** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em:

http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/Rio/CEV-Rio-Relatorio-Final.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 11 maio 2021.

COMISSÃO NACIONAL DE VERDADE (Brasil). “Operação Condor”, sem data. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

“De volta às sombras: Coronel Jacarandá é exonerado do cargo”. In: **ISTOÉ**, São Paulo, 24 abr. 1985. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R07277.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

Fundo POL – Polícias Políticas do Rio de Janeiro. In: **APERJ**, sem data. Disponível em: 200.222.27.136/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro. Acesso em: 14 maio 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Decreto nº 31.995, de 10 de outubro de 2002”. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/147924/decreto-31995-02>. Acesso em: 18 maio 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Decreto nº 43.897, de 16 de outubro de 2012”. Disponível em: http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_43_897_-_161012_-_apro.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Decreto nº 44.131, de 21 de março de 2013”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/52312891/doerj-poder-executivo-22-03-2013-pg-2>. Acesso em: 18 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4483.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2134.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.875.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto nº 5.301, de 09 de dezembro de 2004”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5301.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 18 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 18 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

PROJETO BRASIL DOC (Projeto República UFMG). “2. Órgãos de informação e repressão da ditadura – Heloísa Starling”. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REPARAR. In: **Dicionário Brasileira da Língua Portuguesa – Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/reparar/>. Acesso em: 16 maio 2021.

SENADO FEDERAL (Brasil). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. “Resolução SC-38, de 27 de dezembro de 1994”. Disponível em: http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/eesseers/2018/10/2018.12-Caderno-UM-LabCult-4-Legislação-Resoluções_final.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

Apêndice A– Arquivos da repressão, da resistência e da reparação: reflexões sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro

Introdução

Meu primeiro contato com os arquivos DOPS RJ – que trataremos neste trabalho sempre como polícias políticas do Rio de Janeiro, respeitando a nomenclatura estabelecida pelo APERJ – se deu quando comecei a estagiar nessa instituição, em 2001. Primeiro me chamou a atenção a sua diversidade, os temas, ações e indivíduos presentes em suas páginas. Depois – como a minha sala ficava em frente ao setor que atendia aos cidadãos em busca de informações sobre si ou familiares na busca por reparação –, muitas vezes passei a acompanhar, de certa forma, alguns dos indivíduos que ali vinham em busca de si ou dos seus. Nunca me esqueci do senhor que gritava com raiva pelos corredores do APERJ, com os olhos cheios d’água, a sua revolta por não terem encontrado nenhum documento pertinente à sua prisão e tortura, como se o Estado o estivesse violando novamente. Sentei-me ao seu lado e expliquei que documentos eram aqueles que custodiávamos no APERJ desde os anos de 1990, a produção destes documentos, suas condições de guarda antes da chegada ao APERJ, como chegaram na instituição, como foram organizados. Que certas “atividades” não estavam presentes nos documentos e que estes eram apenas parte de um todo, que devia ter sido bem maior. E que, principalmente, não ter registros públicos em papel não lhe tirava, nem diminuía a sua história. O que eu ainda não compreendia é que sem ter localizado um documento do Estado que provasse ao menos que ele foi investigado ou que esteve sob sua custódia, provavelmente seria muito difícil conseguir algum tipo de reparação pela violência que havia sofrido.

Assim, este trabalho é uma forma de resposta a todos os que estão ou que deveriam estar presentes nestes arquivos, bem como uma reflexão sobre a trajetória, a importância e os usos destes conjuntos documentais. Desejamos que, a partir do que escrevemos, seja possível compreender a história destes arquivos e que representam parte da vida – geralmente os piores momentos – de milhares de cidadãos ao longo de décadas de repressão política e autoritarismo. É também uma forma de mostrar a importância da democracia e como esta é capaz de transformar até mesmo documentos produzidos para calar, perseguir, prender e violar.

A intenção do nosso trabalho não é questionar definições já estabelecidas, nem criar uma teoria arquivística, é apenas um exercício de compreensão dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro – sua produção, recolhimento¹², tratamento e usos – a partir da sua

¹² Recolhimento: “1. Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida. 2 Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 143).

comparação com outros arquivos sobre a ditadura, da sua associação a arquivos de direitos humanos e da sua importância para a sociedade, para o Estado e para a democracia.

A elaboração deste trabalho se deu em um momento muito difícil para o nosso país, durante a pandemia de COVID-19 que, até o momento, já levou mais de 400.000 brasileiros, inclusive parte daqueles que conseguiram sobreviver à tortura, à prisão e ao exílio no período da ditadura militar (1964-1985). Parte do que se planejou como objetivos originais e estratégia metodológica – pesquisa em jornais da época, consulta a documentos e instrumentos de pesquisa, realização de entrevistas – se tornou quase impossível nesse contexto de isolamento social. Instituições fechadas ao público e portais de governo com poucas informações nos limitou, muitas vezes, ao que estava disponível na internet para consulta. Sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995, e a Comissão de Anistia, instituída em 2001, por exemplo, pouco ou nada encontramos atualmente disponível nas páginas oficiais do ponto de vista do arquivo e da produção documental desses órgãos. Então, nossas informações sobre requerimentos e respostas são de uma época em que estas instituições tinham seus dados, ações e números apresentados em seus portais, entre o final de 2018 e o início de 2019.

Nosso objeto de pesquisa, os arquivos produzidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro, se constituem, atualmente, em seis fundos¹³ custodiados pelo APERJ: Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS); Divisão de Polícia Política e Social (DPS); Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS/RJ); Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB); Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) e Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Desde o seu recolhimento ao APERJ, em 1992, são alguns dos arquivos mais solicitados pelos usuários e de 2012 a 2015 foram extensamente pesquisados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, instituída pela Lei Estadual nº 6.335, de 2012.

São arquivos produzidos desde o início do século XX, com a intenção de estruturar as atividades de polícia política no Rio de Janeiro. Esta modalidade policial, a política, se configurava em um tipo especial de polícia, que se encarregava exclusivamente dos então considerados crimes políticos e sociais, sendo resultado de um processo de especialização de órgãos da instituição policial. O objetivo de sua criação e manutenção era descobrir e reprimir

¹³ Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

reações políticas contrárias, que pudessem comprometer a ordem e a segurança pública (XAVIER, 1993, p. 32).

São parte do universo de arquivos produzidos pela repressão no Brasil, que refletem as atividades, funções e competências dos órgãos integrantes da comunidade de informação e segurança. Apresentam como se configurava estruturalmente e formalmente o Estado para a investigação e contenção dos chamados “crimes políticos”, bem como nos mostram as ações de um período em que o Estado não só definiu posições políticas contrárias ao regime como uma tipificação de crime, o “crime político”, como fez do seu combate uma prioridade.

Além dos arquivos produzidos pela repressão, possuímos também arquivos produzidos por ações de resistência à repressão nas suas mais variadas formas – dentre os quais podemos citar Angela Borba, Herbert de Souza e San Tiago Dantas – e os produzidos pelas ações de reparação do Estado – dentre órgãos/entidades instituídos para implementar atividades de reparação, temos a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro – formando uma teia de documentos sobre a ditadura no Brasil que permitem o aprofundamento de pesquisas sobre os períodos de exceção e sobre a repressão à oposição ao regime a partir de fontes diversas.

O volume expressivo de arquivos sobre a ditadura e as polêmicas em torno do seu acesso já justificariam a importância da análise destes arquivos. Padrós (2009, p. 40), afirma, por exemplo, que parte dos problemas com os quais os pesquisadores do tempo presente tiveram que lidar estava relacionada a questões como a existência ou destruição dos arquivos, bem como às dificuldades dos governos democráticos não apenas em encontrá-los, mas em torná-los acessíveis a partir de legislação menos rígida e específica para seu acesso. No entanto, a estas questões se somam uma série de outras discussões como memória política, justiça de transição¹⁴, direitos humanos, passado traumático, democracia e reparação. Estes arquivos, mesmo tendo cada um as suas características e particularidades, se configuram em um caso paradigmático no mundo dos arquivos. São fonte para resolver disputas públicas e privadas, que estão ancoradas no presente. Sensibilizam parte significativa da sociedade que viveu o período de exceção, sejam suas vítimas ou agentes, bem como as organizações de direitos humanos e as comunidades como um todo (CATELA, 2011, p. 385).

¹⁴ Justiça de Transição consiste em uma “concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada por respostas legais para confrontar os crimes dos regimes repressivos anteriores” (TEITEL, 2003, p. 69). Tem como bases: o julgamento dos perpetradores, a busca pela verdade sobre crimes passados, reparação aos atingidos, reforma das instituições repressivas e reconciliação.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2018, p. 96), houve na sociedade contemporânea o crescimento do interesse pela história recente, principalmente dos eventos traumáticos, que se tornaram objetos prioritários de pesquisa e investigação. Esta centralidade no evento traumático trouxe a oportunidade de se repensar o passado violento de diversos países, inclusive o do Brasil. Para a historiadora, o Holocausto, o Apartheid, o massacre na Bósnia, as ditaduras latino-americanas “são temas contemporâneos que têm recebido grande atenção, pois representam embates pela memória”.

Pollak afirmava, nos anos de 1980, que se produzia uma inversão de perspectivas nos estudos sobre memória política, pois se estava privilegiando a memória dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, as memórias subterrâneas, das culturas minoritárias e dominadas, que se opõem à memória oficial (POLLAK apud LIFSCHITZ & ARENA GRISALES, 2012, p. 104).

Segundo Javier Alejandro Lifschitz e Sandra Patricia Arenas Grisales (2012), nos países da América Latina, que foram palco de ditaduras militares, essas memórias então ocultas e silenciadas irromperam para a esfera pública. Surgiram novos atores, como organismos de direitos humanos, comissões da verdade, associações de familiares de vítimas, assim como novas formas de expressão dessa memória política, seja na produção editorial, nos meios de comunicação, no cinema e no teatro.

Nesse mundo novo, no qual as memórias do passado traumático quebram as barreiras do particular, do familiar, do subterrâneo, irrompem a esfera pública e questionam narrativas e posturas oficiais, surge a discussão do conceito do “dever de memória”. O dever de memória nos remete à ideia:

De que cada grupo social, em outro tempo vítima, e hoje herdeiro da dor, pode reivindicar a celebração de seus mártires e heróis, bem como o reconhecimento pelo dano sofrido e uma forma de reparação. Nesse sentido, defender o dever de memória é afirmar a obrigação que tem um país de reconhecer o sofrimento vivido por certas categorias da população, sobretudo na medida em que o Estado tem responsabilidade nesse sofrimento (HEYMANN, 2006, p. 7).

É indiscutível a importância da memória e da atuação daqueles que, muitas vezes sozinhos, lutaram para que as atividades implementadas pelos órgãos de repressão não fossem esquecidas e que os atingidos pelas ações das instituições do regime fossem ouvidos e, de alguma forma, reparados. É provável que sem essas discussões e sem a cobrança de parte da sociedade os documentos produzidos pelos órgãos estatais talvez não tivessem sobrevivido e muito menos estariam acessíveis.

No entanto, nos atentaremos aqui aos usos distintos desses documentos a partir do conceito de “ativação” de documentos, defendidos por Eric Ketelaar (2001) e Michelle Caswell (2014) e da transmutação de sentidos (Knauss, 2009) no passado recente e na atualidade, destacando as ações do Estado. Os arquivos da repressão perderam a função original para a qual foram criados, mas não perderam, de certa forma, um “uso administrativo”, pois são eles (também) que hoje integram processos de anistia, processos judiciais e dão base às atividades promovidas por diversos órgãos estatais.

Este trabalho também evidenciará a importância da análise e do estudo dos arquivos da repressão, especificamente os das polícias políticas do Rio de Janeiro, sua definição, como se configuram como elementos probatórios das atividades repressivas, bem como se voltam nesse mundo de emergência de passados traumáticos e contestações e cobranças por parte da sociedade contra esse mesmo Estado.

A mudança do uso destes arquivos, principalmente por parte do Estado, mostra a mudança da nossa conjuntura política e a consequente associação dos arquivos da repressão à arquivos de direitos humanos. Como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho, o processo de produção dos “Arquivos de Direitos Humanos” não se insere em um contexto de normas ou padrões. A teoria arquivística por si só talvez não seja capaz de defini-los e compreendê-los. Assim, a nossa pesquisa sobre “arquivos de direitos humanos” também utiliza elementos da história política para analisar a “ativação” por parte de indivíduos, comunidades e instituições dos registros que documentam o desrespeito aos direitos humanos.

Para análise e categorização dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro realizamos um estudo comparativo entre diversos conjuntos documentais relativos à ditadura no Brasil, pesquisando aproximações e fronteiras a partir de três bases: (I) revisão da literatura sobre o tema; (II) levantamento do produtor dos arquivos, em consonância com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística Nobrade; e (III) metodologia associada à gestão de documentos: a identificação¹⁵. Para a categorização de documentos como “arquivos de direitos humanos” foi realizada uma pesquisa na literatura mais recente sobre o tema, analisando os limites e possibilidades dessa categorização.

Com o objetivo de analisar as competências, funções e atividades do produtor do nosso objeto de pesquisa foi realizada uma breve história administrativa dos órgãos de polícia

¹⁵ “Identificação é uma metodologia de pesquisa arquivística, uma tarefa de natureza intelectual sobre o documento de arquivo e sua ligação ao órgão produtor, que fundamenta as funções que sustentam o programa de gestão de documentos e de arquivos” (RODRIGUES, 2013, p. 64).

voltados para repressão política no Rio de Janeiro, tendo por base pesquisa bibliográfica e na legislação pertinente.

Para a compreensão da construção do Estado democrático no Brasil pós-ditadura, do avanço dos direitos humanos e do acesso aos documentos públicos desde a Constituição de 1988, passamos para a parte empírica da pesquisa. Nos instrumentos de pesquisa elaborados pelo APERJ para a descrição dos fundos pertinentes a este trabalho estudamos, a partir da estrutura dos sistemas de arranjo de documentos, as áreas ou atividades que originaram os documentos produzidos. Para entender os usos destes documentos em governos democráticos pesquisamos a legislação e as ações do Estado voltadas para a elaboração de uma estrutura, no Rio de Janeiro e no Brasil, de implementação de processos de reparação dos atingidos pela repressão e para o aprofundamento do Estado democrático de direito, a partir de ações pertinentes à justiça de transição. Os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade (2014), bem como da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (2015) foram também pesquisados para compreensão da utilização da formalidade (documentos oficiais) da repressão para atividades que tentaram instituir memória, reforma institucional, verdade e reparação.

As atividades do contexto de repressão política e as atividades do contexto democrático foram comparadas resultando em uma análise da ressignificação dos documentos produzidos pelas polícias políticas do RJ, a partir dos conceitos de ativação e transmutação de sentidos dos documentos.

Com relação à estrutura do trabalho, no Capítulo 1 apresentamos a história dos órgãos de polícia com competência de repressão política no Rio de Janeiro e seus arquivos, desde o início do século XX até o seu recolhimento e tratamento técnico realizado pelo APERJ, bem como uma breve análise de seus documentos. No Capítulo 2 discutimos alguns arquivos produzidos pela ditadura ou sobre a ditadura, a partir das categorias “arquivos da repressão”, “arquivos da resistência”, “arquivos da reparação” e “arquivos de direitos humanos” para compreendermos este universo e o papel nele ocupado pelos fundos relativos às polícias políticas do Rio de Janeiro. O Capítulo 3 consistirá na reflexão sobre o nosso objeto de pesquisa a partir da redemocratização.

CAPÍTULO 1 – As polícias políticas do Rio de Janeiro e seus arquivos

No Capítulo I apresentaremos primeiramente uma breve história administrativa dos diversos órgãos de polícia do Rio de Janeiro instituídos – desde o início do século XX à década de 1980 – para a repressão política, com o objetivo de analisar suas competências, funções e atividades, que se refletem na produção de documentos e no seu valor primário¹⁶.

Trataremos, em seguida, da descoberta, recolhimento e tratamento técnico de seus arquivos, com o intuito de compreender como eram antes do recolhimento e como estão hoje organizados e descritos nos instrumentos de pesquisa implementados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, faremos uma breve análise do conteúdo desses arquivos buscando compreender que tipo de informações podem conter, o que nos apresentam sobre os “investigados” e sobre o trabalho da própria polícia.

1.1 As polícias políticas do Rio de Janeiro – entre documentos, instituições e denominações

Os arquivos¹⁷ dos extintos órgãos de polícia voltados para a repressão política nos estados têm, geralmente, como título o nome do seu órgão produtor. Os documentos produzidos pela repressão, pertinentes à esfera estadual e que sobreviveram ao fim do regime militar, se encontram reunidos em um só fundo (um para cada estado da federação) sob uma profusão de títulos DOPS/DEOPS, associados à sigla do estado pertinente. O Arquivo do Estado de São Paulo, por exemplo, custodia o Fundo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP); o Arquivo Público Mineiro, o Fundo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG); o Arquivo Público do Estado do Ceará, o Fundo Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará (DOPS/CE). Essa é a lógica que encontramos ao pesquisar os documentos dessas delegacias e departamentos: os estados têm em suas instituições arquivísticas esses documentos reunidos em um único fundo, cuja denominação remete ao órgão que o produziu.¹⁸

¹⁶ “Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171).

¹⁷ A utilização dos termos “arquivos” e “documentos” está norteadada pela teoria arquivística e não pelas infinitas possibilidades de instituição do status de “documento” pela pesquisa histórica. Por arquivo entendemos o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005) e por documento entendemos “documento arquivístico”, uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

¹⁸ No caso do Rio Grande do Sul, o fundo que os reúne é intitulado Secretaria de Segurança Pública, órgão ao qual o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-RS) era subordinado.

Essa lógica, no entanto, não se estende ao caso dos arquivos da repressão do estado do Rio de Janeiro. Nos instrumentos de pesquisa do APERJ encontramos seis fundos relativos à repressão política no estado, sob uma profusão de siglas e nomes: Delegacia Especial de Segurança Pública e Social (DESPS); Divisão de Polícia Política e Social (DPS); Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB); Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS-RJ); Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE); e Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Muitas vezes, essa profusão de siglas pode confundir mais do que facilitar a compreensão desses documentos e da operação da repressão política no estado.

A estruturação da lógica para a divisão da documentação em tantos fundos, siglas e do uso do termo “polícias políticas” para designar um fundo específico pode ser encontrada na pesquisa e no tratamento técnico dos documentos realizados pelo APERJ – preliminarmente apresentados nas publicações do próprio APERJ na primeira metade dos anos de 1990 –, assim como na história administrativa do Rio de Janeiro e, consequentemente, de seus órgãos de repressão política.

Nas “vicissitudes” administrativas do Rio de Janeiro foram criados cinco órgãos de polícia voltados formalmente para a repressão política: a Delegacia Especial de Segurança Pública (DESPS), a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), o Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS-GB), Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS-RJ) e, por fim, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Os dois primeiros, DESPS e DPS, foram órgãos federais atuantes na então capital da República, os dois seguintes, DOPS-GB e DOPS-RJ, estavam associados ao período da existência do estado da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro. Já o DGIE foi criado com a fusão destes estados, ocorrida em 1975. Conforme as mudanças administrativas no Rio de Janeiro, esses órgãos iam se substituindo, o mesmo ato extinguiu o anterior e instituía um novo. Os únicos órgãos que coexistiram foram o DOPS-GB e o DOPS-RJ.

O termo “polícia política”, utilizado desde o início das pesquisas e do tratamento técnico dos documentos realizados pelo APERJ para designar uma atividade específica da polícia do Rio de Janeiro, é um termo utilizado pela própria administração pública no Rio de Janeiro ao longo do século XX, tanto na legislação pertinente, como nos próprios relatórios de polícia. Sob essa terminologia, atualmente, o APERJ reúne no plural – “polícias políticas” – todos os órgãos de polícia política do Rio de Janeiro, independente de época, denominação ou subordinação.

Os órgãos de polícia política do Rio de Janeiro receberam diversos nomes entre as décadas de 1930 e de 1980, bem como ganharam e perderam atribuições ao longo de sua existência. Por isso, o termo “polícias políticas”, no plural, é utilizado pelo APERJ para tratar dos órgãos e documentos pertinentes à repressão política por parte de órgãos de polícia no Rio de Janeiro. No entanto, independente do nome ou das atribuições, a finalidade destes órgãos se mantinha: a repressão política dos opositores do Estado, que variaram ao sabor das conjunturas.

Outra questão que pode levar a não compreensão dos arquivos custodiados pelo APERJ: o termo “polícias políticas” também designa um fundo específico. O Fundo Polícias Políticas se difere dos fundos pertinentes a um órgão específico, pois reúne documentos produzidos ou acumulados por todos os órgãos de polícia política no Rio de Janeiro e possui documentos do início do século XX aos anos de 1980. Essa situação se desdobra em duas compreensões distintas sobre a documentação: (I) quando usado o termo “arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro” tratam-se de todos os seis fundos do APERJ relativos aos órgãos de polícia política; (II) mas quando se utiliza “Fundo Polícias Políticas” trata-se de apenas um fundo específico, assim denominado.

Temos, assim, o termo polícia política associado tanto à prática legal da repressão política por governos e à uma instituição formal dentro da estrutura do Estado, como aos arquivos produzidos por essa mesma instituição quando tratamos do caso do Rio de Janeiro.

Podemos afirmar que a polícia política foi atuante por quase todo o século XX no Rio de Janeiro, de maneira que seus arquivos são um reflexo da estrutura, das funções e das atividades dos diversos órgãos instituídos até a década de 1980, com a competência de investigar e reprimir atividades políticas consideradas “desviantes” pelos governos constituídos. A trajetória dessa categoria de polícia e dos seus documentos acompanharam a história administrativa e política do país e do Rio de Janeiro, bem como orientou o tratamento técnico realizado pelo APERJ nos arquivos atualmente custodiados pela instituição e reunidos em seis fundos distintos.

1.2 As polícias políticas do Rio de Janeiro enquanto prática e estrutura formal: institucionalização, sucessão e conjunturas

Segundo Xavier (1993), o termo “polícia política” define um tipo especial de modalidade de polícia, criada para descobrir e reprimir reações políticas contrárias, que pudessem comprometer a noção de ordem e a segurança pública, em determinada conjuntura.

Seria o resultado de um processo de especialização de órgãos da instituição policial, que iriam se encarregar exclusivamente de crimes políticos e sociais.

A repressão de atividades políticas e sociais não era uma ação estranha ao aparelho estatal brasileiro. No entanto, a criação de uma polícia política, nas primeiras décadas do século XX, colocava a investigação e a repressão dos crimes políticos em outro patamar. Tinha-se, pela primeira vez, profissionais especializados, ordenamento, orçamento e estrutura que se configuravam em uma força policial exclusiva para investigar e reprimir opositores, ideologias “desviantes” e movimentos sociais.

O surgimento dessa categoria de polícia acompanhou os esforços para a profissionalização da polícia que, segundo Jessie Jane Vieira de Sousa (2003, p. 2), se deu em um contexto que se inseria na lógica do discurso cientificista do século XX. Segundo essa concepção, o Estado deveria ser dividido em uma parte política, sujeita às questões político-partidárias, representada pelo Estado, e uma outra parte, administrativa, que seria independente da política, sendo concebida como “natural”, administrada de “forma racional e invisível”. No entanto, sua profissionalização nunca foi somente técnica e politicamente neutra. Foi um processo “acompanhado por novas ideologias sobre o que se considera crime, criminosos e até mesmo sobre as rotinas policiais sobre as chamadas classes perigosas”.

A primeira vez que o termo polícia política foi oficialmente utilizado no Rio de Janeiro se deu quando ainda era a capital federal, no início do século XX, durante o governo do presidente Campos Salles (1898-1902), quando houve a reorganização do seu serviço policial:

A polícia é judiciária ou criminal, administrativa e política. As duas primeiras incumbem a todas as autoridades policiais, pela forma adiante discriminada; a polícia política compete privativamente ao chefe de polícia, de acordo com as ordens e instruções do Ministro da Justiça (CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil), “Decreto nº 3.640, de 14 de abril de 1900”, art. 3º).

Não se tinha ainda uma definição de que polícia seria essa, qual o seu efetivo, suas atribuições, mas é possível fazer duas leituras: que a polícia política era apresentada como uma categoria específica de polícia e que surgiu com um certo *status* em relação às outras duas também apresentadas no decreto, ao ser atribuída exclusivamente ao chefe de polícia.

A formalização destas atividades, com a criação de uma estrutura oficial dentro da força policial do Rio de Janeiro, se deu vinte anos depois, em 1920. Neste ano foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, que contava em sua estrutura com a Seção de Ordem Social e Segurança Pública, responsável por garantir a manutenção e a segurança interna do Estado Republicano. Cabia à Seção de Ordem Social e Segurança Pública:

(...) velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da média de expulsão de estrangeiros perigosos (CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil), “Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920”, art. 5º).

Segundo Brito (2011, p. 50), a descrição dos objetivos oficiais da Inspetoria e da Seção de Ordem Social e Segurança Pública apresentava expressões até então nunca utilizadas no léxico dos textos oficiais de criação de órgãos policiais.

Essa Seção, de acordo com Mendonça (1998, p. 381) era uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de agitação em que se encontrava o campo do trabalho e a intensa mobilização política da população das grandes cidades do Brasil ao final dos anos de 1910 e início da década de 1920. Este período foi marcado por alguns fatos históricos importantes: movimento operário organizado; greves; criação do Partido Comunista Brasileiro; campanha eleitoral de 1921 e Reação Republicana (movimento político de oposição que lançou o nome de Nilo Peçanha contra o candidato oficial, o mineiro Artur Bernardes); eleição e governo de Artur Bernardes; rebeliões tenentistas; Estado de sítio, entre outros eventos.

Para Motta (2006, p. 56), embora já existisse a prática da perseguição política por parte da polícia, não havia uma força policial criada oficialmente para implementar a repressão política. Segundo o historiador da UFMG, a criação de uma força policial exclusiva e especializada nas atividades de repressão política na década de 1920 está associada ao contexto nacional e internacional deste período. A Primeira República vivia um momento de crise, o Brasil foi palco de grandes greves operárias nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), cuja consequência foi uma sensação de ebulição política em todo mundo, devido à instabilidade econômica e social. A Revolução Russa era uma realidade que assombrava os países ocidentais e em diversos deles eclodiam greves, protestos e atentados. No Brasil, a presença do imigrante europeu era também uma preocupação para autoridades e parte da sociedade, que comumente o associava à agitação revolucionária, criando o “mito do estrangeiro perigoso”.

A importância da Seção de Ordem Social e Segurança Pública é demonstrada pela sua subordinação direta à Inspetoria. Era a única seção, em um total de oito, que não estava submetida a subinspetorias. Entretanto, não havia na legislação nenhuma definição do número de funcionários lotados na Seção de Ordem Social e Segurança Pública, nem que funcionários

seriam esses. De acordo com a legislação que apresenta o quadro geral, a Inspetoria seria composta por:

[...] O pessoal efetivo da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública é o seguinte: 1 inspetor; 3 subinspectores; 45 investigadores de 1ª classe; 80 investigadores de 2ª classe; 100 investigadores de 3ª classe; 8 auxiliares (CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil), “Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920”, art. 6º).

A Inspetoria teve um período de vida curto, sendo extinta pouco mais de dois anos após a sua criação. Foi substituída pela 4ª Delegacia Auxiliar, a partir do Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922, e herdava a estrutura da Inspetoria, inclusive a Seção de Ordem Social e Segurança Pública, que mantinha como competência investigar e monitorar associações operárias, anarquistas e comunistas, bem como indivíduos, brasileiros ou estrangeiros, que integrassem o movimento operário. Segundo Bretas (1997), o caráter político da nova delegacia transformava o nome do 4º delegado auxiliar em “sinônimo de repressão política”.

Ao longo de seu funcionamento, as atividades de investigação e repressão política da 4ª Delegacia foram evoluindo. À sua estrutura inicial foram acrescentadas duas seções: Seção de Segurança Política e Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições. Estes dois setores, em conjunto com a Seção de Ordem Social e com a Segurança Pública, formariam o embrião de uma nova delegacia ainda maior e mais poderosa (BRITO, p. 51, 57, 58).

No início do governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), as atividades de polícia política no Rio de Janeiro ganharam outro *status*: um órgão oficial, estruturado e especializado exclusivamente para essa competência. Assim, foi criada, no Rio de Janeiro, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), com a finalidade de exercer de forma exclusiva a função de polícia política (Ibidem, p. 52).

O Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933, extinguiu a 4ª Delegacia Auxiliar e instituiu a DESPS como delegacia independente da polícia administrativa e judiciária. A DESPS estava diretamente subordinada à Chefia de Polícia e dividia-se em três seções: Segurança Política, Segurança Social e Armas e Explosivos. Em 1938, com o redimensionamento da DESPS, esta adquiriu uma estrutura administrativa mais complexa, contemplando, inclusive, uma Seção de Arquivo Geral (MENDONÇA, 1998, p. 381).

Assim, o que era uma seção dentro da Inspetoria e da 4ª Delegacia entre a década de 1920 e o início da década de 1930 se expandiu e se desenvolveu, tornando-se uma Delegacia própria com três seções para a investigação e repressão de atividades políticas e sociais.

A Delegacia tinha, inclusive, um quadro de funcionários próprio, ao contrário da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, que não dispunha de pessoal exclusivo. O Decreto de criação da DESPS apresentava os órgãos da administração policial e mostrava o quadro de funcionários da nova Delegacia:

[...] Delegacia Especial de Segurança Política e Social, com as atribuições que lhe forem conferidas pelo respectivo regulamento, com o seguinte pessoal: 1 delegado; 1 secretário; 2 auxiliares; 3 chefes de seção.

§ 1º esta delegacia especial terá investigadores extranumerários e tantos quantos o chefe de polícia julgar necessários
(CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil), “Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933”, art. 2º).

Nos anos de 1930, houve a escalada da radicalização política e da repressão por parte do Estado: Levante Comunista, Levante Integralista, instituição da Lei de Segurança Nacional (1935), estado de sítio, bem como o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a posterior a entrada do Brasil (1942) na guerra. A DESPS iniciou a ampliação (intensificada depois pela sua sucessora, a DPS) dos alvos de investigação policial. Os novos temores eram representados por integralistas, estrangeiros (vindos de países envolvidos na Segunda Guerra, principalmente do eixo, e, depois da guerra, os que vinham de países que passaram a compor o bloco comunista), militares e entidades representativas da sociedade civil (principalmente os órgãos de classe e de categorias profissionais), partidos políticos e imprensa (MENDONÇA, 1998, p. 381).

Novas expectativas sobre as atividades de polícia política levaram à extinção da DESPS, em 1944. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, movimentação da oposição mesmo com a censura e a atuação repressiva do Estado, pressão por abertura do regime e por eleições, lideranças civis e militares agindo abertamente em oposição a Vargas. Nos anos de 1940, a tensão política que levou ao fim da ditadura do Estado Novo exigia uma nova estrutura. O próprio Vargas garantiria o retorno à abertura política do país, coincidindo com o fim da Grande Guerra. A democracia, as eleições e uma participação política mais plural se impuseram. No entanto, a polícia política não apenas se manteve como se tornaria ainda mais estruturada, profissional e especializada.

A Polícia Civil do Distrito Federal se transformou em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), ganhando atribuições mais abrangentes (nacionais e locais) que a extinta Polícia Civil. Assumia a responsabilidade, em âmbito nacional, sobre os serviços de polícia marítima e aérea, além de cuidar da segurança das fronteiras e controlar o movimento de entrada e saída de estrangeiros (SOMBRA, 1993, p. 37). Em termos de defesa do Estado, o

DFSP deveria cooperar com as polícias estaduais e, ainda, orientá-las nos assuntos relativos à ordem política e social. Ao DFSP estava subordinada a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), que ganhava atribuições maiores do que o órgão que vinha a substituir, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS)¹⁹.

A DFSP possuía as divisões de Polícia Técnica; Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e a de Polícia Política e Social. Assim, as atividades de polícia política ganhavam ainda mais poder dentro da estrutura estatal tornando-se uma divisão, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS). A DPS passava a compreender, então, duas delegacias – Delegacia de Segurança Política (DSeP) e a Delegacia de Segurança Social (DSS.) – ; a Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições; o Arquivo e a Seção de Administração.

Podemos novamente perceber a expansão e o desenvolvimento da polícia política, que passava de uma Delegacia com três seções para uma Divisão de Polícia, com duas Delegacias especializadas para tratar de crimes políticos e sociais, além de duas seções e o Arquivo.

Com a criação da DPS, encontramos, pela primeira vez na legislação pertinente ao Rio de Janeiro, a distinção entre crime político e crime social. À DSeP competia:

(...) I - prevenir crimes contra personalidades internacional [sic] do Estado e proceder aos Inquéritos relativos a crimes desta natureza; II - prevenir os crimes contra a ordem política, assim entendidos os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado e proceder aos inquéritos relativos a crimes dessa natureza; III - Fazer imediata comunicação ao Arquivo de todas as detenções e solturas, sempre com respectivo motivo (CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil), “Decreto nº 17.905, de 27 de fevereiro de 1945”, art. 16º).

Enquanto à DSS cabia:

I - prevenir os crimes contra a ordem social, como tal considerada a estabelecida pela Constituição e pelas leis, relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho, à organização e o funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e aos deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos reciprocamente;
II - fazer imediata comunicação ao Arquivo de todas as detenções e solturas, sempre com o respectivo motivo (Ibidem, art. 17º).

Com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a reestruturação de governos liberais, a reorganização do Partido Comunista do Brasil e o início da Guerra Fria, o principal

¹⁹ Ver decreto-lei nº 6.378, de 28 de março de 1944.

alvo da polícia política foram os comunistas. À repressão das atividades dos integrantes do Partido Comunista, se somava a vigilância sobre lideranças de partidos políticos legais:²⁰

[...] No contexto da Guerra Fria, o inimigo comunista parecia mais perigoso que nunca, e o “saber” acumulado pelos homens da polícia política, bem como seus arquivos, tornaram-se particularmente valiosos (MOTTA, 2006, p. 59).

A crise do Estado Novo abriu caminho para o processo de redemocratização. Parte das instituições autoritárias foram extintas e foram estabelecidas algumas prerrogativas liberal-democráticas (Ibidem, idem). Entretanto, os governos democráticos não extinguiram a DPS, criada para a repressão política do Estado. O órgão continuava atuando intensamente, conforme comprova o volume de documentos produzidos no período, que hoje compõem o Fundo DPS e o Fundo Polícias Políticas, custodiados pelo APERJ. A DPS, inclusive, superava a sua antecessora, DESPS, em tamanho, estrutura e poder, atuando por quase todo o período democrático.

Com a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, a polícia política passou a integrar a estrutura do estado da Guanabara. Com a publicação da lei nº 263 do estado da Guanabara, de 24 de dezembro de 1962, a DPS foi extinta e criou-se o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), subordinado à Secretaria de Segurança Pública.

Até a ditadura militar (1964-1985), os DOPS estaduais tinham a primazia da repressão política, a partir de então passariam a integrar a estrutura de informação e repressão, que foi montada desde o golpe e que unia órgãos que já existiam a outros criados no pós-golpe. Os DOPS, estruturados no âmbito das secretarias de segurança estaduais, passariam a trabalhar nos estados de forma conjunta e subordinados aos órgãos centrais da comunidade de informações:

Desde os primeiros momentos do golpe de 64, a estrutura do Departamento foi incorporada à ação violenta da ditadura, comandada pelas Forças Armadas. Para a imediata identificação dos integrantes dos grupos “subversivos”, a repressão militar contou com a valiosa ajuda dos arquivos mantidos pelo DOPS/GB, que também colocou à disposição seus recursos humanos e materiais já estruturados no momento do golpe (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 298).

Os Centros de informação do Exército – CIEEx, da Marinha – CENIMAR e Aeronáutica – CISA, além do próprio Serviço Nacional de Informações – SNI, inicialmente alimentaram-se das informações que a polícia política acumulou ao longo dos anos (APERJ, 2000, p. 25).

²⁰ Ver: Fundo POL – Polícias Políticas do Rio de Janeiro. In: **APERJ**, sem data. Disponível em: 200.222.27.136/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro. Acesso em: 14 maio 2021.

Os DOPS seguiam atuantes, sendo responsáveis por investigações, prisões, elaboração de atestados ideológicos (mais uma forma de controle e repressão política do regime) e a partir de 1970 trabalhavam articulados aos DOI-CODIs:

A formação dos inquéritos policiais de presos políticos era, a partir de 1969, dividida em duas partes: a fase dos DOI-CODIs ou dos organismos de segurança das Forças Armadas; e a do ‘cartório’, em que os presos passavam à disposição dos DOPS ou da Polícia Federal, encarregados de ‘formalizar’ os inquéritos. [...] Nas investigações realizadas nos DOI-CODIs, não havia encarregado de inquérito [...] Em geral, os delegados do DOPS ou da Polícia Federal figuravam formalmente como encarregados desses inquéritos, os quais procuravam ‘legalizar’ aquilo que os DOI-CODIs haviam produzido (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 173-174).

[...] DOICODI se encarregava dos interrogatórios e remetia os presos indiciados ao DOPS ou à DPF para a formalização do inquérito (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 138).

Com a fusão do estado da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro, em 1975, o DOPS foi extinto e organizou-se o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), último órgão do estado com funções de polícia política.²¹

Segundo Marcia Guerra Pereira e Luís Reznik (1993, p. 45), o DGIE surgiu em um novo momento da vida política do Brasil, no período de “relativa distensão no governo Geisel e de abertura gradual no governo Figueiredo”, que redimensionou a importância das polícias políticas. No entanto, com o crescimento dos atos de contestação ao regime, dos movimentos sociais e da oposição política, crescia o volume dos informes elaborados pelo órgão, especialmente nos anos de 1978 e 1979. Estes informes são relativos principalmente a reuniões públicas e extratos de publicações em periódicos.

A criação do DGIE, em 1975, durante o governo Geisel, não só manteve como intensificou o declínio das polícias políticas. Ao final dos anos de 1970, o discurso anticomunista também foi declinando junto à Guerra Fria. O processo de redemocratização começava, grupos influentes da sociedade não aceitavam mais repressão em nome da segurança e da ordem. “Inimigos” do regime foram anistiados²² e políticos opositores ao regime militar venceram as eleições estaduais em 1982. Não era mais possível a manutenção do aparato repressivo tal qual estava estruturado. A sigla DOPS simbolizava repressão, arbitrariedade e truculência estatal. Assim, o próprio regime em seus estertores, através de governadores

²¹ Em 1983, o DOPS já não consta mais na estrutura administrativa do estado do Rio de Janeiro, conforme indicam Pereira e Reznik (1993).

²² A partir da Lei de Anistia, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

“biônicos”,²³ já em final de mandato, extinguiu os “DOPS” paulista e carioca,²⁴ transferindo seus arquivos para as dependências da Polícia Federal (MOTTA, 2006, p. 62).

Em 1983, quando Leonel Brizola – o primeiro governador eleito diretamente no Rio de Janeiro desde o golpe militar – assumiu o governo, a nova estrutura do estado não contemplava mais nenhum órgão ou atividade formal voltados para a repressão política²⁵.

1.3 As polícias políticas do Rio de Janeiro enquanto arquivos: a descoberta e o recolhimento

Embora não haja conhecimento de documento ou ato oficial que formalize a extinção do DGIE, duas questões indicam o fim do órgão: a transferência do seu acervo, em 1982, para outra instituição e o seu desaparecimento da estrutura do governo do estado do Rio de Janeiro a partir de 1983.

Os documentos do DGIE foram transferidos no ano de 1982 para o prédio do Departamento da Polícia Federal,²⁶ no cais do Porto da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, no ano anterior à data de extinção do órgão, em 1983. A transferência do acervo, segundo relatos dos policiais responsáveis pelo Serviço de Informações,²⁷ se deu devido à possibilidade de destruição do acervo e, ainda, pelo perigo da abertura desses arquivos por governadores ligados à oposição política²⁸ eleitos no mesmo ano, conforme material publicado pelo APERJ (PEDREIRA, 1993, p. 19).

No Rio de Janeiro, a vitória de Leonel Brizola, político ligado fortemente aos governos Getúlio Vargas e João Goulart, opositor da ditadura militar e exilado por 15 anos no Uruguai, em 1982 era:

[...] não só um passo de uma ambição pessoal pela possibilidade de posteriormente disputar a Presidência do país, mas também um reflexo de que a eleição de 1982 foi favorável aos opositores do governo militar (GUEDES DA GRAÇA, 2013, p. 164).

²³ Termo utilizado para designar políticos eleitos indiretamente, e não pelo voto popular, para os cargos que ocupavam.

²⁴ Não foi localizado ato oficial da extinção do “DOPS carioca” (na verdade DGIE).

²⁵ Estamos aqui tratando de estrutura e atividades regulamentadas e não de práticas que permanecem, mas não encontram respaldo legal.

²⁶ Não foi possível analisar o procedimento de transferência de patrimônio estadual para a esfera federal a partir de fontes oficiais. A data, justificativa e como esses arquivos passaram para a responsabilidade da Polícia Federal (órgão do executivo federal), bem como qualquer outra informação pertinente à formalização dessa transferência, não foram encontrados em publicações oficiais e legislação pertinente dos anos de 1982 e 1983.

²⁷ Não foram encontradas nas publicações oficiais e na legislação dos anos de 1982 e 1983 informações que pudessem dar respaldo às afirmações dadas pelos policiais aos funcionários do APERJ.

²⁸ PEDREIRA, Waldecy Chatarina Magalhães. Recolhimento do acervo das polícias políticas do RJ. In **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993. pg. 19.

No entanto, a custódia do acervo das polícias políticas pela Superintendência Regional da Polícia Federal ultrapassou o período do primeiro governo Brizola (1983-1987) e do governo Moreira Franco, chegando ao segundo governo Brizola nos anos de 1990. Foram 10 anos de guarda desses documentos no depósito da Polícia Federal (PF), sem que o governo e a sociedade fluminense conhecessem ou tivessem acesso às informações produzidas pelos órgãos de polícia política do Rio de Janeiro.

Considerando que este acervo, além de ser parte da história e do patrimônio fluminense, seria uma possível fonte para a elucidação de mortes e desaparecimentos durante a ditadura, entidades de direitos humanos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, bem como o então secretário de Justiça, Nilo Batista, se empenharam para que estes documentos passassem para a tutela do estado do Rio de Janeiro e fossem recolhidos ao órgão competente pela guarda da documentação permanente estadual, o APERJ.

De acordo com Waldecy Chatarina Magalhães Pedreira (1993, p. 19), então coordenadora de documentação permanente do APERJ, a localização do paradeiro do acervo contou com valiosa contribuição da imprensa e o governo do estado iniciou oficialmente a sua busca em 13 de janeiro de 1992, quando foram reivindicados ao governo federal, no caso ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. A resposta veio quase dois meses depois, em 6 de março de 1992, pois o ministro da Justiça afirmava desconhecer o paradeiro da documentação:

No dia 19/03/1992, fizemos a primeira visita oficial ao depósito “secreto”, onde avaliamos o volume do acervo em 400 metros lineares de documentação avulsa, 106 arquivos verticais, de fichas e de documentos avulsos”. E havia o “lixão” resultado inequívoco do despreparo técnico, do desprezo pelo papel e de uma transferência “apressada” na década anterior.

Segundo o APERJ, as condições de guarda do acervo eram preocupantes. Os documentos haviam sido transferidos para o depósito do prédio da PF (local construído para receber as máquinas tipográficas da Imprensa Oficial na década de 1930) junto ao mobiliário do DGIE. O “lixão”²⁹, assim denominado pelas condições em que se encontravam estes documentos, estava espalhado embaixo das “escadas, entre cadeiras, mesas, caixas, máquinas quebradas, no breu”³⁰ (Ibidem, idem).

²⁹ Em diversas partes da publicação do APERJ, *DOPS: a lógica da desconfiança* esse termo, lixão, aparece entre aspas sem, no entanto, nos ser apresentada a sua origem, que acreditamos ser os responsáveis pelo acervo na Polícia Federal. O termo é utilizado para denominar apenas uma parte da documentação que se encontrava sob a guarda da Polícia Federal, a que não possuía qualquer organização. Existia, ainda, um outro grupo de documentos que se encontrava organizado pela polícia e consultável.

³⁰ A transferência incluiu todo o patrimônio documental e mobiliário e, ainda, o pessoal (cerca de 200 policiais civis).

Figura 1 - Condições de guarda de parte dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro nas dependências da Polícia Federal



Fonte: APERJ, 1993.

Foram dadas as condições pela Polícia Federal para o recolhimento dos documentos: deveria ser finalizado até 6 de junho de 1992 (menos de três meses) e os trabalhos deveriam ser realizados após o fim do expediente da instituição, depois das 17 horas, para poder utilizar o elevador de carga. Nenhum apoio logístico foi dado pela PF – material, transporte, pessoal – ficando tudo a cargo da Secretaria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O 2º subgrupamento de buscas e salvamento do quartel da Penha foi designado pelo comando geral dos bombeiros para ajudar no recolhimento (PEDREIRA, 1993, p. 19).

Em 4 de junho de 1992, dois dias antes do prazo final, toda a documentação foi recolhida ao APERJ, não sem, é claro, algumas situações controversas. A primeira consiste no caso das pastas denominadas LDAs (Levantamento de Dados e Arquivos), que continham 2 metros lineares de documentos que consistiam no registro (em diversas espécies e formatos documentais, entre ofícios, telegramas, memorandos, telex, fax) de solicitação de consulta ao acervo por autoridades federais,³¹ retiradas do depósito sob o argumento de que pertenciam à PF. A segunda foi o caso da destruição de fichas funcionais, que levou ao afastamento de quatro policiais civis (Ibidem, p. 20).

³¹ Segundo PEDREIRA (1993), estas consultas foram realizadas até o sexto dia dos trabalhos de recolhimento.

Cabe destacar que apenas no mês seguinte ao recolhimento foi publicada a Lei nº 2.027 do estado do Rio de Janeiro, de 29 de julho de 1992, que dava autorização ao Poder Executivo para transferir as fichas e documentos do extinto DOPS para o APERJ.

Logo após o recolhimento ao APERJ, foi criada uma comissão de parlamentares das três esferas (governo federal, estado do Rio de Janeiro e município do Rio de Janeiro), ligados às suas respectivas Comissões de Direitos Humanos e representação do Grupo Tortura Nunca Mais, do APERJ e da Secretaria de Estado de Justiça do Rio de Janeiro, com o objetivo de dar transparência aos trabalhos de tratamento técnico a serem implementados nos documentos.

Em relação ao acesso a esses documentos, era “garantida a prioridade de consulta do Grupo Tortura Nunca Mais que iniciou os seus trabalhos em meados de junho de 1992” (Ibidem, idem). Esta afirmação por parte da instituição nos mostra que, desde a sua chegada ao APERJ, os documentos produzidos pelos órgãos de repressão política do RJ serviram de base em ações voltadas para direitos humanos como a busca por desaparecidos políticos, comprovação de atos de violência estatal e promoção de reparação.

1.4 Entre a teoria e a realidade: o tratamento técnico dos arquivos das polícias políticas

Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p. 426-427) argumenta sobre a capacidade reflexiva dos documentos de arquivo, ou seja, de refletirem, mostrarem a realidade do seu produtor e das ações que os geraram. Como coadjuvantes necessários para as atividades desenvolvidas por instituições e pessoas, os documentos estão atrelados à lógica da entidade produtora e são elementos probatórios das ações que o originaram.

Para tal, no entanto, é necessário a utilização do princípio do respeito à ordem original, que define que as relações administrativas se refletem nos conjuntos documentais (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Os arquivos em sua formação original, segundo este princípio, espelham estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas, preservando as relações entre os documentos como testemunho do seu funcionamento.

No caso da documentação das polícias políticas, para dar início ao seu tratamento técnico, uma questão a ser tratada seria qual órgão considerar como produtor dos arquivos recolhidos. Podemos ver duas alternativas, considerar como único produtor o último órgão de polícia política, o DGIE, que herdou as competências, a estrutura, os documentos e o pessoal de suas antecessoras ou considerar diversos produtores de documentos, em que cada órgão instituído formalmente como polícia política no Rio de Janeiro se constituiria em um órgão distinto e uma entidade produtora única.

Uma outra questão pertinente deveria ser como considerar a ordem original dos documentos (tão cara para a teoria e para a prática arquivísticas), que se constitui na lógica de ordenamento realizada originalmente por quem os produziu/acumulou, em um acervo constituído, em parte, por documentos completamente desorganizados e caóticos.

O projeto de seu tratamento se iniciou em abril de 1993, com uma equipe que reunia historiadores, arquivistas, bibliotecários e cientistas sociais (APERJ, 1994). Privilegiou-se, em um primeiro momento, tratar da questão da conservação dos documentos, a partir de trabalhos simples de higienização e acondicionamento dos documentos em mal estado de conservação, e da questão do acesso.³² A documentação, segundo a equipe do APERJ no início do tratamento técnico, reunia documentos de 1918 a 1983, estimada em cerca de 670 metros lineares de documentos textuais, cerca de 200.000 negativos em vidro e acetato³³, fotos de suspeitos e detidos, fotos temáticas e de eventos, fitas audiomagnéticas (em rolo e cassete), cartazes, insígnias e outros objetos tridimensionais,³⁴ flâmulas, microfilmes e um filme em super 8mm (Ibidem, p. 16-17).

Após o trabalho de descrição e higienização de uma parcela do acervo – no caso, a parte relativa à documentação ordenada que mantinha a organização dada pelas polícias políticas –, em junho de 1994 o APERJ deu início ao trabalho de identificação dos arquivos do órgão que se encontravam desorganizados e acumulados (o tal “lixão”), estimada em “cerca de 226 metros lineares de documentos textuais, além de fotografias, publicações e impressos considerados pelo DGIE como “material antigo” e “inservíveis” (Ibidem, p. 34).

O tratamento técnico realizado na documentação, segundo o APERJ, teve como base o respeito, ao máximo, à organização herdada. O que já estava organizado pela polícia manteve-se em sua organização original. Para o tratamento do denominado “lixão”, os documentos que foram encontrados totalmente desorganizados na sede da PF, em que a organização original foi perdida, foram realizados estudos sobre a estrutura e atividades dos órgãos para a que o arranjo dos documentos pudesse refleti-los:

Desde o início do recolhimento nossa ideia era respeitar o arranjo original, uma vez que esse havia sido preservado em sua essência, durante as várias mudanças. Esta opção foi reforçada à medida que foram feitos os levantamentos da evolução institucional, de sua estrutura, da legislação que cria e fundamenta o órgão – tanto federal, como estadual –, sua tipologia documental e as atividades e funções que os documentos testemunham.

³² O acesso aos documentos das polícias políticas será analisado no Capítulo 3 deste trabalho.

³³ Após o tratamento técnico, a data de produção e volume dos documentos se modifica.

³⁴ “Os objetos são documentos tipicamente de museus e mais raramente estão presentes nos arquivos” (GOMES & SILVA, 2011, p. 32).

Percebeu-se, então, que a lógica da documentação original fornece, portanto, novos subsídios aos pesquisadores (FIGUEIREDO, 1993, p. 15).

No início do tratamento técnico da documentação como um todo, a equipe do APERJ iria denominá-la DGIE, “última denominação da instituição” (Ibidem, idem). Ou seja, apesar de sucessivas mudanças de denominação, subordinação, estrutura, DESPS, DPS, DOPS e DGIE eram consideradas sucessões de órgãos com a mesma competência – polícia política – herdando atividades, pessoal, material, móveis e imóveis. A ideia inicial era reunir toda a documentação em um fundo só, pois de acordo com a equipe APERJ o acervo do então denominado DGIE “caracteriza-se por ser um fundo único, mas também fechado, pois suas atribuições foram extintas em 1983” (Ibidem, idem).

Esse fundo único seria dividido em seis séries que deveriam expressar “uma unidade de arquivamento ou uma espécie”³⁵ (Ibidem, idem). As séries seriam: (I) “Pastas Temáticas”, com mais de 3.000 pastas, cada uma delas reunindo o assunto investigado, como Comunismo, Alemão, Secreto, Militar, Espionagem, Estudantil; (II) Série “Fichas de Investigados”, mais de dois milhões de fichas subdivididas entre remissivas (que levam apenas aos documentos arquivados sem conter maiores informações) e não remissivas (que contêm informações sobre indivíduos, entidades, instituições e assuntos); (III) Série “Prontuários Individuais”, 95.000 dossiês geralmente elaborados a partir de cópias dos documentos das Pastas, reunindo documentos de um único indivíduo; (IV) Série “Encadernados Administrativos”, divididas em subséries a partir dos documentos: Livros de Ocorrência, Livros de Ponto; (V) Série “Iconográfica”, que reuniria milhares de fotos negativas e positivas (que estavam no lixão), fichas pessoais e microfilmes; e, por último, a (VI) Série “Diversos” que reuniria os documentos do “lixão” à medida que fossem identificados (FIGUEIREDO, 1993, p. 15).

Vimos, assim, que o projeto inicial era reunir toda a documentação em um fundo só, o DGIE, que conteria seis séries, sendo o “lixão” parte desse fundo constituído em uma série.

Não há na literatura produzida pelo APERJ, nem nos seus instrumentos de pesquisa, informações sobre quando e por que o que de início se convencionou tratar como um fundo único, de nome DGIE, se transformou ao longo de seu tratamento técnico em seis fundos: (I) Polícias Políticas; (II) Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS); (III) Divisão

³⁵ Unidade de arquivamento consiste em “documento(s) tomado(s) por base, para fins de classificação, arranjo, armazenamento e notação”; espécie consiste em “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato”. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme folheto, folheto fotografia, memorando, ofício, planta, relatório” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Termos utilizados pelos autores e respeitados, mesmo que possa haver divergência teórica.

de Polícia Política e Social (DPS); (IV) Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS/GB); (V) Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ); e (VI) Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE).

O primeiro fundo, denominado Polícias Políticas do Rio de Janeiro, corresponde à parte organizada dos arquivos do DGIE, os documentos que foram encontrados ordenados na sede da PF à época do recolhimento. Este fundo reúne documentos produzidos por todos os órgãos de polícia política do Rio de Janeiro ao longo do século XX. Como o acesso era uma questão urgente – para a busca por informações sobre mortos e desaparecidos durante a ditadura militar – e tendo a manutenção da ordem original como uma questão fundamental para a teoria arquivística, foi mantida a organização dada pelos órgãos de polícia.

Sobre a questão da urgência do acesso, cabe destacar que, no período do recolhimento desses arquivos, vivíamos um momento de intensa luta dos movimentos sociais e de familiares de mortos e desaparecidos, em busca de informações acerca do paradeiro dos perseguidos políticos e pelo reconhecimento e punição dos agentes envolvidos na tortura, morte e desaparecimento de cidadãos. Havia uma pressão pela descoberta, salvaguarda e acesso a documentos produzidos por órgãos da repressão, pois poderiam trazer informações sobre atividades de órgãos e agentes e sobre o paradeiro de desaparecidos em dependências do Estado, entre outras informações, que talvez pudessem elucidar questões ou pelo menos dar subsídios a novas descobertas e ações. Essa pressão, como podemos ver, gerou resultados no estado do Rio de Janeiro, que mesmo sem apoio institucional do governo federal, recolheu, tratou e deu acesso (dentro da legislação pertinente) a esses arquivos.

Em relação à ordem original dos arquivos, podemos afirmar que a organização implementada pela própria polícia política, em parte dos seus documentos, facilitou o seu tratamento técnico, bem como o acesso a informações. Podemos destacar as pastas organizadas por tema (os Setores), os prontuários reunindo informações sobre indivíduos e as fichas remissivas (encaminham o pesquisador a outros documentos sobre o assunto ou indivíduo) e transcritas com informações sobre movimentos, entidades, partidos e indivíduos.

Os outros cinco fundos DESPS, DPS, DOPS-GB, DOPS/RJ e DGIE refletem as mudanças administrativas dos órgãos de polícia política, que a cada período histórico se reconfigurava (governo Vargas, interregno democrático, ditadura militar), mas consiste, também, em uma escolha metodológica da sua instituição custodiadora, o APERJ.

Estes cinco fundos têm sua origem nos arquivos sem qualquer organização do DGIE, o “lixão”, que desde o seu processo de recolhimento, o APERJ já compreendia que nada tinham

de inservíveis muito menos de lixo, tratava-se de um tesouro repleto de informações, dados e documentos importantíssimos para conhecermos a história e o *modus operandi* das polícias do Rio de Janeiro, a história da repressão no Brasil, a história da resistência e dos perseguidos políticos, fossem eles movimentos, partidos ou indivíduos. Reúnem relatórios, boletins, dossiês, prontuários, discos, fotografias, negativos, mapas, panfletos, cartazes, objetos tridimensionais, dentre outros itens de uma diversidade de documentos.

O acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro é o único, na base de dados do Memórias Reveladas do Arquivo Nacional,³⁶ a se apresentar em mais de um fundo. Ao consultarmos a descrição dos arquivos de Alagoas, São Paulo, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Sergipe, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, vemos apenas um fundo sendo descrito para cada estado. Foram pesquisadas todas as descrições desses arquivos, especificamente o item “5.3.1 Unidades de Descrição Relacionadas”³⁷ (na instituição), campo para registro da existência de documentos custodiados pela instituição que tenham relação com o fundo/coleção descrito. Apenas no caso do Sergipe encontramos a Coleção DOPS, que integra o Fundo Secretaria de Segurança Pública.

Não fazemos aqui qualquer crítica à decisão metodológica do APERJ em transformar esses arquivos em diversos fundos, inclusive, apesar de seus instrumentos de pesquisa tratarem desta polícia especializada no plural – polícias políticas – deixam claro no campo “História Administrativa” que a sucessão de órgãos ao longo do século XX – DESPS, DPS, DOPS, DGIE – é, na verdade, a evolução de uma polícia que ganha e perde poder, estrutura e atividades, de acordo com mudanças na conjuntura política.

Os seis fundos relativos às polícias políticas do Rio de Janeiro se encontram organizados, descritos e disponíveis ao pesquisador na sede do APERJ e a descrição de alguns destes fundos também pode ser pesquisada na base de dados do Projeto “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional. Organizamos os quadros abaixo, apresentando informações resumidas sobre os seis fundos custodiados pelo APERJ:

³⁶ Iremos tratar do Projeto Memórias Reveladas no Capítulo 3 deste trabalho.

³⁷ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006.

Quadro 1 - Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro

Fundo: Polícias Políticas do Rio de Janeiro

Data-limite: 1927-1983

Conteúdo: 50.000 fotografias e 390 metros lineares de documentação textual, reunindo cerca de 120 mil prontuários, 3 mil pastas agrupadas em 58 setores, 2 milhões e 500 mil fichas e centenas de códices. Seus prontuários são integrados por fichas de identificação, termos de declaração, fotografias, relatos de investigação e resumo das informações. Seus dossiês são integrados por relatos de investigação, correspondência de outros órgãos de informação, boletins, termos de declaração, fotografias, recortes de jornais e documentos apreendidos (panfletos, folhetos, cartazes, ilustrações, fotografias, periódicos, objetos tridimensionais, correspondência, registro de identidade, entre outros).

Observação: Reúne documentos das diversas atividades das polícias políticas no Rio de Janeiro ao longo de sua existência, relativos, entre diversos assuntos, à Aliança Nacional Libertadora (ANL), ao Partido Comunista (PCB), à Ação Integralista Brasileira (AIB), e a organizações da esquerda armada, partidos políticos, sindicatos, entidades estudantis, espionagem, anistias, eleições e greves.

Possui mais de 2 milhões de fichas com informações sobre movimentos, entidades, partidos, indivíduos e temas transcritas pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE).

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações da Base de Dados APERJ.

Quadro 2 - Fundo Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS)

Fundo: Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS)

Data Limite: 1905-1944

Conteúdo: 24,50 metros de documentos textuais; 10 cartazes; 41 cartões postais; 7 desenhos e 1.379 fotografias, contendo informações sobre as ações de integralistas, comunistas, espionagem alemã e italiana, destacando que parte dos documentos se inserem na lógica da 2ª Guerra Mundial. Possui relatórios que apresentam dados sobre a estrutura e a atuação da Polícia Política. É organizado por tipos documentais, organizados cronologicamente em 14 séries: Censura Postal; Correspondência; Documentos Fotográficos; Dossiês; Fichas Funcionais; Inquéritos; Livro Caixa Hospitalar; Livro de Registro de Fichas; Livros de Registro de Protocolo; Livros de Protocolo de Remessa; Mapas de Detidos; Prontuários; Registros de Identificação; Relatórios.

Observação: Reúne informações sobre as ações de integralistas e comunistas, bem como espionagem alemã e italiana, destacando que parte dos documentos se inserem na lógica da 2ª Guerra Mundial. Possui relatórios que apresentam dados sobre a estrutura e a atuação da Polícia Política.

A data de produção de documentos excede o período de existência da Delegacia porque esta herdou documentos, produzidos por órgãos policiais que o antecederam, principalmente da 4ª Delegacia Auxiliar.

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações da Base de Dados APERJ.

Quadro 3 - Fundo Divisão de Polícia Política e Social (DPS)

Fundo: Divisão de Polícia Política e Social (DPS)

Data limite: 1944-1962

Conteúdo: 63,30 metros lineares de documentos textuais e 98 itens micrográficos. É organizado por tipo documental em 23 séries: Cartório; Censura Postal; Correspondência; Estrutura Organizacional; Livro de Parte de Serviço; Fichas de Referência; Licença para Porte de Armas; Livro de Controle de Serviço; Livro de Expediente; Livro de Controle de Veículos; Livro de Registro de Ocorrência; Livro de Registro Fotográfico; Livro de Registro de Presos; Livro de Registro de Protocolo; Mapa de Detidos; Material; Movimento Estatístico; Planilha de Registro; Prontuário; Relação de Anistiados; Relação de Prontuário; Sindicância; Verificação de Jornais.

Observação: Reúne documentos do período de 1944 a 1962, ano em que foi substituído pelo DOPS. A sua série Dossiês contempla o maior número de documentos com informações sobre as atividades e a estrutura do Partido Comunista, destacando-se os dossiês da Comissão Executiva; de células e comitês; de dirigentes e militantes; de congressos; de campanhas eleitorais; da Internacional Comunista e de partidos comunistas de diversos países. Contém ainda informações sobre imprensa; sindicatos; associação de moradores; movimento estudantil, entre outros.

A série Fichas de Referência, conhecida como fichas verdes, contém informações sobre lideranças políticas, militares, comunistas, integralistas, associações, periódicos entre outros. O APERJ possui o Catálogo de panfletos apreendidos pela Divisão de Polícia Política e Social.

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações da Base de Dados APERJ.

Quadro 4 - Fundo Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS RJ)

Fundo: Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS RJ)

Data limite: 1934-1975

Conteúdo: 10,59 metros lineares de documentação textual; 85 folhetos; 9 livros; 9 periódicos; e 1.927 itens sem especificação (referente a seu acervo bibliográfico); 15 cartazes; 2 charges; 2 desenhos; 67 fotografias; 15 itens sem especificação (referente a sua documentação iconográfica) e 6 objetos tridimensionais, contendo informações e documentos que refletem as atividades do Departamento como: prontuários de indivíduos, relatórios de investigação, boletins de serviço, pedidos de busca, informes, fotografias, panfletos, termo de declaração, telegramas, radiogramas, entre uma série de outros. O fundo é organizado por 8 séries: Associação, sindicatos e cooperativas; Atividades políticas; Documentos administrativos; Informação; Investigações policiais; Partes de serviço; Pedidos de busca; e Prontuários-RJ.

Observação: Reúne documentos do período de 1934 a 1975 (ano em que o Departamento foi substituído), herdando também documentos de suas antecessoras. Com a sua extinção, seu acervo passou para o Departamento Geral de Investigações Especiais, tendo sido mantida a organização original dos prontuários.

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações da Base de Dados APERJ.

Quadro 5 - Fundo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

Data limite: 1962-1975

Conteúdo: 3,45 metros lineares de documentos textuais; 8 folhetos; 7 periódicos; 235 itens sem especificação (relativos ao material bibliográfico); 2 cartazes; 510 cópias contatos; 896 fotografias; 3 negativos; 12 objetos tridimensionais. Entre os documentos textuais encontram-se: dossiês, prontuários, laudos, inquéritos, cartas, fichas funcionais, mapas de frequência de servidores. O fundo se divide em trinta e uma séries e 2 subséries: Correspondência, Depoimentos, Documentos Especiais (integrado por duas subséries: documentos iconográficos e documentos sonoros), Fichas Criminais, Índice, Informações, Inquérito Policial Militar, Investigação Policial, Laudo de Exame Pericial, Livro de Brasileiros Repatriados, Livro de Caixa, Livro de Certidões, Livro de Estrangeiros, Livro de Intimações, Livro de Registro de Empresa, Livros de Expediente, Livros de Ocorrência, Livros de Registro de Protocolo, Livros de Viaturas, Mapa de Detidos, Material, Militantes, Entidades e Partidos Políticos, Movimento de Passageiros, Movimento Estatístico, Normas Administrativas, Pessoal, Porte de Armas, Prontuários, Registro de Identificação, Sindicâncias e Verificação de Jornais.

Observação: Reúne documentos de 1962 a 1975, quando foi substituída pelo DGIE com a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações da Base de Dados APERJ.

Quadro 6 - Fundo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)

Fundo: Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)

Data Limite: 1910-1983

Conteúdo: 36,28 metros lineares de documentos contendo: pedidos de busca, informações, ofícios, listagem com número e nome de indivíduos com prontuário, memorandos, listagens estatísticas, autos de qualificação, radiogramas, telegramas, termos de declaração, relatórios de atividades diárias, guias de tráfico (materiais bélicos), recibos de expediente, guias de remessa de documentos, relação de nada consta (antecedentes), mapa diário de presos, boletins de serviço da Secretaria de Segurança Pública (impresso), cartazes, livros, folhetos, panfletos, revistas ilustradas, recortes de jornais, fotografias, cartazes, fragmentos de artefatos explosivos.

Segundo a sua descrição arquivística “apenas os documentos referentes ao registro da entrada e permanência de estrangeiros no Estado do Rio de Janeiro, a Série Controle de Registro de Estrangeiros, encontram-se organizados” (APERJ, s.d)

Observação: Reúne documentos do período de 1910 a 1983 (ano de sua extinção), tendo herdado documentos de seus antecessores, principalmente os referentes às atividades de controle e registro de estrangeiros. Contém documentos referentes aos períodos de atuação da Diretoria dos Negócios do Interior e Justiça (1910-1929) e da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores - Diretoria do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1930-1937).

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações da Base de Dados APERJ.

1.5 Breve análise das informações contidas nos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro

De acordo com a base de dados do APERJ, nos seis fundos relativos às polícias políticas do Rio de Janeiro encontramos documentos referentes à repressão política produzidos no período de 1905 a 1983. Neles temos informações sobre indivíduos, entidades e atividades consideradas “desviantes” ou suspeitas pelos governos estabelecidos como anarquistas, comunistas, integralistas, suspeitos de espionagem ao longo da Segunda Guerra, imprensa, sindicatos, associações, estudantes e figuras artísticas e políticas. Além disso, há dados sobre o próprio funcionamento de suas engrenagens como pessoal, normas, estrutura e procedimentos.

Nestes arquivos é possível encontrar, também, lacunas, silêncios, subjetividades e inverdades, daí a necessidade de uma visão crítica quando analisamos ou pesquisamos seus documentos e as informações que contém.

Os documentos que integram esses fundos, segundo Luciana Lombardo Costa Pereira (2013, p. 6), inclusive, nos revelariam mais a respeito da própria polícia, como as origens da instituição policial, estratégias de atuação e lógica interna, do que sobre os objetos de pesquisa, ou seja, sobre aqueles que eram investigados por suspeita ou atividade política contrária ao regime.

Para Vianna, Lissovsky e Sá (1986, p. 70-71), um conjunto de documentos, por mais significativo que seja para a análise de assunto específico, representa sempre o vínculo que o arquivador, quem produziu/acumulou o conjunto de documentos, mantém com o mundo. Existiria, para os autores, uma relação orgânica entre os documentos e seu arquivador. Assim, é o modo de acumular que confere sentido aos arquivos e que os torna inteligíveis. Segundo esta lógica, teríamos quatro modelos de acumulação de arquivos:

- O *caótico*, conjunto de documentos totalmente desordenados, que chegam à instituição custodiadora sem nenhuma organização, fazendo com que os profissionais tenham que analisá-los para encontrar “uma lógica que permita a sua consulta” (KUSHNIR, 2006, p. 49). São resultado de um “cataclisma” ou do caráter meramente acumulador do seu arquivador;
- O *centrífugo*, com documentos geralmente de caráter administrativo, funcional, que tratam predominantemente de si e que giram em torno da atuação do seu titular. Espelha as atividades funcionais do titular e das instituições da qual fez parte e a trajetória dos órgãos que fez parte. Permite um olhar de fora para dentro, ou seja, do pesquisador ou do arquivista para o universo que produziu os documentos;

- O *centrípeto*, comumente de caráter político, voltado para as questões do Estado, permitem analisar o momento histórico “a partir da ótica privilegiada de seu organizador” e falam predominantemente do outro. Seriam o contrário do centrífugo, pois permitem um olhar de dentro para fora, conhecer o mundo sob a ótica do produtor desses documentos;
- O *monumental*, no qual o arquivo é visto como “produção de uma imagem do titular para a história” (VIANNA, LISSOVSKY & SÁ, 1986, p. 72). São documentos acumulados para dar ao seu titular um papel de relevância histórica, “o qual, certamente, ele teve, mas cuja pintura se acha carregada nas tintas” (KUSHNIR, 2006, p. 49).

Um tipo de acumulação não invalida o outro e os modelos de ordem original não se apresentam de forma estanque. Um arquivo pode ser “um amálgama desses modelos, como a vida de uma pessoa é a mistura de lógicas que plasma sua trajetória e dá sentido à acumulação de documentos” (Ibidem, p. 73).

Tais autores tratam especificamente de arquivos de homens públicos, mas podemos utilizar os modelos apresentados para outros tipos de arquivos, como fez Beatriz Kushnir (2006, p. 49), ao relacioná-los com os arquivos das polícias políticas. Segundo a autora, os acervos DOPS em geral são de uma tipologia mista: centrífuga – documentos de caráter administrativos que acompanham e nos mostram a trajetória do órgão (polícia política) – e centrípeta – ao nos apresentar a visão que a polícia tinha do mundo. O objetivo dos documentos eram, segundo a autora, “identificar o ‘fichado’ no mundo social”, mas acabam também explicitando o universo do outro a partir da lógica interna de seu titular. Assim, o acervo permitiria tanto reconstituir uma trajetória do “fichado”, quanto a do “fichador”.

A análise de Kushnir apresentada acima cabe perfeitamente nos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, mas podemos acrescentar neste caso específico uma terceira categoria de acumulação de documentos: a caótica. Este seria o caso do denominado “lixão”, que provavelmente não foi acumulado desordenadamente, mas sofreu um “cataclisma”, ou seja, alguma interferência aconteceu no período entre a transferência desses documentos para a Polícia Federal e o seu recolhimento ao APERJ, que os transformou numa massa de documentos jogados e desordenados.

Mas as possibilidades de pesquisa destes arquivos vão além do seu caráter centrífugo e centrípeta. Se nos permitem analisar os órgãos de polícia voltados para a repressão política e podem dar suporte à compreensão de como a partir das atividades de vigilância e perseguição

estes olhavam para mundo, a sociedade e os indivíduos, também possibilitam a análise das diversas conjunturas nas quais foi atuante ao longo do século XX. Levando-nos, inclusive, a questionar que democracias foram essas em que órgãos exclusivamente voltados para a repressão política continuaram atuantes e produzindo informes, boletins e relatórios sobre indivíduos e entidades. Outra análise importante que podemos fazer, a partir das informações destes arquivos, é identificar atividades que continuam sendo desenvolvidas, mesmo que informal e ilegalmente, no período pós-Constituição de 1988.

Não é a intenção deste trabalho fazer uma análise ou “qualificar” os nossos períodos democráticos, mas é possível ver – pesquisando as informações e documentos destes arquivos – que a lógica da repressão vigorou por quase todo o século XX, com todo respaldo legal e administrativo, e que essa lógica não se desfez em períodos democráticos, mudando, talvez, o foco para outras personagens e extrapolando questões legais e administrativas.

Outra questão importante são as particularidades da nossa própria história e da história desses arquivos. Ironicamente, foi a atuação da repressão que permitiu a preservação de parte dos documentos produzidos pela resistência aos regimes de exceção no Brasil. Na preocupação de ter provas contra suspeitos, nas investidas policiais a casas, sedes e indivíduos, um dos intentos era encontrar documentos que, de alguma forma, demonstrasse envolvimento com atividades tidas como ilegais ou de oposição. Então, enquanto a intenção dos que participavam da resistência era esconder ou descartar os documentos relativos às suas atividades, a polícia política buscava exatamente encontrá-los, recolhê-los e utilizá-los contra seus produtores. Talvez tivéssemos muito pouco sobre partidos e organizações, se não fosse a lógica da própria polícia em acusar e ter elementos para a denúncia de indivíduos. Estes documentos se encontram no âmbito dos fundos das polícias políticas do APERJ, se confundindo e/ou se integrando com o que foi produzido pela polícia, ganhando a lógica da organização de documentos instituída por essas forças policiais:

Dentre os documentos impressos destacamos grande quantidade de folhetos com regulamentos de sindicatos e associações, sempre incluídos nos dossiês das associações ou nos “prontuários de associações e movimentos políticos”. Existem também folhetos apreendidos e que se encontram inseridos nos prontuários individuais, quase que como elemento de prova ideológica (APERJ, 1994, p. 19).

Os seis fundos que foram analisados neste capítulo são fundos fechados,³⁸ ou seja, não recebem mais documentos, pois as entidades produtoras não estão mais em atividade. No

³⁸ “Fundo que não recebe acréscimos de documentos em função de a entidade produtora não se encontrar mais em atividade” (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

entanto, se perderam a sua função administrativa original – investigar e provar atividades consideradas crimes políticos –, ganharam uma outra função administrativa no período democrático pós-1988, qual seja a de comprovar a perseguição que alguns indivíduos sofreram, com efeitos de promover a reparação. Trataremos desta questão mais detalhadamente nos Capítulos 2 e 3 deste trabalho.

CAPÍTULO 2 – Os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro no universo dos arquivos sobre repressão política no Brasil

Tratamos no capítulo anterior das polícias políticas do Rio de Janeiro – ente produtor dos arquivos que são objeto deste trabalho –, da descoberta, recolhimento e tratamento técnico da sua documentação. Vimos que seus documentos são testemunhos e elementos probatórios das ações arbitrárias de governos que se sustentavam, também, a partir do controle e da repressão política. No entanto, não são as únicas fontes que tratam sobre repressão política no nosso país. Neste capítulo mostraremos que estes arquivos fazem parte de um universo maior, integrado por arquivos de origens diversas, que tratam de um mesmo assunto: a ditadura no Brasil. Neste universo encontramos arquivos com produtores e lógicas de produção e/ou acumulação distintos, mas que se complementam e nos permitem analisar o período a partir de uma série de fontes relativas (I) às ações da repressão, (II) aos atos de resistência à repressão, (III) às iniciativas do Estado democrático para reparação de indivíduos e sociedade atingidos pelas arbitrariedades do Estado³⁹.

Nosso objetivo é analisar as possíveis categorizações dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro a partir da sua comparação com os demais arquivos sobre a ditadura no Brasil. Para tal, apresentaremos de forma sucinta alguns de seus produtores, bem como as atividades por eles implementadas. Analisaremos também nosso objeto a partir da definição de “arquivos de direitos humanos”, utilizando literatura recente sobre o tema.

No caso dos arquivos da repressão algumas questões se impõem na sua análise e serão brevemente debatidas, como a relação novas democracias⁴⁰ e arquivos da repressão, o trabalho do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e Unesco, a ilusão de “verdade” em relação a esses documentos. As políticas de reparação e o acesso aos arquivos da repressão – em especial ao das polícias políticas – serão analisados mais apropriadamente no Capítulo 3 deste trabalho.

2.1 Categorização, definição e aproximações

Elizabeth Jelin (2002, p. 7) afirma que há três tipos de arquivos relacionados às ditaduras na América Latina: os acervos de suas instituições repressivas; os arquivos produzidos e acumulados a partir do trabalho realizado pelas organizações de direitos humanos para a

³⁹ Trataremos neste trabalho apenas dos arquivos associados a essas três lógicas.

⁴⁰ Termo que caracteriza democracias que conquistavam parte do mundo a partir da Revolução do Cravos, em 25 de abril de 1974, dando fim a regimes autoritários. Para Weffort (1992) devemos entender por novas democracias as democracias em construção, vivendo processos de transição política que se misturam com heranças do seu passado autoritário.

denúncia dos atos de repressão política; e arquivos, tanto diversos como dispersos, constituídos a partir resistências individuais e coletivas.

No entanto, ao analisarmos os arquivos sobre a ditadura no Brasil encontramos, não raras vezes, definições ambíguas e fronteiras fluidas, dificultando a sua distinção. A nossa solução foi procurar na teoria e prática arquivísticas uma forma de melhor delimitá-los, sem excluir demais possibilidades e visões, mas que nos permitisse mapear esse universo de fontes, que a partir das nossas análises umas vezes se aproximavam e outras se distanciavam.

Encontramos como recurso a elaboração de um mapeamento dos produtores desses arquivos, analisando qual a finalidade da sua existência, ou seja, para que competências esse órgão/entidade foi criado ou qual a atividade desempenhada por determinado indivíduo, pois acreditamos que estas competências, funções e atividades⁴¹ nortearam a produção, a acumulação, a organização e o uso original dos arquivos. Para este mapeamento, utilizamos: (I) a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que associa o produtor à proveniência do arquivo, destacando que este deve estar de acordo com outros elementos de descrição utilizados pela norma como história administrativa ou biografia, sendo o produtor a “entidade singular ou coletiva responsável, em última instância, pela acumulação do acervo” (CONARQ, 2006, p. 30); (II) o **Guia de Fontes Memórias Reveladas**⁴² do Arquivo Nacional, que apresenta a descrição arquivística de fundos e coleções sobre a ditadura militar no Brasil (III) metodologia de gestão de documentos, a identificação, para o levantamento e análise de competências, funções e atividades desenvolvidas pelos produtores de arquivos.

Em primeiro lugar, foram pesquisados no **Guia de Fontes Memórias Reveladas** os arquivos e seus produtores, seja órgão de Estado, indivíduo, partido, movimento, entidade, entre as infinitas possibilidades de produtores. Depois foi analisada qual a intenção do uso primeiro⁴³ deste ou daquele arquivo e qual a lógica de ação de cada produtor. A partir deste levantamento foi possível encontrar três lógicas: repressão política, resistência à repressão e reparação do Estado em relação às arbitrariedades por ele promovidas durante a ditadura.

⁴¹ Primeiro objeto de estudo da metodologia de identificação para a gestão de documentos: “órgão produtor, analisando o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções e atividades)” (RODRIGUES, 2013, p. 74).

⁴² O banco de dados Memórias Reveladas é uma das iniciativas do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, vinculado ao Arquivo Nacional e criado em 13 de maio de 2009. Apresenta a descrição dos acervos arquivísticos relacionados à repressão política no período de 1964 – 1985. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/128-banco-de-dados-memorias-reveladas>. Acesso em: 05 mar. 2021. Trataremos do projeto Memórias Reveladas no Capítulo 3.

⁴³ Valor primário de seus documentos.

No primeiro caso – os arquivos da repressão –, temos um ambiente mais bem definido e delimitado, pois possuímos sobre o tema uma literatura considerável, tanto nacional quanto internacional, que nos permite de forma mais segura atribuir esta categoria a determinados arquivos. No entanto, quando tratamos de arquivos da resistência, aqueles produzidos por atos de reação à repressão, nos deparamos com uma questão: que ações podem ser consideradas resistir à ditadura? Só o enfrentamento direto poderia ser assim tratado ou as diversas formas de resistir como, por exemplo, denunciar os atos de exceção e dar apoio àqueles que eram perseguidos são formas de enfrentar? E resistir estaria delimitado a que conjuntura política: antes da abertura política, até a publicação da Lei de Anistia, em 1979, até o primeiro governo de um presidente civil, em 1985, até a promulgação da Constituição de 1988?

Outra questão suscitada foi como categorizar arquivos produzidos a partir da década de 1990 pelas atividades de prestação de contas do Estado em relação às violações cometidas durante o período ditatorial. Qual termo poderia melhor caracterizá-los?

A partir dessas diversas considerações e impasses decidimos neste trabalho seguir a seguinte categorização: (I) os arquivos da repressão são aqueles produzidos pelos órgãos voltados para a repressão política; (II) os arquivos da resistência são aqueles produzidos por indivíduos, entidades ou iniciativas voltadas para resistir ao regime repressivo e, no caso do Brasil, resistir também é denunciar as arbitrariedades de Estado e dar apoio aos perseguidos políticos, seja durante a ditadura, seja no período de redemocratização; (III) arquivos da reparação são aqueles produzidos em ações de prestação de contas do Estado em relação às suas ações de repressão política. As duas primeiras categorizações já foram trabalhadas pela literatura especializada, enquanto a terceira – reparação – é pensada e conceituada neste trabalho.

Uma quarta categoria – *arquivos de direitos humanos* – também será analisada neste trabalho, a partir de literatura recente sobre o tema, que foge de teorias delimitadas e definições fechadas acerca destes arquivos, tratando-os a partir de seus possíveis usos e ativações. Essa análise será fundamental para a compreensão da ressignificação dos documentos produzidos pela repressão a partir da redemocratização.

O estudo deste grupo de arquivos sobre a ditadura tem como objetivo compreender de maneira mais ampla os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro a partir do seu contexto de produção, seu uso original e a sua relação com os demais arquivos sobre a ditadura, bem como entender o seu papel em uma sociedade democrática.

2.1.1 Arquivos da repressão

No fim do século XX e nas primeiras décadas do século XXI assistimos ao processo de desmantelamento de parte significativa dos regimes ditatoriais. Segundo Jairo Nicolau, o número de países democráticos a partir deste período cresceu significativamente e este aumento se deveu, principalmente, ao processo de transição dos países comunistas do Leste Europeu, à extinção das ditaduras na América Latina e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes. Escreve o autor que:

Segundo o Polity Project (projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo) em 1985 havia 42 democracias, onde moravam 20% da população mundial. Em 2015, o número saltou para 103, com 56% da população mundial (NICOLAU, Jairo apud LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 8).

Foi neste período que surgiu, então, uma questão a ser tratada pelos incipientes Estados democráticos: os seus legados autoritários, ou seja, o que teria sobrevivido aos regimes repressivos e poderia colocar em risco a democracia. E os documentos produzidos pela repressão, especificamente aqueles produzidos para vigilância e perseguição dos opositores políticos e comportamentos considerados “desviantes”, eram parte desse legado autoritário assim como instituições, práticas repressivas e agentes.

Esses documentos foram produzidos e/ou acumulados pelo Estado com a finalidade de controlar, perseguir, prender e fazer desaparecer os seus opositores e, segundo Antonio Gonzalez Quintana (2009), se categorizam como “arquivos da repressão”, ou seja, arquivos dos serviços de segurança do Estado dos regimes repressivos.

Os arquivos da repressão geralmente se constituem na reunião de dois grupos diferentes de documentos: o primeiro se refere aos documentos produzidos pelas ações de repressão como batidas policiais, sequestros, interrogatórios e, do ponto de vista burocrático-administrativo tratam-se de dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou busca, confissões e ordens de serviço, entre uma série de outros documentos que foram produzidos “pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho metódico e burocrático de levantamento, de extração de informação e de checagem da mesma”; o segundo no “conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal” (PADRÓS, 2009, p. 40).

O destino dos arquivos da repressão, fonte de informação para governos repressores agirem em detrimento das liberdades políticas e civis e na perseguição de indivíduos – o que

ocorreu por décadas no Brasil –, que sobreviveram à transição política⁴⁴ se tornava uma questão para as incipientes democracias. Cabe lembrar que muitos países viviam momentos de transição política complicados e que perduraram para a consolidação da democracia. Tinha-se, então, um dilema: deveriam ser preservados e organizados – pois são parte da história de países que atravessaram períodos autoritários – ou deveriam ser descartados, devido à “ameaça” que ainda poderiam representar para aqueles que foram perseguidos, com a possibilidade de que fossem usados novamente para a violação de direitos humanos, caso a transição democrática não se consolidasse? E, ainda, caso a sua sobrevivência fosse garantida, como tratar e dar acesso a arquivos com informações tão sensíveis e que envolvem questões tão polêmicas?

Preocupado com estas questões e mais uma série de outras trazidas por esses arquivos, o Conselho Internacional de Arquivos decidiu formar, em 1993, um grupo de peritos em arquivos dos regimes ditatoriais recentemente findos com o objetivo de elaborar uma reflexão conjunta sobre as questões (geralmente polêmicas e sensíveis), geradas a partir da descoberta, do recolhimento, do tratamento e do acesso, bem como uma série de recomendações. Assim, em 1994, sob o patrocínio da UNESCO, criou-se um grupo de trabalho que integrava arquivistas com experiência nesse tipo de arquivos e em ética arquivística, assim como especialistas em defesa dos direitos humanos.

O grupo lançou um trabalho de coleta de dados sobre os arquivos de instituições repressivas, visando a elaboração de um censo sobre eles, que se constituiu no primeiro passo para preservação, publicização e acesso a esses documentos. O Censo incluiu, a princípio, informações sobre as instituições repressivas que desapareceram no período de 1974 a 1994 nos seguintes países: Alemanha, Brasil, Chile, Espanha, Hungria, Letônia, Lituânia, Paraguai, Polônia, Portugal, Rússia, África do Sul e Zimbábue:

[...] o Documento elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos da UNESCO (ICA-UNESCO) estende seu olhar a vários “arquivos de repressão” que abrem o leque de regimes repressivos em todo o mapa e, em particular, daqueles que estavam deixando o poder entre 1974 - a “Revolução dos Cravos” - até 1994 - a conclusão do Apartheid (KAHAN, 2007, p. 2, tradução minha).

Outra preocupação do trabalho UNESCO-ICA foi tentar elaborar um conjunto de orientações a ser utilizado pelos arquivistas no tratamento e utilização dos arquivos da

⁴⁴ Intervalo existente entre dois regimes políticos distintos. A transição para a democracia, especificamente, é o processo de dissolução de um regime autoritário e o estabelecimento de alguma forma de democracia (O'DONNEL, SCHMITTER e WHITEHEAD, 1998).

repressão, apresentando os problemas que terão de enfrentar, levando em consideração cada caso particular, posto que cada processo de transição política é único.

Entre diversas considerações o Censo defende: (I) a preservação dos arquivos da repressão pela sua importância histórica, mas principalmente pelo seu papel na vida dos atingidos direta ou indiretamente pela repressão, pois “serão essenciais na nova situação política para o exercício de direitos individuais: anistia, indenizações, pensões, direitos civis gerais (herança, propriedade)”; (II) o papel instrumental dos arquivos está relacionado à legislação pertinente; (III) a sua divulgação; (IV) a importância de um código de ética para os profissionais que trabalham com estes arquivos (QUINTANA, 1995, p. 9).

Esse esforço praticamente global para o mapeamento, compreensão, orientação, tratamento e utilização desses arquivos se justificava pela sua importância para os Estados democráticos incipientes. Ainda de acordo com Antonio Gonzalez Quintana, a influência dos documentos sobre a vida da sociedade e das pessoas é decisivo e nenhuma outra categoria de documentos ilustraria melhor essa afirmação do que os arquivos da repressão. De acordo com ele:

A imagem dos arquivos dos serviços de segurança do estado nos regimes repressivos é uma amostra gráfica em si da dimensão de sua transcendência. Embora seja verdade que, durante a vida de tais regimes, as vítimas dos serviços de informações policiais sentem em sua carne, mesmo sem ouvi-las, o peso desses arquivos, quando a democracia chega e seus fundos abertos é quando se tem plena consciência de sua influência na vida das pessoas (Ibidem, p. 6, tradução minha).

Ainda nas palavras de Quintana, esses arquivos, que foram “absolutamente necessários para o exercício de atividades repressivas”, na democracia e à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, se transformam em:

Um instrumento social insubstituível para moldar as novas relações sociais. O efeito bumerangue que os documentos têm a esse respeito é atípico e único e requer, do ponto de vista profissional do arquivista, uma profunda reflexão sobre a gestão de tais fundos. Ao mesmo tempo, uma responsabilidade desconhecida recai sobre as instituições de arquivo (Ibidem, idem, tradução minha).

Vivien Ishaq e Pablo Franco (2008, p. 1) atentam para o papel estratégico dos documentos produzidos pela ditadura tanto para a construção da nossa história como para a defesa dos direitos humanos, afirmando que esses arquivos contêm:

[...] documentos produzidos durante interrogatórios, investigações, operações militares e policiais, sendo fontes imprescindíveis, por exemplo, para a elucidação de fatos políticos, registro de falecimentos ou de localização de corpos de desaparecidos políticos. [...].

Jaime Antunes (2011, p. 15) afirma que, com a transição democrática, os arquivos da repressão se tornaram testemunhos da atuação dos organismos a serviço do Estado autoritário, com informações que demonstram as práticas utilizadas no “exercício das atividades repressivas”. Já Abrão e Guimarães (apud SANTOS, 2016, p. 11) sustentam que em sociedades marcadas por ditaduras e conflitos civis esses arquivos se constituem em ferramenta “para enfrentar e desconstruir legados autoritários”.

No entanto, sem diminuir a importância desses arquivos para a sociedade e para Estados democráticos, uma série de questionamentos foram surgindo a partir do tratamento técnico e das demandas relativas a esses arquivos. Algumas questões passaram a ser analisadas e muitas vezes se tornaram polêmicas, como a veracidade das informações que apresentavam, se são documentos públicos para acesso a toda a sociedade ou se, mesmo sendo documentos de Estado, por conterem informações pertinentes aos perseguidos políticos, poderiam ferir a honra e a intimidade de indivíduos e o seu acesso deveria ser restrito; e quais usos pode-se efetivamente fazer de documentos produzidos pela repressão em Estados democráticos.

Talvez muito do que se imaginou realizar a partir desses arquivos não tenha sido possível, seja devido ao caráter das informações neles contidas, seja pela limitação imposta pelas disputas políticas e pela legislação pertinente tanto à acesso a documentos como às ações relativas à Justiça de Transição.

A ilusão de elucidação do passado e “verdade” pode se associar de forma mais premente a esses arquivos por serem constituídos por documentos oficiais, produzidos pelo Estado, fazendo parte de “uma produção de documentos para uso diário, cuja função é gerenciamento administrativo, suporte informacional e valor probatório perante a lei” (CATELA, 2011, p. 384). Sobre esta questão, Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p. 426-427) afirma que os arquivos da repressão, assim como qualquer outra categoria de arquivo, não representam a verdade, mas refletem a realidade do seu produtor e das ações que os geraram que, atrelados à lógica da sua entidade produtora, são elementos probatórios das ações que o originaram. Mesmo assim, autenticidade é diferente de veracidade, já que a autenticidade é uma prerrogativa de documentos arquivísticos e está relacionada ao fato de um documento ter sido efetivamente produzido por determinado produtor, para uma finalidade específica, não importando se contém inverdades, enquanto a veracidade ultrapassa o “material empírico” (CAMARGO, 2002, p. 8-9).

Para Mariana Joffily (2014, p. 2), quando tratamos da pesquisa nesses arquivos, podemos destacar duas posturas distintas: uma crença ingênua de que esses documentos trarão a “verdade” e o seu inverso, uma “desconfiança radical” que vê seu conteúdo como majoritariamente enganoso. James N. Green (2011), por exemplo, afirma que analisando os documentos da DEOPS é possível notar que os documentos dos arquivos da repressão estão cheios de “mentiras”. Joffily (Ibidem, p. 2-5), ao analisar as afirmações de Green (2011) vai elencar seis questões que explicariam o porquê de esses documentos estarem repletos de informações inexatas:

1. São documentos produzidos a partir de atividades persecutórias, que tendem a sobrevalorizar suspeitas. No caso da polícia brasileira, há um modelo inquisitorial que norteia suas práticas, herança de procedimentos penais portugueses. A investigação parte de uma presunção de culpa, que guia os policiais na busca de provas para confirmar as suspeitas e condenar o suposto culpado;
2. As estratégias de resistência dos presos políticos que, na dificuldade de se calar diante da tortura usavam subterfúgios, repletos de inverdades aos quais também podem se somar também erros e enganos e uma quantidade não desprezível de informações precisas e verídicas;
3. Contexto da Guerra Fria, quando havia uma tendência a superestimar a gravidade das transgressões. No mundo que temia uma revolução comunista e num país regido pela lógica da Doutrina da Segurança Nacional, a ameaça do inimigo interno poderia tornar uma mera reunião de moradores um risco para a segurança nacional;
4. Crença na confissão como prova suprema quando, na verdade, a tortura para a obtenção de informações produziu muitos depoimentos falsos ou distorcidos, com o intuito de fazer cessar a violência;
5. Necessidade de enfatizar o perigo representado pelos opositores, que serviria tanto como mecanismo para a manutenção da ditadura, como de justificativa da necessidade do aparelho repressivo. O inimigo passa, então, a ser superestimado, o que gerou excessos e distorções das informações;
6. Os documentos não registram todas as ações desenvolvidas pelos órgãos de repressão. Não há, por exemplo, informações sobre as torturas utilizadas nas sessões de interrogatório.

Nenhum documento – inclusive os oficiais, repletos de recursos para associar a informação contida no papel à formalidade da burocracia da administração pública, como carimbos, matrículas, cargos, cabeçalhos e brasões, caso dos arquivos da repressão – representa verdades atestadas. A postura positivista sobre os documentos já vem sendo criticada desde a primeira metade do século XX pela *École des Annales*, que defendia a fragilidade tanto da imparcialidade quanto da veracidade das informações contidas nos documentos, denunciando que havia intenção em seus produtores e força política na sua elaboração.

Não cabe neste trabalho um aprofundamento da questão da ideia de verdade dos documentos, mas há ainda posturas pouco críticas em relação à descoberta e à abertura de arquivos da repressão, principalmente de arquivos produzidos pelos órgãos de inteligência das Forças Armadas, como se pudessem por si só trazer em suas páginas a “verdade” sobre as ações implementadas pelo Estado na “perseguição ao inimigo” e que essa “verdade” teria o poder de transformar o conhecimento que temos sobre o período e a relação entre a sociedade e seu passado autoritário. O cidadão que ignora ou desconhece a brutalidade do regime passaria a reconhecê-la. O perseguido teria a compreensão dos atos de exceção que sofreu. Todos os agentes que participaram de atos de violência seriam identificados. Finalmente, dentro desta ilusão, poderia ser implementada a justiça, mesmo que a justiça da memória.

Sem negar a importância dos arquivos, acreditamos, assim como Mbembe (2013), que estes são carregados de ilusões de sacralidade, totalidade, pertencimento, poder, quando na verdade são produto, julgamento, fragmento e construção política.

O caráter público/privado de suas informações, bem como o reflexo disso no acesso a esses dados, segundo Kahan (2007, p. 3), é um dos temas centrais do debate sobre arquivos da repressão. A abertura de cada um desses arquivos tendeu a concentrar a atenção de vários atores.⁴⁵

A polêmica no processo da descoberta e da abertura desses arquivos envolveu diversos representantes, principalmente de dois grupos: ativistas e/ou sobreviventes, que muitas vezes fizeram da busca e da divulgação dos arquivos dos regimes ditatoriais parte de sua luta; e os simpatizantes e/ou participantes do regime que ou negam a existência desses documentos ou, quando não houve como negar a existência, foram contrários à sua abertura (Ibidem, p. 4).

Segundo Catela (2011, p. 385, tradução minha), os arquivos da repressão,⁴⁶ mesmo tendo cada um as suas características e particularidades, se configuram em um caso

⁴⁵ Trataremos mais detalhadamente da questão no Capítulo 3 deste trabalho.

⁴⁶ Catela considera arquivos da repressão tanto os objetos sequestrados das vítimas quanto os produzidos pelas forças de segurança, bem como muitas vezes podem ser associados a essa categoria os produzidos pelas entidades

paradigmático no mundo dos arquivos. São fonte para resolver disputas públicas e privadas, que estão ancoradas no presente. Sensibilizam parte significativa da sociedade que viveu o período de exceção, sejam suas vítimas ou agentes, bem como as organizações de direitos humanos e as comunidades como um todo que veem “refletidas ações e práticas de seus cidadãos diante da repressão: delação, solidariedade, medo, etc...”.

A atração e repulsão em relação a esses arquivos se devem, principalmente, ao fato de que parte dos interessados nos arquivos estão vivos, tanto do lado da repressão como do lado dos perseguidos. O que faz com que os documentos em questão estejam além de seu caráter histórico ou judicial e sintetizem também “um valor/memória e um valor/identitário” (Ibidem, idem).

Antonio Gonzalez Quintana (1995), por sua vez, afirma que o destino dos arquivos de repressão política está ligado à forma como se deu o fim dos regimes que os produziram, havendo dois casos típicos, o de reconciliação nacional ou ruptura pactuada e o de ruptura revolucionária.⁴⁷ No primeiro caso, a prioridade de ação é a compensação das vítimas da ação do Estado, muitas vezes fugindo da responsabilização dos agentes da repressão, a partir das “leis de ponto final”,⁴⁸ tendo como objetivo a busca de pacificação do país. No segundo caso a prioridade é a apuração da responsabilidade dos agentes responsáveis.

2.1.2 Arquivos da repressão no Brasil

Possuímos, em relação aos nossos vizinhos da América do Sul, um volume vasto de arquivos da repressão que sobreviveram à transição democrática. Estes arquivos começaram a ser recolhidos a partir da década de 1990 às instituições arquivísticas pertinentes. Podemos destacar dois momentos significativos:

- A década de 1990, com o recolhimento de parte dos arquivos das polícias políticas estaduais: Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS), em 1991; do Departamento Geral de Investigações Especiais do Rio de Janeiro (DGIE), em 1992; da Delegacia de Ordem Política e Social do

de direitos humanos na busca por informações e denúncias das ações arbitrárias do Estado. Neste trabalho consideraremos categorias diferentes, embora complementares.

⁴⁷ Segundo Américo Freire (2014), dois tipos de transição política podem ser construídos: a conduzida por cima, pelo regime, a partir de algum tipo de acordo com grupos de oposição, o que daria origem à comumente designada transição pactuada; e a por colapso, quando regime é derrubado por forças de oposição.

⁴⁸ Lei 23.492, de 24 de dezembro de 1986, promulgada na Argentina por Raúl Alfonsín. Estabeleceu a paralisação dos processos judiciais contra os autores das detenções ilegais, torturas e assassinatos durante a ditadura militar argentina. Podemos encarar no caso brasileiro a Lei de Anistia de 1979 como uma lei de “ponto final”. Trataremos dos limites da Lei de Anistia mais adequadamente no Capítulo 3.

Maranhão (DOPS/MA), em 1991; da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS/PB), localizada em 1992;⁴⁹ da Delegacia de Ordem Política e Social de Goiás (DOPS/GO), em 1995; da Delegacia de Ordem Política e Social de Sergipe (DOPS/SE), em 1996; a Delegacia de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), em 1998.⁵⁰

- O período de 2005 a 2010, quando diversos documentos de órgãos de segurança e informação, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI), entre outros, foram recolhidos ao Arquivo Nacional. Até abril de 2010, por sucessivos recolhimentos, o acervo da Coordenação Regional sobre a ditadura militar passou de 2 para 43 fundos documentais, correspondendo a aproximadamente 16,5 milhões páginas de textos (ARQUIVO NACIONAL (Brasil). “Memórias em Rede”).

Como já tratamos anteriormente, a repressão política não era atividade incomum na nossa história. A prática formal da utilização da perseguição e da violência para calar a oposição, reprimir ideias “desviantes” e implementar projetos de poder não era estranha ao Estado brasileiro e, desde a Primeira República foram criados órgãos e atividades específicas para o “tratamento” dos considerados criminosos políticos.

No entanto, a partir do golpe militar de 1964, que instituiu uma ditadura militar por 21 anos no Brasil, criou-se uma estrutura do sistema de segurança do Estado nunca antes vista, que remodelou órgãos já existentes e os integrou a outros novos, criados a partir de 1964, com o objetivo de tornar mais eficientes os mecanismos de repressão, de controle e de informação:

A caça ao “inimigo” interno impôs remodelações profundas na estrutura de segurança do Estado. Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança. Outra foi a atribuição de enorme autonomia aos organismos criados. No início da década de 1970, já se chegava a falar na existência de um Estado dentro do Estado (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 72).

O SNI, órgão central da comunidade de informações, criado poucos meses após o golpe através da Lei nº 4341 de 13 de junho de 1964, era subordinado diretamente à Presidência da República e responsável pela coordenação das atividades de informação e de contrainformação em todo país, tendo por objetivo a garantia da segurança nacional. Essa instituição fornecia ao

⁴⁹ Na descrição do fundo na base de dados Memórias Reveladas não fica clara a data de seu recolhimento.

⁵⁰ O recolhimento dos arquivos DOPS será tratado mais detalhadamente no Capítulo 3 deste trabalho.

sistema de informações uma estrutura capilarizada como nunca havia existido.⁵¹ Contava com: uma sede central, em Brasília; oito agências regionais; as Divisões de Segurança e Informação para cada ministério civil; braço operacional das DSIs, que atuavam dentro de empresas estatais, autarquias e universidades. As Forças Armadas também tinham seus serviços de informações, o Centro de Informações do Exército (CIEEx) o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).

A partir de 1969, o sistema de coleta e análise de informações e de execução da repressão tornou-se maior e mais sofisticado com a criação oficiosa, em São Paulo, da “Operação Bandeirantes” (OBAN), organismo misto formado por oficiais das três Forças e por policiais. Combinava coleta de informações a partir dos interrogatórios e ações de combate. O “sucesso” da experiência da OBAN levou à sua oficialização, com a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operação Interna (DOI). Estes atuavam sempre em conjunto (DOI-CODI), os CODI como unidades de planejamento e coordenação e os DOI como seus subordinados e braços operacionais.

Trabalhando nos estados de forma conjunta e subordinados aos órgãos centrais da comunidade de informações, havia ainda os DOPS, estruturados nas secretarias de segurança estaduais.⁵²

Além dos órgãos de inteligência e repressão, podemos destacar a atuação da Comissão Geral de Investigação (CGI),⁵³ criada em duas ocasiões⁵⁴ e instituída diretamente no âmbito do Ministério da Justiça, com a finalidade de promover investigações sumárias para confisco dos bens adquiridos de maneira ilícita no exercício de cargo ou função pública.⁵⁵ Integravam o “sistema” CGI mais de 20 subcomissões estaduais.⁵⁶

Essa estrutura gigantesca de órgãos (tanto os criados a partir de 1964 quantos os já existentes e integrados a essa estrutura), funções e atividades produziram muitos documentos

⁵¹ PROJETO BRASIL DOC (Projeto República UFMG). “2. Órgãos de informação e repressão da ditadura – Heloísa Starling”. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁵² Tratamos especificamente do DOPS Rio de Janeiro e das demais polícias políticas do Rio no capítulo anterior.

⁵³ Para maiores informações sobre a atuação da CGI, ver: KNACK, 2019.

⁵⁴ A primeira vez pelo decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, com a finalidade de regulamentar a investigação sumária prevista no artigo sétimo do ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. A segunda a partir do Decreto-Lei nº 359, de 17 de setembro de 1968.

⁵⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). “Dibraq – Fundo/Coleção 1M – Comissão Geral de Investigações”. Disponível em: dibraq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-1981. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁵⁶ No entanto, segundo Carlos Fico (2001, p. 158), a CGI era tanto um tribunal administrativo investigando atos de corrupção como um tribunal político investigando atos contrários à preservação e consolidação do regime militar. Foram alvo de investigações figuras políticas consideradas inimigas da “revolução” como o presidente destituído, João Goulart, o ex-presidente Juscelino Kubitschek e Leonel Brizola. De 1969 a 1973, a CGI abriu 1.153 processos de investigação.

diariamente e comumente acumularam documentos de atividades de repressão de períodos anteriores ou de órgãos que sucederam.

Se tratarmos especificamente de arquivos sobre a ditadura militar no Brasil (1965-1985) – lembrando que no século XX vivemos uma série de períodos, experiências e governos repressivos e possuímos documentação sobre eles – podemos, inclusive, afirmar que o Estado é o maior produtor de fontes sobre a ditadura militar (MORAES COSTA & SILVA, 2019) tanto em relação ao número de fundos/coleções⁵⁷ contemplados como em volume produzido.

Ainda Segundo Fernanda de Moraes Costa e Elaine Alves da Silva (2019), a partir da análise dos fundos e coleções contemplados na base de dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional é possível ver que o Estado é o produtor de 44,4% dos fundos/coleções apresentados e produziu, em termos de volume, 91,03% dos documentos.

Exemplo inequívoco de arquivos da repressão, os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro – objeto de análise do presente trabalho e estruturada em uma série de órgãos repressivos ao longo do século XX – possuem mais de quinhentos metros lineares⁵⁸ de documentos textuais, consultados desde o seu recolhimento, por milhares de pesquisadores. Todos os seis fundos relativos aos órgãos estaduais de repressão custodiados pelo APERJ são arquivos da repressão, devido aos produtores e atividades que os originaram: dois estão associados a um período anterior a 1964 – DPS e DESPS – e três ao período da ditadura militar – DOPS/GB, DOPS/RJ e DGIE. No caso do Fundo Polícias Políticas, seus documentos cobrem o período que vai de 1927 até 1983, compreendendo a Primeira República até a extinção do último órgão de polícia política.

Os arquivos geralmente mais conhecidos dos “DOPS” estaduais são o fundo DEOPS, de São Paulo, e os fundos das polícias políticas do Rio de Janeiro. Acreditamos que a “popularidade” destes arquivos se dá não pelo “peso” que pesquisas e instituições sudestinas supostamente teriam ou pela pretensa “importância” política ou econômica desses estados, mas pela própria configuração destes fundos. O de São Paulo se constitui no maior acervo textual (mais de um quilômetro de documentos textuais), enquanto o do Rio de Janeiro, além de mais antigo (documentos desde 1905) e com volume extenso de documentos textuais, contém mais de 55.000 itens de diversos gêneros textuais.⁵⁹ Cabe destacar que o Rio de Janeiro foi Distrito

⁵⁷ Coleção: “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52).

⁵⁸ Esses números se modificam um pouco ao longo do tratamento técnico do acervo, à medida que os documentos vão sendo organizados e identificados. No início do tratamento técnico o volume estimado era um pouco maior.

⁵⁹ Gênero documental: “reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso (1), como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos,

Federal até a década de 1960, logo sede do executivo nacional e de uma série de instituições nacionais, e que o fundo DEOPS de São Paulo⁶⁰ foi totalmente liberado para consulta, sem restrição de acesso pouco após o recolhimento.

Mariana Joffily (2012, p. 137) afirma que embora o Brasil seja o país, em comparação a seus vizinhos da América Latina, que detém o maior volume de arquivos sobre a repressão política, não foi possível descobrir e acessar a documentação dos principais centros de repressão política, onde seria possível encontrar informações que conduzissem à localização dos corpos dos desaparecidos políticos, como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e os Destacamentos de Operação de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Os comandantes das três forças afirmavam que os arquivos de órgãos de inteligência militar foram eliminados. Esta informação é questionada pela autora deste trabalho, devido à não existência de um registro de eliminação de documentos oficiais e, ainda, pelo recolhimento ao Arquivo Nacional, em 2010, de 189 caixas de documentos da Aeronáutica, contendo cerca de 50.000 documentos. Mesmo que esses documentos tenham sido selecionados a partir de um volume maior, demonstraria que, apesar de discursos em contrário, esta documentação existiria de fato.

2.1.3 Arquivos da resistência

Trataremos aqui dos arquivos que representam o que podemos entender como o lado oposto à prática da repressão, ou seja, o da resistência a ela. Neste trabalho, consideraremos como atos de resistência a organização de movimentos de oposição política, armada ou não, e de movimentos por direitos e democracia, bem como denúncias a atos de exceção e apoio a perseguidos políticos, seja em período ditatorial ou no imediato pós-ditadura, quando o processo de redemocratização era incipiente e incerto. Assim, arquivos da resistência são aqueles produzidos pelas ações de reação à ditadura, seja por entidades, grupos ou indivíduos. São os arquivos dos partidos de oposição,⁶¹ dos grupos e movimentos clandestinos, das associações de vítimas, organizações de direitos humanos, dos movimentos sociais, entre outros.

documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99).

⁶⁰ Trataremos do acesso ao fundo DEOPS/SP mais detalhadamente no Capítulo 3.

⁶¹ Mesmo na clandestinidade, devido ao sistema bipartidário instituído a partir do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Enrique Serra Padrós (2009, p. 40) denomina de “arquivos sobre a repressão” os documentos elaborados a partir da atuação das organizações de direitos humanos. Arquivos que, segundo o autor, são quase sempre os primeiros a serem organizados e publicizados, mesmo durante a vigência de regimes ditatoriais, para dar suporte na busca por informações ou para denúncia. Foi a partir deles que se deram as primeiras avaliações sobre as experiências traumáticas e, também, as primeiras pesquisas jornalísticas e históricas sobre períodos de exceção.⁶² São constituídos, principalmente:

[...] de testemunhos e depoimentos de sobreviventes, listagens de vítimas, de repressores (“vitimários”) e de locais de detenção (legais ou clandestinos) bem como de acervos fotográficos, cópias de documentos de identidade e relação de vítimas com suas organizações políticas e sociais de origem. Seus idealizadores e administradores foram aquelas pessoas reconhecidas como empreendedores da memória, as quais, mesmo em condições difíceis, defenderam a necessidade de documentar tudo o que era possível, particularmente diante da negativa estatal de dispor sua documentação.

Para Bruno Groppo (2014, p. 17) os arquivos produzidos/acumulados pelas associações de vítimas e organizações de defesa dos direitos humanos, durante ou pós-ditadura militar, são uma categoria particular, uma especificidade nos arquivos relativos às ditaduras militares nos anos de 1960-1980 na América Latina. De acordo com o autor, a multiplicação deste tipo de arquivo “foi uma das principais formas de resistência da sociedade civil à instauração, em numerosos países da região, de ditaduras militares que se distinguiram particularmente pela violação dos direitos humanos”.

Três entidades de direitos humanos serão tratadas neste trabalho como exemplo de produtores associados à resistência: (I) Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (CLAMOR), criado em 1978; (II) Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), iniciado em 1979 e apresentado ao público em 1985; (III) Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), que iniciou suas atividades no ano de 1985. As duas primeiras foram selecionadas a partir das suas descrições arquivísticas no **Guia de Fontes Memórias Reveladas** e a terceira, apesar de não estar descrita nesse guia, suas atividades estão dentro da mesma lógica das demais entidades aqui tratadas.

Cabe destacar que embora essas entidades e ações tenham se instituído no período de abertura política, caso do CLAMOR, ou no período pós-Lei de Anistia e durante o primeiro governo civil após a ditadura militar, caso do Brasil Nunca Mais e do Grupo Tortura Nunca Mais, associamos suas atividades e acervos a atos de resistência ao regime. Era ainda um período de incerteza quanto ao reestabelecimento dos direitos civis e políticos, havia órgãos de

⁶² Para maiores informações ver: PADRÓS, 2009, p. 30-45.

segurança e informação ainda atuantes, caso do SNI, por exemplo. Continuavam vigentes a Constituição de 1967, que era a face legal da ditadura e a emenda constitucional de 1969, que se tratava de uma adequação da Constituição de 1967 às medidas arbitrárias do regime, principalmente aos Atos Institucionais, legalizando as atividades de perseguição, censura e repressão promovidas.

Denunciar as arbitrariedades de quem acabava de sair do governo, mas que continuava fazendo parte do poder público, como policiais e militares na ativa, funcionários públicos em diversas atividades, alguns, inclusive, conquistando cargos públicos de confiança significativos no período imediato pós-ditadura⁶³ era ato de resistência e que poderia trazer consequências para os envolvidos. Cabe lembrar os casos de atentados na sede do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (1980) e no Riocentro (1981) em que, mesmo realizados após a Lei de Anistia, nenhum dos envolvidos foi punido, ainda que no caso do Riocentro os culpados tenham sido claramente identificados e relacionados a setores do Exército, descontentes com o processo de abertura política.

Outra questão importante é que durante anos no Brasil os familiares e os atingidos pelas ações do Estado contavam quase que exclusivamente com os arquivos das associações de vítimas e de entidades/ações de direitos humanos para a denúncia das arbitrariedades e para a busca por informações. O acesso a eles se deu anos antes do direito ao *habeas data*⁶⁴ e do início do recolhimento dos arquivos da repressão⁶⁵ (1991).

O Grupo CLAMOR foi criado em 1978, vinculado à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O Comitê era uma iniciativa de cristãos leigos para denunciar a violação dos direitos humanos nos países da América Latina, bem como para dar assistência “aos refugiados políticos dos países do Cone Sul⁶⁶ não reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), vítimas de violações dos direitos humanos e vivendo no exílio em consequência das arbitrariedades do autoritarismo vigente nesses países” (CRUZ, 2013, p. 2).

Algumas das iniciativas do CLAMOR foram a denúncia dos campos de detenção clandestinos na Argentina, a investigação do paradeiro de crianças sequestradas no país platino,

⁶³ Sendo, inclusive, alvo de denúncias de grupos de direitos humanos.

⁶⁴ Direito, instituído pela Constituição de 1988, do cidadão de acessar qualquer informação que órgãos públicos tenham sobre si. Trataremos mais detalhadamente deste direito no Capítulo 3 deste trabalho.

⁶⁵ O recolhimento de arquivos oficiais dos órgãos de repressão e informação a instituições arquivísticas públicas, como o caso da documentação dos DOPS, se deu anos depois da redemocratização. Os arquivos DOPS, por exemplo, foram recolhidos no início dos anos de 1990 a instituições arquivísticas estaduais.

⁶⁶ Sobre o temor dos refugiados ver: CAMPANHOLO, 2019.

bem como a denúncia da existência da cooperação das forças de segurança dos países do Cone Sul (Operação Condor)⁶⁷.

A documentação do Fundo CLAMOR reúne uma série de documentos como:

[...] agendas, boletins internos, cartazes, comunicados à imprensa, correspondência, depoimentos de refugiados e de parentes e amigos de desaparecidos e presos políticos, dossiês de crianças desaparecidas, fichas de desaparecidos e de torturadores argentinos, fotografias de desaparecidos, informes, livros, publicações periódicas e relatórios de atividades. O acervo contém milhares de cartas e documentos referentes ao período de 1978 a 1990, enviados por familiares e por membros de organizações de direitos humanos, sindicatos e igrejas dos países do Cone Sul, assim como correspondência e informes de agências das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de embaixadas estrangeiras e entidades não governamentais de vários países de fora da América Latina (Ibidem, p. 4-5).

Se os arquivos de organizações de direitos humanos e associações de vítimas são um caso específico das ditaduras militares latino-americanas, o caso do Projeto Brasil: Nunca Mais é provavelmente único e exclusivamente brasileiro. Secretamente, entre 1979 a 1985, uma equipe de profissionais, entre advogados, jornalistas e pesquisadores, com o apoio da Igreja Católica e do Conselho Mundial de Igrejas, copiou documentos oficiais do Superior Tribunal Militar (STM) – segunda instância da Justiça Militar, que atuou como foro político durante a ditadura –,⁶⁸ reuniu informações, pesquisou e elaborou dados e textos sobre a violação dos direitos humanos pelo Estado brasileiro do período do golpe militar, de 1964 até a Lei de Anistia, em 1979.

Com a promulgação da anistia, em 1979, os advogados de presos políticos passaram a ter o direito de solicitar ao STM o processo na íntegra de seus clientes e tê-lo em mãos por um prazo de 24 horas para análise e estudo do caso. Foi nesta brecha legal que os integrantes do Brasil: Nunca Mais, anonimamente – apoiados por Dom Paulo Evaristo Arns e financiados pelo

⁶⁷ “A Operação Condor, formalizada em reunião secreta realizada em Santiago do Chile no final de outubro de 1975, é o nome que foi dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai — para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região” (COMISSÃO NACIONAL DE VERDADE (Brasil). “Operação Condor”, sem data).

⁶⁸ A partir de 1965, com a edição do Ato Institucional nº 2, o STM teve a sua competência ampliada, oficialmente. Passava a ter uma dupla função: a justiça corporativa, ou seja, para os militares, e a justiça do regime, processando e julgando opositores do governo militar em casos de atentado contra a segurança nacional e a probidade administrativa (MOREIRA, 2011, p. 1). Assim, de 1964 a 1979, a Justiça Militar ficou responsável pelo julgamento de civis que cometessem crimes políticos, produzindo um volume considerável de documentos para a condução de processos. Esses processos continham além dos documentos de acusação e defesa, as denúncias de torturas feitas pelos próprios presos, com os locais onde teriam sido realizadas, não sendo incomum, inclusive, a apresentação dos nomes dos agentes torturadores.

Conselho Mundial de Igrejas –, fotocopiaram 707 processos políticos⁶⁹ que tramitaram no Tribunal, num total mais de mais de 1.000.000 páginas de documentos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 22).

Acredita-se que é possível, inclusive, afirmar que a história do conhecimento e acesso da sociedade aos documentos produzidos pela ditadura no Brasil se inicia com o Brasil Nunca Mais, que em 1985 divulgou informações sistematizadas sobre os processos políticos julgados pelo STM, a partir da publicação do livro **Brasil: Nunca Mais** (Petrópolis: Vozes, 1985), que apresentou de forma resumida o trabalho de cerca de seis anos de levantamento de documentos oficiais, informações e pesquisas realizados pelo Projeto. Tinha-se, pela primeira vez, registros comprovadamente oficiais que mostravam a prática da tortura e da perseguição política, acessíveis a quem os quisesse ler.

Muito além de fotocopiar documentos originais de uma instituição da estatura do STM, que já seria uma tarefa árdua e perigosa à época, o Brasil Nunca Mais analisou as informações que constavam nos processos judiciais, elaborando um relatório de 12 volumes, que consistiu em 6.891 páginas (AQUINO apud BAUER, 2008, p. 10) com uma série de dados como: a própria natureza da pesquisa realizada e o Projeto BNM; grupos sociais a que pertenciam os presos políticos; torturas praticadas; informações sobre mortos por motivação política; identificação de torturadores; locais onde ocorreram as torturas; funcionários envolvidos. Estes relatórios, tratados pelo BNM como Projeto B, foram divulgados em março de 1985 junto ao Projeto A, que consistia na transformação dos relatórios no livro **Brasil: Nunca Mais** (1985) mencionado anteriormente, elaborado pelos jornalistas Ricardo Kotscho e Frei Betto, coordenados por Paulo de Tarso Vannuchi.

Meses após a divulgação do livro e dos relatórios do BNM, foi criado o Grupo Tortura Nunca Mais. Sua história começou em 1985, durante o primeiro governo Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987), quando o Coronel Valter da Costa Jacarandá foi indicado para assumir o cargo em comissão de subchefe do Estado Maior do Corpo de Bombeiros. O oficial foi reconhecido como um dos torturadores do DOI-CODI no Rio de Janeiro pelo Secretário de Transportes da época, Brandão Monteiro, e por uma série de outras testemunhas. Diante das denúncias, o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos decidiu exonerar o oficial.⁷⁰

⁶⁹ A versão física destes se encontra no Arquivo Edgar Leuenroth, na UNICAMP. Cabe, ainda, destacar o BNM Digit@l, iniciativa do Ministério Público Federal, onde podemos encontrar a cópia digitalizada destes processos.

⁷⁰ “De volta às sombras: Coronel Jacarandá é exonerado do cargo”. In: **ISTOÉ**, São Paulo, 24 abr. 1985.

Segundo Cecília Coimbra (1996, p. 1), outros nomes do Governo Brizola foram reconhecidos pelo ex-presos políticos como integrantes do aparato de Estado ditatorial:

O secretário, José Halfeld Filho fora carcereiro do presídio São Judas Tadeu, um presídio que existia no andar térreo do Dops, e ele era a pessoa que fazia a ligação entre o Dops e os Centros de Informações do Exército (o CIEEx), da Marinha (o CENIMAR) e da Aeronáutica (o CISA). Logo depois viemos a descobrir também que o assessor de segurança para o Banerj era um major da PM, Riscala Corbaje, muito conhecido no período da ditadura como dr. Najib. Ele torturou a mim e a várias outras pessoas.

O tema da tortura foi se tornando, então, uma discussão pública. Muitos dos que passaram pelos centros de tortura se sentiram motivados a exercer a ação política de denunciar e tornar público quem eram esses indivíduos, pedindo seu afastamento de cargos públicos (BAZÍLIO, 1996, p. 3). Um grupo de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos passou a se reunir para discutir o que poderiam fazer para afastar pessoas ligadas à tortura dos postos de confiança do governo.⁷¹ O grupo percebeu que havia um vazio “em termos de sociedade brasileira”, pois, apesar de muito falada, a questão da violência naquele momento era tratada como totalmente desvinculada do período da ditadura. Achou-se, assim, que seria importante a criação de uma entidade com a finalidade de: (I) mostrar que o Estado brasileiro na ditadura militar tinha feito da tortura um instrumento oficial e institucionalizado a figura do desaparecido político; (II) pensar os efeitos da violência da ditadura militar na sociedade atual, fazendo uma ligação entre a violência que existia no campo, nas cidades e o que foi instituído pela ditadura militar. A entidade foi lançada oficialmente entre final de outubro e início de novembro de 1985 (COIMBRA, 1996, p. 2).

Ainda atuante, o GTNM conta com os grupos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Paraná, Alagoas e Goiás⁷², denuncia torturadores, realiza pesquisas em documentos para a investigação de torturas, mortes e desaparecimentos e dá apoio às vítimas das violências de Estado. Em seu escopo de atuação, o grupo pesquisou e reuniu documentação de diferentes proveniências (do Estado, dos sobreviventes da tortura e dos familiares de desaparecidos), produziu relatos, solicitações, denúncias e dossiês sobre indivíduos mortos ou desaparecidos.

Aos arquivos da resistência associamos também aqueles que Elizabeth Jelin (2002) trata como diversos e dispersos, constituídos a partir de resistências individuais e coletivas aos

⁷¹ A imprensa acompanhava as reuniões e o **Jornal do Brasil** publicou no mesmo ano uma matéria sobre grupo e a sua denúncia de existência de torturadores em cargos de confiança no governo do estado do Rio de Janeiro.

⁷² GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. “Quem somos”. In: **Grupo Tortura Nunca Mais/RJ**, sem data.

regimes repressivos. São arquivos de comitês, associações, sindicatos, coletivos, campanhas, organizações de trabalhadores e estudantes, indivíduos, jornais, partidos e mais uma série de arquivos,⁷³ atualmente se encontram, em grande parte, descritos na base de dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (2006).⁷⁴

Podemos citar alguns, a título de exemplo: **A Voz do Povo**, órgão oficial de imprensa do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Alagoas; **Correio da Manhã**, jornal independente, de tradição legalista e oposicionista; Comitê Brasileiro Pela Anistia; Comitê de Solidariedade aos Povos da América Latina de Campinas, parte de um movimento mais amplo, ocorrido no Brasil, de solidariedade às lutas populares em curso nos países da região; o acervo do Centro de Cultura Alternativa (Imprensa Alternativa), criado na época em que o escritor Rubem Fonseca esteve na presidência da Fundação RIOARTE, para documentar e divulgar aspectos da cultura brasileira e com o objetivo específico de “catalogar o que produziu e produz o país na imprensa alternativa e na produção cultural independente nos anos 60/80”; Juventude Universitária Católica; Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOMSP); Partido Comunista Brasileiro; acervo da Rádio Jornal do Brasil; Teatro Oficina; Apolônio de Carvalho, Daniel Aarão Reis; Eulália Lobo; Herbert de Souza; Jessie Jane; João Goulart; Luiz Carlos Prestes; Maria da Conceição da Costa Neves; Mario Lago; San Tiago Dantas (ARQUIVO NACIONAL, **Memórias reveladas**, sem data).

O objetivo de elencar alguns conjuntos documentais é apresentar nomes mais e menos óbvios e indivíduos/ações mais combativas, no sentido literal do termo, de se pegar em armas e ir à luta real, bem como aqueles cujas ações de oposição ficaram mais no campo das ideias. Não existem acervos mais ou menos importantes, independente de quem os constituiu ou do volume produzido. Estes arquivos mostram que a resistência ao regime reuniu ações diversas e indivíduos muito diferentes entre si.

2.1.4 Arquivos da reparação

A reparação é um dos pilares da justiça de transição, termo cunhado na década de 1990 por Ruti G. Teitel (2003). Justiça de Transição consiste em uma “concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada por respostas legais para confrontar os crimes dos regimes repressivos anteriores” (Ibidem, p. 69, tradução minha). Seus cinco pilares são: “processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às

⁷³ Parte destes arquivos foram doados ao Arquivo Nacional a partir do Edital de chamamento público, em 2009. Trataremos do Edital no Capítulo 3 deste trabalho.

⁷⁴ Trataremos do Projeto Memórias Reveladas no Capítulo 3 deste trabalho.

vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação” (VAN ZYL, 2009, p. 34). No âmbito dessa concepção, reparação consiste no dever do Estado em fornecer medidas (auxílio financeiro, suporte psicológico, iniciativas simbólicas) para tentar reparar as violações dos direitos humanos perpetradas por este mesmo Estado.

O termo “reparar”, no entanto, tem um sentido mais amplo podendo também significar:

1. Pôr algo que se estragou ou quebrou em bom estado de funcionamento; consertar, restaurar [...]
2. Fazer voltar a ter energia, força ou saúde; recobrar, recuperar [...]
3. Dar satisfação de; desculpar-se, retratar-se [...]
4. Fazer melhorias ou aprimoramento em; aprimorar [...]
5. Fazer reparos ou correções; remediar [...]
6. Compensar alguém ou a si próprio por danos, prejuízos ou contrariedades sérias; indenizar(-se), ressarcir(-se) [...]
7. Fixar a vista ou a atenção em; notar, observar [...]
8. Tomar cautela; resguardar-se [...]
9. Oferecer proteção a si mesmo; abrigar-se, proteger-se [...]

(REPARAR. In: **Dicionário Brasileira da Língua Portuguesa – Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 2015).

Acreditamos que o Estado no período pós-1988, ainda que timidamente e não na celeridade e proporção desejada por alguns setores da sociedade, instituiu órgãos/entidades e ações voltados tanto para reparar, de alguma forma, a vida de indivíduos atingidos pelos atos de violência, quanto para tentar aperfeiçoar e aprofundar o próprio Estado de direito e a democracia e deles tentar afastar “o que restou da ditadura”.⁷⁵ São tentativas de enfrentamento do seu legado autoritário.

Denominaremos, assim, de “arquivos da reparação” a documentação produzida pelos órgãos/entidades do Estado que têm como competência a prestação de contas à sociedade em relação aos atos arbitrários do período ditatorial, seja em sentido mais “estrito”⁷⁶, como a reparação individual, ou em um sentido mais amplo, contemplando ações voltadas para memória e verdade. Destacamos que não cabe a este trabalho a análise da abrangência, resultados e tempo de resposta dessas ações, mas sim apresentar de forma breve o que foi instituído oficialmente e que gerou documentação pública.

Os arquivos da prestação de contas dos atos de repressão política, são os mais recentes do trio arquivos da repressão/arquivos da resistência/arquivos da reparação, tendo sido elaborados já em período democrático, a partir de meados da década de 1990. Reúnem documentação oficial gerada, por exemplo, pela análise e decisão, para a concessão ou não, do

⁷⁵ Para uma visão crítica em relação ao legado da ditadura ver: TELES & SAFATLE, 2015.

⁷⁶ Usar o termo estrito não é diminuir qualquer ação de reparação, apenas que é uma reparação individual.

status de anistiado político, de retorno às atividades profissionais encerradas devido à perseguição política, de indenização financeira, bem como para atividades voltadas para análise do próprio Estado democrático, suas limitações, fragilidades, silêncios e permanências.

Tais atividades seriam uma tentativa do Estado democrático de avançar, ir além do que foi assegurado pela Lei de Anistia em 1979 que, segundo Glenda Mezarobba (2010), não atendeu às principais reivindicações dos perseguidos políticos e dos familiares das vítimas fatais do regime.⁷⁷

Buscaremos demonstrar os arquivos categorizados como “arquivos da reparação”, apresentando alguns arquivos produzidos por órgãos/entidades criados desde 1995, a partir da primeira ação de reconhecimento do Estado brasileiro acerca da sua responsabilidade em relação a mortes e desaparecimentos de cidadãos, em razão das graves violações aos direitos humanos na ditadura militar.

Em dezembro de 1995⁷⁸ foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tendo como atribuições o reconhecimento oficial de pessoas mortas ou desaparecidas por motivação política, a localização de seus corpos e a emissão de parecer sobre os requerimentos de familiares das vítimas.

Na primeira etapa dos seus trabalhos, contemplou 480 pedidos de reparação e reconhecimento e até o início de 2019⁷⁹ realizava trabalhos: (I) no Araguaia para busca, localização e identificação de restos mortais de mortos e desaparecidos políticos; (II) em São Paulo, coordenando as ações para a identificação de restos mortais enterrados na Vala Clandestina de Perus; (III) no Rio de Janeiro, acompanhando e apoiando pesquisas relacionadas à “Casa da Morte”, centro clandestino de detenção e tortura no município de Petrópolis.

No ano de 2001, foi instituída a Comissão de Anistia,⁸⁰ responsável pelas políticas de reparação às vítimas da ditadura no Brasil. A Comissão tem por finalidade examinar os requerimentos de anistia, para dar suporte ao ministro da Justiça na decisão acerca da concessão de anistia política. Até o final do ano de 2018 foram apresentados à comissão mais de 75 mil requerimentos de anistia política, 67 mil apreciados e 11 mil pendentes.

⁷⁷ Iremos analisar mais detalhadamente as políticas de reparação no Capítulo 3 deste trabalho.

⁷⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências”.

⁷⁹ A partir do ano de 2019 não foi mais possível ter acesso a informações sobre a Comissão de Anistia nas páginas oficiais do Governo Federal.

⁸⁰ Em 28 de agosto de 2001, a partir Medida Provisória nº 2.151, transformada posteriormente na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

A partir de 2007, as atividades da Comissão de Anistia se ampliaram, passando a se inserir em um contexto maior de políticas voltadas para a busca de valores próprios da Justiça de Transição: reparação, memória e verdade. Nesse sentido, sob a gestão do presidente Paulo Abrão, implementou os projetos: (I) Marcas da Memória, com a finalidade de registrar a memória das vítimas com a construção de um acervo de fontes orais e audiovisuais; (II) Caravanas da Anistia, com atividades educativas e sessões públicas itinerantes para apreciação de requerimentos de anistia; (III) Memorial da Anistia Política no Brasil, uma parceria entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), prevendo a construção, em Belo Horizonte, de espaço de memória para preservar o acervo da Comissão de Anistia; (IV) Clínicas do Testemunho, núcleos de apoio e atenção psicológica aos indivíduos, famílias e grupos afetados pela violência praticada pelo Estado entre 1946 e 1988. Todas estas atividades de reparação reuniram, produziram e arquivaram uma série de documentos dos mais diversos tipos, gêneros e suportes.

Seguindo o exemplo da Comissão de Anistia implementada pelo governo federal, alguns estados da federação instituíram suas próprias versões estaduais de comissões voltadas para a reparação de indivíduos atingidos pelos atos de exceção, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará.⁸¹

No caso do Rio de Janeiro foi implementada, em dezembro de 2001, a Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro.⁸² O objetivo da sua criação foi implementar uma reparação econômica simbólica aos indivíduos que por sua participação (ou acusação de participação) em atividades políticas sofreram torturas físicas e psicológicas por agentes públicos ou em dependências do estado do Rio de Janeiro. Era composta por nove membros representando sociedade e Estado: quatro indicados livremente pelo governador do estado do Rio de Janeiro; dois pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Rio de Janeiro (OAB/RJ); um pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro; um pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ); e um pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Seu presidente era escolhido, entre os membros, pelo governador. Para fins de indenização era necessário ao requerente comprovar que o ato de violência tivesse ocorrido dentro de órgãos da administração direta ou indireta do estado do Rio de Janeiro ou que tivesse sido realizada por agente público dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, independentemente do local da ação.

⁸¹ Únicos estados que foi possível encontrar informação e legislação sobre.

⁸² Lei n. 3.744, de 21 de dezembro; Decreto nº 31.995, de 10 de outubro de 2002.

Também era obrigação do requerente apresentar uma cópia legível da sua documentação para que fosse encaminhada pela Comissão ao Projeto Memória do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

A Comissão ficava vinculada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos que, após o seu encerramento, deveria realizar o envio dos processos ao APERJ. Recolhido ao APERJ em 2014, esses documentos atualmente compõem o Fundo Comissão Especial de Reparação, que contém 1.045 processos de reparação⁸³ (solicitados por 1.034 requerentes), em que 846 solicitações foram deferidas e 199 indeferidas.⁸⁴

Cerca de dez anos depois da instituição da Comissão de Anistia e das Comissões de Reparação estaduais, e quase trinta anos após o fim da ditadura militar no Brasil, foi instituída a Comissão Nacional da Verdade, com o intuito de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988, e “com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional, a lei elegeu objetivos específicos a serem cumpridos, assegurando poderes para sua execução” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011”). Seguindo o governo federal, uma série de estados, municípios e instituições implementaram suas próprias Comissões da Verdade.

As Comissões da Verdade pesquisaram documentos oficiais, reuniram testemunhos de vítimas, realizaram investigações e produziram relatórios sobre diversos casos de violações perpetradas pelo Estado. Seus relatórios finais comumente reúnem uma série de recomendações para que sejam assegurados princípios e valores como memória e verdade e para que a democracia seja fortalecida. Como produto do trabalho das Comissões da Verdade, foram reunidos e produzidos centenas de documentos, formando seus arquivos próprios.

O acervo da Comissão Nacional da Verdade,⁸⁵ por exemplo, reúne milhares de documentos entre produzidos, recebidos e pesquisados como testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de agentes da repressão política, 47 mil fotografias, vídeos de audiências públicas, diligências e depoimentos, laudos periciais, livros, entre outros.⁸⁶ Foi

⁸³ Ver projeto coordenado por Jean Salles (UFRRJ), “O testemunho como janela” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO, 2015).

⁸⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). “Fundo CER – Comissão Especial de Reparação”. In: **Base de Dados Aperj**, sem data.

⁸⁵ O Decreto nº 8.378, de 15 de dezembro de 2014, criou uma estrutura administrativa temporária para organizar o acervo produzido pela CNV.

⁸⁶ Segundo informações da página da CNV, foram recebidos documentos de comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, arquivos de familiares de vítimas da ditadura e documentos oriundos da cooperação com governos de países como Argentina, Alemanha, Chile, Estados Unidos e Uruguai.

recolhido ao Arquivo Nacional, em 24 de julho de 2015, estando disponível on-line mais de mil documentos para consulta.

O Projeto de Lei nº 889-A/11, de 27 de setembro de 2011, foi o primeiro do país a tratar sobre uma comissão da verdade em esfera estadual. No entanto, a criação de uma Comissão da Verdade específica para o estado do Rio de Janeiro levou pouco mais de um ano, devido à atuação de parcela significativa de deputados contrários à proposta.

Em 24 de outubro de 2012, foi criada a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro⁸⁷ com a competência de:

Receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe fossem encaminhados, assegurada a não identificação do detentor ou depoente; requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que em qualquer grau de sigilo; convocar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que pudessem guardar relação com fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas; requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de colaboração com a CEV-Rio; promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para intercâmbio de informações, dados e documentos; requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos; requerer ao Poder Judiciário acesso a informações dados e documentos públicos e privados, necessários para o desempenho de suas atividades (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO, 2014, p. 37).

Os arquivos da Comissão Estadual de Verdade no Rio de Janeiro foram recolhidos ao APERJ, em 2017, pois até então estavam sob custódia da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos. Seus documentos consistem em relatórios, atas, documentos em vídeo, fotografias entre outros, ainda sob tratamento técnico do APERJ, contendo cerca de 4,2 metros lineares de documentos textuais, 9.774 itens digitais e 17 cartazes.⁸⁸

O estado do Rio de Janeiro produziu seus próprios documentos de reparação, a partir das atividades da Comissão de Reparação do Rio de Janeiro e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Assim, temos arquivos produzidos pelo Estado, nas suas diversas esferas, por órgãos/entidades nas ações de reparação de indivíduos e de tentativas de aprofundamento do Estado democrático, que trataremos neste trabalho como “arquivos da reparação”.

Como tratamos anteriormente, Antonio Gonzalez Quintana (1995) afirma que o destino dos arquivos da repressão política está ligado à como se deu o fim dos regimes que os

⁸⁷ Lei nº 6.335, de 24 de outubro de 2012.

⁸⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). “Fundo BR RJAPERJ CEV – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro”. In: **Base de Dados** APERJ, 2015.

produziram, reconciliação nacional/ruptura pactuada ou ruptura revolucionária. Dentro dessa lógica de destino dos arquivos, o Brasil claramente ficaria no primeiro caso,⁸⁹ já que esses arquivos foram utilizados principalmente para a compensação das vítimas da ação do Estado.

Podemos afirmar, inclusive, que existe muitas vezes uma relação “simbiótica” entre arquivos da reparação e arquivos da repressão, uma associação de dois “seres” de diferentes espécies, mas que vivem conjuntamente e com vantagens recíprocas. Não sabemos como se dariam no Brasil os processos de reparação sem os arquivos da repressão, que muitas vezes servem de base para a comprovação de abusos e para a tomada de decisões acerca de concessão ou não de direitos. De modo geral, os arquivos da repressão brasileiros são muito pesquisados pelos atingidos e seus familiares, objetivando a entrada em algum órgão oficial para um processo de reparação no STF, na Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos, na Comissão de Anistia ou nas comissões estaduais de reparação.

Tendo como exemplo os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, estes foram amplamente utilizados desde a década de 1990 nas pesquisas de *habeas data* do APERJ. O cidadão solicita ao APERJ documentos sobre si (ou sobre algum familiar) que comprovem a perseguição política e as arbitrariedades do Estado sobre algum cidadão para tentar dar entrada em processos de anistia e reparação.

As pesquisas de *habeas data* se tornaram um trabalho de rotina no APERJ, envolvendo os setores jurídico, administrativo e de pesquisa. No Protocolo do APERJ, os usuários preenchem um formulário (Anexo A) com uma série de informações sobre as suas atividades (ou de seu familiar), organizações/movimentos das quais fez parte ou não, período de atividade, se foi preso ou não, informações essas que auxiliam na delimitação do universo de pesquisa no acervo. É aberto pelo protocolo um “processo de *habeas data*” com número, título e data, no qual serão reunidos os documentos de identificação do cidadão e do seu familiar (se for o caso) e o formulário preenchido. A Assessoria Jurídica analisa a validade da solicitação, dando permissão ou não para a pesquisa. Caso seja permitida a pesquisa, esta é iniciada nos arquivos e tudo o que for encontrado é fotocopiado e reunido com elementos (carimbos, datas, rubricas e assinaturas), que comprovam que aquelas são fotocópias de documentos originais do APERJ. As fotocópias são entregues ao cidadão, que as utilizará para dar entrada em algum processo de reparação, enquanto o processo relativo ao *habeas data* é arquivado pelo APERJ.

⁸⁹ A questão da reconciliação nacional no Brasil é muito polêmica, pois esse “pacto de reconciliação” resultou em esquecimento, impunidade e silenciamento. Ver relatório final da CEV-RIO (2014).

Quadro 7 – Números de processos de habeas data abertos pelo APERJ de 1999 a 2019⁹⁰

Ano	Quantidade de processos
1999	117 processos
2000	182 processos
2001	456 processos
2002	701 processos
2003	449 processos
2004	824 processos
2005	312 processos
2006	250 processos
2007	301 processos
2008	254 processos
2009	253 processos
2010	269 processos
2011	205 processos
2012	306 processos
2013	411 processos
2014	324 processos
2015	107 processos
2016	38 processos
2017	38 processos
2018	24 processos
2019	40 processos

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do APERJ.

⁹⁰ Período informado pelo APERJ, a partir de solicitação de informações ao “Fale Conosco” da instituição. É possível perceber, ao analisarmos os números e anos, o alto número desses processos nos anos subsequentes à criação da Comissão da Anistia, da Comissão Especial de Reparação do RJ e das Comissões da Verdade (Nacional e Estadual).

A relação “simbiótica” também é construída a partir da utilização dos arquivos da repressão nas investigações e relatórios promovidos pelas diversas comissões da verdade instituídas no Brasil. Mais uma vez, tendo como exemplo os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, estes aparecem como fonte de pesquisa no Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro em diversas ocasiões, sendo apontados como referência mais de 40 vezes, ao tratar das políticas de remoções de favelas, da perseguição às entidades ligadas ao movimento negro, dos relatos de tortura, das denúncias de desaparecimento e morte (nos casos de Mario Alves, José Roberto Spiegner, Marilena Vilas Boas Pinto, Mario de Souza Prata, Stuart Angel, Raul Amaro Nin Ferreira, Honestino Monteiro Guimarães, entre outros), da chacina de Quintino,⁹¹ da omissão do Estado no caso dos atendados da extrema direita.

2.1.5 Arquivos de direitos humanos

Noah Geraci e Michelle Caswell (2016, p. 2) afirmam que desde a Revolução Francesa “salvaguardar os direitos dos cidadãos tem sido fundamental para o esforço de arquivamento na tradição ocidental dominante”, mas que foi apenas nas últimas duas décadas que assistimos a um crescimento acentuado do interesse na relação entre arquivos e direitos humanos.

Os estudos sobre direitos humanos e arquivos tratam da importância dos arquivos, dos seus produtores, dos arquivistas e dos usuários na resistência ou reparo “das graves violações dos direitos humanos em todo o mundo, incluindo genocídio, estupro, encarceramento em massa e outros crimes contra a humanidade” (CASWELL, 2014, p. 207).

No entanto, a partir de pesquisa na literatura recente sobre o tema, é difícil definir arquivos de direitos humanos de forma precisa. Shana Marques Prado dos Santos (2016) defende a importância de um conceito amplo de arquivos de direitos humanos, afirmando que seriam uma categoria construída e não previamente estabelecida. Michelle Caswell (2014, p. 208), por sua vez, os associa ao termo “guarda-chuva”, tamanha a diversidade de arquivos que poderiam ser assim categorizados, sugerindo que “examinemos os registros que demonstram discrepâncias e abusos de poder em todos os lugares como arquivos de direitos humanos”. Noah Geraci e Michelle Caswell (2016) afirmam, ainda, que falta uma definição clara ou compreensão compartilhada sobre esses arquivos.

⁹¹ Ação policial em 1972 que ocasionou a morte de três integrantes da Var-Palmares em Quintino, no Rio de Janeiro.

Em sua tese de Doutorado, Shana Marques Prado dos Santos (2016, p. 14) refere-se aos arquivos de direitos humanos como instrumentos tanto para a efetivação, quanto para a memória e esclarecimento de violações de direitos humanos, sendo uma categoria construída a partir:

[...] de reflexões sobre o papel dos arquivos na efetivação, esclarecimento e memória de violações de direitos humanos. Compreende-se que a mera possibilidade de utilização de um material para estas finalidades é suficiente para que seja contemplado nesta categoria e, portanto, destinatário do tratamento discutido no texto.

Para Michelle Caswell (2014, p. 209), arquivos de direitos humanos é um termo genérico que engloba tanto a documentação burocrática criada durante os atos de repressão como a elaborada por ativistas de direitos humanos e advogados pós-violência estatal, bem como relatos dos sobreviventes, dos familiares das vítimas ou comunidade, e, ainda, evidências forenses como amostras de DNA e imagens de satélites:

“Arquivos de direitos humanos” incluem não apenas os projetos que se identificam como tal (por exemplo, a Iniciativa de Documentação de Direitos Humanos da Universidade do Texas em Austin, o Arquivo de Direitos Humanos das Bibliotecas da Universidade Duke), mas também uma grande variedade de coleções documentando abusos de poder mantidos por agências intergovernamentais, repositórios do governo e da universidade, organizações não-governamentais e comunitárias, famílias e indivíduos.

Arquivos de direitos humanos “são coleções de documentos que comprovam abuso de poder violento e sistemático”. No entanto, precisam ser “ativados” por indivíduos (incluindo arquivistas), comunidades e instituições, a fim de cumprir uma função de direitos humanos (Ibidem, p. 208).

A “ativação” é para Eric Ketelaar (2001) o que dá significado aos documentos. Estes não são objetos limitados a conteúdos e contextos definitivos que são dados na sua produção. Quem os utiliza não é exterior e distante a eles, que não falam por si sós. Para esse autor, não existiria uma divisão efetiva entre usuário/uso e documento/conteúdo, de maneira que um mesmo documento pode ser ativado diversas vezes para usos completamente diferentes e a cada nova ativação pode ser modificado o significado da ativação anterior.

Dentro dessa concepção de ativação para o caso de definição de arquivos de direitos humanos, podemos afirmar que o que os caracteriza não é o seu contexto de produção, as funções e atividades que o originaram, ou as informações que apresentam, mas como podem se configurar em instrumento para a proteção de indivíduos, assegurando que qualquer ser humano tenha sua dignidade garantida incondicionalmente.

Assim, seguindo essa mesma linha de raciocínio, documentos pertencentes às categorias de arquivos tratadas anteriormente (repressão, resistência e reparação) poderiam ser associados a arquivos de direitos humanos, desde que “ativados” para denunciar, cobrar ou analisar atos de violação de direitos.

Ao analisarmos dentro dessa lógica os arquivos da resistência à ditadura, podemos afirmar que parte deles são claramente arquivos de direitos humanos. Os documentos que os constituem foram criados/acumulados com o intuito de denunciar arbitrariedades do Estado, bem como para dar suporte aos atingidos pelos atos de perseguição política, ou seja já nascem “ativados” para uso na denúncia de atos de violência estatal e na busca por direitos. É o caso dos três arquivos tratados neste capítulo: Grupo Clamor, Grupo Tortura Nunca Mais e Projeto Brasil Nunca Mais. Os outros casos de arquivos da resistência aqui apresentados – os arquivos dispersos de indivíduos e entidades em ações diversas de reação à repressão – podem ser associados a arquivos de direitos humanos sempre que “ativados”, a partir dos usos que podemos fazer deles.

Outro caso que podemos claramente associar a arquivos de direitos humanos são os que neste trabalho denominamos como arquivos da reparação, pois também já nascem “ativados” para a busca por direitos e denúncia de arbitrariedades.

O que talvez possa causar mais controvérsia ou dificuldade de compreensão seria a associação de arquivos da repressão a arquivos de direitos humanos. Quando o fazemos não queremos dizer que deixam de ser arquivos da repressão e se tornam arquivos de direitos humanos. Sempre serão arquivos da repressão, no entanto, como todos os seus documentos podem ser utilizados para elucidar violações, práticas/rotinas/estruturas de repressão, nomes de agentes e de investigados, entre uma infinidade de possibilidades, podem ser ativados e logo se configurarem também em arquivos de direitos humanos.

É o caso, mais uma vez, de utilizarmos os arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro como exemplo de arquivos da repressão “ativados”. Conforme já demonstrado neste capítulo, os documentos que os constituem comumente são utilizados por indivíduos, bem como por órgãos/entidades, para análise e comprovação dos abusos do Estado em detrimento das liberdades civis. Foram realizadas nestes arquivos mais de 5.000 pesquisas de *habeas data* para dar entrada em processos de reparação diversos. E, ainda, a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro os utilizou como fonte para as suas pesquisas sobre atividades da repressão e denúncias de torturas e desaparecimentos forçados.

2.2 Uma teia de arquivos: arquivos da repressão, arquivos da resistência, arquivos da reparação e arquivos de direitos humanos

Vimos que a partir de uma série de direitos instituídos desde a Constituição de 1988, assim como de um conjunto de instituições criadas a partir de 1995, é possível apresentar uma terceira categorização de arquivos: os de reparação. Entende-se que a reunião desses conjuntos documentais forma o que se pode chamar de uma teia de arquivos. Tal argumento provém do fato de que eles podem ser vistos como complementares, permitindo uma compreensão mais ampla sobre ditadura no Brasil, no que concerne às políticas governamentais, ações, agentes e estrutura. Servem também de fonte para análise da nossa transição política e para conhecermos as ações e omissões do Estado democrático na resposta às demandas por reforma administrativa, memória, reparação e justiça.

Além de se complementarem, muitas vezes estes arquivos se confundem a ponto de termos dificuldade de associar um documento a uma das categorias apenas. No caso dos arquivos da repressão, eles são integrados por uma série de documentos da resistência (de indivíduos, partidos, movimentos), que só sobreviveram porque foram apreendidos pela polícia e passaram a integrar seu material para investigação de suspeitos de atividades políticas. Os arquivos da resistência comumente utilizam cópias ou informações de documentos da repressão, exemplo de três casos tratados neste trabalho – Brasil Nunca Mais, CLAMOR e Grupo Tortura Nunca Mais – pois num país de tradição burocrática (no sentido pejorativo do termo) os documentos oficiais dotados de símbolos performativos de poder (carimbo, assinatura, brasão, cabeçalho, entre outros) são capazes de expressar relevante valor probatório.

Os arquivos da reparação se utilizam principalmente de documentos da repressão para respaldar pesquisas e decisões. Os relatórios das diversas Comissões da Verdade estão repletos de documentos do DOPS, SNI, DEOPS (e de outros órgãos da ditadura) em anexos, referências e tabelas de fontes utilizadas. Os processos das Comissões instituídas desde a década de 1990 têm, geralmente desde a sua autuação,⁹² cópias de documentos de órgãos de inteligência e segurança para comprovar perseguição, prisão, tortura, desaparecimento ou morte de indivíduos. Estas cópias podem vir diretamente dos diversos arquivos de órgãos da repressão recolhidos a instituições arquivísticas ou ser a “cópia da cópia” que integra um arquivo da resistência, como um processo do STM fotocopiado pelos integrantes do Projeto Brasil Nunca Mais, por exemplo.

⁹² Termo que caracteriza a abertura (formação) do processo (APERJ, 2012, p. 38).

CAPÍTULO 3 - Documentos e democracia – uma análise da evolução do acesso e uso de documentos no Estado democrático

No Capítulo 1 apresentamos o nosso objeto de pesquisa e o seu produtor. No capítulo 2 examinamos alguns dos diversos arquivos que possuímos no Brasil sobre a ditadura, mapeando diferenças e aproximações a partir da literatura pertinente e da análise de seus produtores para a compreensão da categorização dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro tanto como arquivos da repressão como de direitos humanos. Neste capítulo trataremos dos valores secundários⁹³ dos arquivos da repressão – especificamente os fundos relativos às polícias políticas do Rio de Janeiro – a partir da transição democrática. O objetivo é investigar as possíveis ativações que esses documentos ganham à medida em que nos afastamos constitucional, institucional e cronologicamente da ditadura⁹⁴. Para tal, analisaremos as políticas voltadas para a justiça de transição no Brasil, desde a Lei de Anistia até a finalização dos trabalhos das Comissões da Verdade Nacional e do Estado do Rio de Janeiro, bem como a legislação pertinente ao acesso a documentos no Brasil, questão que perpassou diversas conjunturas vividas pelos arquivos.

Podemos afirmar que mesmo em período democrático as diversas conjunturas vividas por estes documentos influenciaram seus usos. O período pode ser subdividido a partir de mudanças na legislação e da implementação de políticas voltadas para a reparação e memória no Brasil para demonstrarmos a diversificação e a ampliação das ativações: (I) de 1988 a 1991, com a promulgação da Constituição de 1988 e a implementação do direito ao *habeas data* e do direito à reparação; (II) de 1991 a 1995, com o início do recolhimento dos arquivos “DOPS” a instituições arquivísticas estaduais; (III) de 1995 a 2001, com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; (IV) de 2001 a 20012, com a instituição da Comissão de Anistia; e (V) de 2012 a 2015, com o funcionamento das Comissões da Verdade.

No Capítulo 3 a música irá nortear a nossa investigação das conjunturas, das políticas voltadas para justiça de transição e do acesso aos documentos no Brasil democrático e, por fim, das dimensões da cidadania que puderam (ou não) ser conquistadas pela abertura dos arquivos da repressão.

⁹³ “Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 172).

⁹⁴ Legislação e instituições criados, e não a realidade de um país que parece não se libertar de seu legado autoritário.

3.1 Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós – constituição de 1988 e o direito ao *habeas data*

A recente ditadura brasileira deixou-nos, como sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul, é verdade, também, que a abertura e divulgação destes documentos deram-se de maneira relativamente tardia, principalmente a partir da entrada em vigor, em 2012, da Lei de Acesso à Informação (STAMPA & SÁ NETTO, 2013, p. 12).

O direito de acesso à informação no Brasil⁹⁵ nasce com a formalização do retorno ao Estado Democrático de Direito e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Entre a retomada de uma série de direitos que ficaram em suspenso por mais de 20 anos, a constituição implementou um tema que ainda não havia sido tratado constitucionalmente: o direito do cidadão à informação produzida pelo Estado.

Antes da Constituição Federal de 1988, para a obtenção de dados produzidos pelo Estado, o cidadão tentava utilizar outras garantias constitucionais, como o mandado de segurança ou o *habeas corpus*, quase sempre sem sucesso, pois era lhe negado “seja por alegações de técnica processual, seja pela argumentação de sigilo de informações por força de segurança nacional” (AUAD FILHO, 2010, p. 2).

No que concerne a períodos autoritários, no entanto, foram produzidos pelo Estado brasileiro, decorrentes de atividades de espionagem e repressão, uma série de documentos sobre pessoas investigadas por suspeita de atuação política. Paradoxalmente, segundo Georgete Medleg Rodrigues e Lúcia Margarida Alheiro da Silva (2001, p. 180), mesmo as atividades mais secretas ou as realizadas em períodos de exceção foram registradas, deixando rastros que podem ser acionados em conjunturas diferentes. Para as autoras, a dinâmica burocrática weberiana dos Estados, pressupõe registros documentais detalhados e assinados por funcionários autorizados formalmente a representar o Estado.

Como vimos nos capítulos anteriores, os órgãos de segurança e informação produziram e possuíam vastos arquivos com uma série de informações sobre cidadãos, militantes políticos ou não, que não só lhes eram inacessíveis, mas muitas vezes desconhecidos. O último órgão de polícia política do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Investigações Especiais (1975-1983), por exemplo, reunia em seus arquivos vasta documentação, com data de produção desde o ano de 1905, relativa às atividades de repressão política de cidadãos. São fotografias, fichas, atas, prontuários, informes, boletins, livros apreendidos, negativos, discos, cartazes, panfletos,

⁹⁵ Ao menos na letra da lei.

objetos, entre uma diversidade de documentos, que apresentam tanto a repressão como a resistência política.

O Estado, podemos dizer de forma figurativa, possuía um grande “arquivo de atividades políticas”, formado pelos arquivos de seus órgãos de repressão e inteligência. Um “arquivo” repleto de informações pessoais inacessível à sociedade, como um todo, e ao cidadão, em particular. Criado por uma máquina policial repressora azeitada, “onde a obtenção e o armazenamento clandestinos de dados de qualquer cidadão, militantes políticos ou não, tornaram-se importantes para a própria manutenção do regime” (AUAD FILHO, 2010, p. 2). A ditadura militar:

(...) visando controlar a vida nacional, dentro da "doutrina de Segurança Nacional" e de repressão aos descontentes com o regime, arquivava, a seu alvedrio e de forma sigilosa, dados e informações referentes a convicções filosóficas, políticas, religiosas e orientações pessoais dos cidadãos, violentando a intimidade e a vida privada das pessoas (Ibidem, idem).

Com o fim da ditadura e a redemocratização do país, uma questão importante a ser tratada era a garantia do direito do cidadão às informações produzidas pelo Estado sobre si. Inclusive, ainda segundo Auad Filho (2010), o grande motivador do direito ao *habeas data* e ao acesso a documentos em geral produzidos pelo Estado seria a própria ditadura.

Para romper com a doutrina da Segurança Nacional [...] a Constituição de 1988 legitimou o direito ao *habeas data* como meio de garantir que todo e qualquer cidadão obtivesse do aparato estatal informações do seu interesse (SODRÉ, 2016, p. 19).

Assim, a Carta Magna de 1988 postula, no seu artigo 5º XXXIII, que

(...) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (SENADO FEDERAL (Brasil), 1988, 5º § XXXIII).

Neste contexto temos a figura do *habeas data* presente no artigo 5º § LXXII:

(...) conceder-se-á *habeas data*:

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (Ibidem, 5º § LXXII).

Do latim, a expressão *habeas data* significa “tome-se o dado”. Enquanto o *habeas corpus* (“tome-se o corpo”) garante a liberdade de locomoção, o *habeas data* assegura, na nossa

Constituição, não só o acesso, como também a correção de informação que, sobre si, possuía entidades governamentais ou de caráter público.

Em um país que acabava de sair de uma ditadura e onde a informação era utilizada como estratégia de combate ao “inimigo interno”, categoria bastante subjetiva e ampla, o direito ao *habeas data* era um avanço importantíssimo, que permitiu, inclusive, às vítimas do regime de exceção o acesso ao que foi produzido sobre si pelos órgãos de repressão. Sem esse direito seria ainda mais difícil a busca de informações e o paradeiro dos mortos e desaparecidos, assim como a luta por reparação política.

Em relação à informação pública em geral, não aquelas sobre o cidadão em particular, o § XXXIII do artigo 5º afirma que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse “coletivo ou geral”. No entanto, podemos fazer o seguinte questionamento: que informações seriam essas e o que seria de interesse coletivo ou geral? O texto da Constituição sobre o direito geral de acesso aos documentos produzidos pelo Estado é bastante vago, enquanto o direito expresso ao *habeas data* estava bem delineado, do ponto de vista da sua função e de seu alcance.

Assim, neste momento, final da década de 1980 até o início da década de 1990, com o *habeas data*, o cidadão tinha o direito ao acesso a documentos e informações em seu nome. Entretanto, surgia mais um problema, em se tratando de documentos produzidos por órgãos de espionagem e repressão política: que documentos seriam esses e onde encontrá-los? Apesar do volume e quantidade de pessoas que se sabia, informalmente, que haviam sido investigadas, essa documentação era até então desconhecida pela sociedade. Talvez a exceção fosse o projeto Brasil Nunca Mais (1985), organizado em torno dos processos políticos julgados pela Justiça Militar. Sabia-se que existiam ou existiram esses documentos, pois foram produzidos inquéritos e investigações e que essas informações haviam sido utilizadas para perseguir e processar cidadãos. Entretanto, qual era, de fato, o volume dessa documentação, o conteúdo desses documentos, onde estavam, se tinham sido eliminados ou sobreviveram ao fim do regime, não se sabia. Essas perguntas só começaram a ser respondidas no início dos anos de 1990, com o recolhimento de parte dos arquivos dos departamentos/delegacias de ordem política para os arquivos públicos, após decisão de alguns governos estaduais.

3.2 Yes, nós temos arquivos – o recolhimento dos arquivos das polícias políticas

Os primeiros arquivos produzidos pela repressão aos quais se teve acesso pautado por lei – lembrando que o Projeto Brasil Nunca Mais foi totalmente concebido e executado pela

sociedade civil, de forma clandestina e seus participantes poderiam ter respondido criminalmente pela divulgação de documentos do Estado⁹⁶ – foram os arquivos das polícias políticas estaduais, que começaram a ser recolhidos a instituições arquivísticas públicas no início da década de 1990.⁹⁷

Quatorze estados brasileiros possuem arquivos disponíveis referentes às suas respectivas polícias políticas. No Nordeste, é o caso de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe; no Sudeste, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; no Sul, Paraná e Rio Grande do Sul; e na região Centro-oeste, Goiás. De acordo com pesquisa realizada, principalmente através da base de dados do Projeto Memórias Reveladas, foi possível levantar as seguintes informações sobre esses arquivos:⁹⁸

- os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) foram recolhidos ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) no segundo semestre de 1991;
- a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE), extinta pelo Decreto nº 14.276, de 23 de março de 1990, teve o acervo recolhido ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), em 1991;
- os documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Supervisão de Ordem Política e Social (SOPS) do Rio Grande do Sul, reunidos no fundo Secretaria de Segurança Pública, começaram a ser recolhidos ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1991;⁹⁹
- o DEOPS/SP foi extinto em 1983, pelo Decreto nº 20.728, de 04 de março, sendo o seu acervo entregue à Polícia Federal, onde ficou até o final do ano de 1991, quando foi transferido para a Secretaria de Cultura, sendo recolhido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo;

⁹⁶ Cabe destacar que os processos do STM do Brasil Nunca Mais eram fotocópias de documentos originais em uma ação realizada em uma brecha de legalidade encontrada pela sociedade civil. Não questionamos de maneira nenhuma a origem destas fotocópias e a importância do acesso a elas para atingidos, familiares e sociedade. Contudo, como ficaria a questão do uso destes documentos como elemento de prova para uma ação judicial? Podemos estender esta questão aos arquivos do Grupo Tortura Nunca Mais e do Grupo Clamor.

⁹⁷ Somente a partir de 2005 os documentos SNI, do CSN e da CGI foram recolhidos ao Arquivo Nacional, assim como outros conjuntos documentais produzidos pela repressão.

⁹⁸ As informações sobre os fundos das polícias políticas são mais ou menos completos devido às descrições constantes na base de dados do Memórias Reveladas.

⁹⁹ RODRIGUES, Georgete Medleg; DA SILVA, Lúcia Margarida Alheiro. Os arquivos da repressão: o papel da revista 'Quadrilátero' na divulgação desses acervos. **Dimensões**, n. 12, 2001. Pg. 186

- o DGIE/RJ, último órgão de polícia política do estado, extinto em 1983, teve o seu acervo transferido para a sede da Polícia Federal até o seu recolhimento ao APERJ em 1992;
- o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA), extinto pela Lei nº 5.332, de 30 de dezembro de 1991, foi recolhido ao Arquivo Público do Estado do Maranhão no ano de 1992 (nesse intervalo de tempo o acervo ficou sob a custódia da Secretaria de Estado de Segurança Pública);
- a Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS/PB) teve a sua documentação localizada em 1992, sendo o acervo entregue pelo então governador Ronaldo Cunha Lima ao Conselho de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, atual Conselho Estadual de Direitos Humanos;¹⁰⁰
- os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (DOPS/GO), foram transferidos para a Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1995;¹⁰¹
- o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Sergipe (DOPS/SE) foi recolhida ao Arquivo do Estado de Sergipe em 1996, apesar de ter sido localizada na Secretaria de Segurança Pública do Estado ainda em 1992;
- os documentos da Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), de acordo com a Constituição Mineira de 1989, deveriam ser transferidos para o Arquivo Público Mineiro, mas somente em 1998, após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, o acervo foi recolhido o Arquivo Público Mineiro;
- os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará (DOPS/CE) foram encaminhados, anonimamente, ao jornal cearense **Diário do Nordeste**, em 29 de janeiro de 2005, que os repassou ao Governo do Estado.

São 12 arquivos públicos estaduais e duas universidades como entidades custodiadoras (Quadro 8) e um volume significativo de documentos arquivados (Quadro 9):

¹⁰⁰ Não fica clara a data de recolhimento.

¹⁰¹ RODRIGUES & SILVA, 2001, p. 186.

Quadro 8 - Entidades custodiadoras e data de recolhimento

ARQUIVO	ENTIDADE CUSTODIADORA	DATA DE RECOLHIMENTO
ALAGOAS	Arquivo Público de Alagoas	Não há informação
CEARÁ	Arquivo Público do Ceará	2005
ESPÍRITO SANTO	Arquivo Público do Espírito Santo	Segundo semestre de 1991
GOIÁS	Universidade Federal de Goiás (Centro de Informação, Documentação e Arquivo/ CIDARQ)	1995
MARANHÃO	Arquivo Público do Estado do Maranhão	1992
MINAS GERAIS	Arquivo Público Mineiro	1998
PARAÍBA	Universidade Federal da Paraíba (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos)	Localizada em 1992, não fica clara a data de recolhimento
PARANÁ	Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná	Extinto em 1991, não há data para o recolhimento
PERNAMBUCO	Arquivo Público Estadual João Emerenciano	1991
RIO DE JANEIRO	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	1992
RIO GRANDE DO NORTE	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte	1991
RIO GRANDE DO SUL	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Iniciado em 1991
SÃO PAULO	Arquivo Público do Estado de São Paulo	Final do ano de 1991
SERGIPE	Arquivo Público Estadual de Sergipe	1996

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Sodré (2016, p. 98) e do Guia de Fontes Memórias Reveladas.

Quadro 9 - Gêneros documentais e volume de arquivos das polícias políticas estaduais

ESTADO	GÊNEROS DOCUMENTAIS					
	Textual	Iconográfico	Bibliográfico	Tridimensional	Micrográfico	Dimensão ¹⁰²
ALAGOAS	X	X				75 itens 1.336 itens (textual)
CEARÁ	X		X			312 item(ns) 9,1 m
ESPÍRITO SANTO	X	X	X	X		355 item(ns) 14,94 m
GOIÁS	X	X				-
MARANHÃO	X					32,55 m
MINAS GERAIS		X				154 item(ns)
PARAÍBA	X					3,76 m
PARANÁ	X	X				4079 item(ns) 87,6 m
PERNAMBUCO	X					0,02 m
RIO DE JANEIRO ¹⁰³	X	X	X	X	X	57.157 itens 528 m
RIO GRANDE DO SUL	X					156 cx
SÃO PAULO	X					1173 m
SERGIPE	X					157 m

Fonte: Elaboração própria a partir de dados Sodré (2016, p. 124), Guia de Fontes Memórias Reveladas e Base de Dados APERJ.

¹⁰² Em metros lineares a documentação textual, à exceção de quando indicado, e por itens todos os outros gêneros somados.

¹⁰³ No caso do Rio de Janeiro, foram somados todos os itens e volumes de documentos textuais dos seis fundos relativos à polícia política.

Se contabilizarmos o volume de todos os fundos/coleções apresentados no quadro acima reunimos cerca de 2.000 metros lineares de documentos textuais e mais de 60.000 itens de gêneros diversos, um privilégio para um país da América do Sul.

Compreendemos que o que sobreviveu à transição política deve ser uma parte infinitamente menor do volume que foi produzido em termos de documentos ao longo dos períodos de exceção, mas possuíamos já na década de 1990 um volume considerável de documentação da repressão recolhida e custodiada em instituições arquivísticas. No entanto, não houve a partir do seu recolhimento um esforço nacional para pensar institucionalmente estes documentos, para legislar e construir políticas públicas específicas que pudessem nortear seu tratamento, acesso e preservação.¹⁰⁴

3.3 Ó, abre alas, que eu quero passar – o acesso aos documentos da repressão

Possuíamos desde a última década do século XX cerca de 2 quilômetros de documentos textuais e dezenas de milhares de itens produzidos pela repressão custodiados por instituições arquivísticas públicas. Parte desses arquivos, entretanto, continuava inacessível, de modo geral, ao pesquisador, que comumente tinha as suas fontes restritas aos documentos considerados de livre acesso, ou seja, aqueles que não continham qualquer informação pessoal, devido à legislação pertinente a acesso a documentos.

Parte significativa dos arquivos da repressão contém informações pessoais e sensíveis. São investigações, inquéritos, fichas, relatórios, boletins, entre uma série de documentos, carregados de informações sobre os investigados e repletos de “subjetividades” produzidas pelo agente público que as elaborou.¹⁰⁵ Por muitos anos, o acesso a esses documentos e a relação entre direito da sociedade à informação *versus* direito do indivíduo à privacidade foram uma questão pertinente a esses arquivos.

Outra questão importante oriunda do tratamento da documentação era a classificação de documentos como “sigilosos”, por questões supostamente relativas à “segurança do Estado”, que impediam também o acesso a uma série de documentos produzidos pelos órgãos estatais.

As questões pertinentes ao acesso aos documentos públicos foram legisladas a partir de 1991, sem, no entanto, em nenhum momento tratar especificamente da documentação relativa

¹⁰⁴ A primeira iniciativa nacional para pensar, tratar e dar acesso a arquivos da ditadura se deu apenas em 2009, quase 20 anos após o recolhimento do primeiro arquivo, com a criação do Projeto Memórias Reveladas. Este projeto será abordado de maneira mais detalhada ao longo do capítulo 3.

¹⁰⁵ Como atestam Mariana Joffily (2012) e James N. Green (2011) não é incomum, inclusive, conterem uma série de inverdades sobre os indivíduos neles retratados, devido à forma como foram elaborados.

à repressão política. Geralmente, o que foi instituído para os documentos produzidos pelo Estado foi simplesmente replicado nos arquivos produzidos pelos órgãos de repressão. A primeira lei brasileira específica para arquivos foi publicada em 1991, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. A Lei de Arquivos foi além do direito ao *habeas data*, instituindo, em seu “Capítulo V – Acesso e sigilo de documentos públicos”,¹⁰⁶ o direito de acesso pleno a documentos públicos, à exceção dos documentos cuja divulgação pudesse colocar em risco a segurança da sociedade e do Estado e dos documentos cuja divulgação pudesse violar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Estes documentos, conforme a lei, seriam originariamente categorizados como “sigilosos”.¹⁰⁷

O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado, segundo a Lei de Arquivos, ficava restrito por um prazo máximo de 30 anos contando da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período uma única vez, enquanto os documentos sigilosos “referentes à honra e à imagem das pessoas” estariam restritos por um prazo máximo de 100 anos, contando da sua data de produção.

Em 1997 foi publicado o decreto nº 2.134¹⁰⁸ que, dispondo sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, estabelecia os termos para o acesso e sigilo dos documentos públicos, fixando os seguintes prazos de restrição:

Art. 20. Os prazos de classificação dos documentos a que se refere este Decreto vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

- I - ultrassecretos, máximo de trinta anos;
- II - secretos, máximo de vinte anos;
- III - confidenciais, máximo de dez anos;
- IV - reservados, máximo de cinco anos.

[...] Art. 23. Poderá a autoridade responsável pela classificação dos documentos, considerando o interesse da segurança da sociedade e do Estado, renová-la por uma única vez, por igual período

¹⁰⁶ O Capítulo V da Lei de Arquivos, de acordo com Jardim (2013), foi a primeira tentativa de regulamentação do direito constitucional à informação governamental. No entanto, a sua implementação esbarrou na ausência de políticas públicas arquivísticas e em tendências do próprio Estado brasileiro, notoriamente burocrático e fechado em si mesmo.

¹⁰⁷ A Lei de Arquivos trata como sigilosos tanto os documentos com informações cuja liberação colocariam em perigo a segurança do Estado e da sociedade, quanto documentos com informações pessoais. Art.23, § 1º: “os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos” PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). “Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991”. Entendimento modificado pela Lei 12.527, que no seu art. 3, considera “informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado” e “informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”).

¹⁰⁸ Regulamentava o Art. 23º da Lei nº 8.159.

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997”).

É interessante salientar que, mesmo em regime democrático, documentos públicos, inclusive aqueles produzidos por órgãos de inteligência e repressão durante o período ditatorial, continuavam tendo caráter de “segurança do Estado e da sociedade”, reproduzindo a terminologia e o imaginário da Lei de Segurança Nacional. Documentos até 60 anos após a sua produção poderiam, mesmo que não contivessem informações pessoais, ficar fechados à consulta por questões relativas à segurança nacional. Como se a divulgação de um documento administrativo do extinto SNI pudesse se tornar um caso de segurança nacional e uma ameaça real para a sociedade, por exemplo.

O Decreto nº 2.134 apresentava algumas definições importantes: garantia a todos o direito de acesso aos documentos e informações a seu respeito, mediante requerimento protocolado na instituição pública custodiadora; determinava a criação das Comissões Permanentes de Acesso, responsáveis por analisar os documentos sigilosos sob custódia e impôs às instituições uma justificativa por escrito para uma eventual negativa de autorização de acesso.

O Decreto instituiu, ainda, que poderiam ser liberados à consulta pública documentos com informações pessoais, desde que previamente autorizada pelo titular ou por seus herdeiros, e que as Comissões Permanentes de Acesso poderiam autorizar o acesso a documentos públicos de natureza sigilosa “a pessoas devidamente credenciadas, mediante apresentação, por escrito, dos objetivos da pesquisa” (Ibidem, artigos 8º e 9º).

Não há no decreto maiores detalhes sobre esta Comissão, como integrantes, atividades, possibilidades e limites, embora fique clara a obrigatoriedade de serem constituídas e que ficariam responsáveis pelo acesso aos documentos sigilosos. Não há uma orientação acerca do que é, por exemplo, uma “pessoa devidamente credenciada”. Também não havia uma garantia de que as instituições arquivísticas estariam salvaguardadas de questões legais ao liberarem documentos com informações sigilosas, se esta liberação estivesse respaldada em autorização oficial da sua Comissão Permanente de Acesso.

Não há, ainda, uma definição mais detalhada acerca do que são informações sigilosas. Tinha-se uma explicação muito geral sobre serem as informações que ferem a honra, privacidade e intimidade e as que comprometeriam questões de segurança nacional.¹⁰⁹ Alguma

¹⁰⁹ Assim como a Lei de Arquivos, o Decreto 2.134 trata como sigilosos tanto os documentos com informações cuja liberação colocariam em perigo a segurança Estado e sociedade, quanto documentos com informações pessoais, conforme o seu Art. 1º.

orientação poderia vir dos instrumentos voltados para classificação e temporalidade de documentos, que começaram a ser elaborados (caso dos instrumentos relativos às atividades-meio do Executivo federal) ou orientados pelo Arquivo Nacional (caso dos instrumentos pertinentes às atividades-fim do Executivo federal) desde o início dos anos 2000.¹¹⁰ Mesmo se constituindo em instrumentos para a gestão de documentos da administração pública em geral, voltados para arquivos correntes e intermediários¹¹¹ do Estado, poderiam trazer alguma informação mais detalhada pertinente ao sigilo de informações. Entretanto, no manual do Arquivo Nacional, intitulado **Classificação, Temporalidade e destinação de arquivos de documentos de arquivo relativos às atividades-meio do Executivo federal**, não há classificação de sigilo em nenhum dos assuntos apresentados nas suas tabelas. Encontramos nele mais uma vez apenas uma definição vaga de classificação de sigilo “ato pelo qual se atribui a documentos ou às informações neles contidas, graus de sigilo conforme legislação específica. Também chamada classificação de segurança” (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p. 175) e de grau de sigilo: “Gradação atribuída à classificação de um documento sigiloso, de acordo com a natureza de seu conteúdo e tendo em vista a conveniência de limitar sua divulgação às pessoas que têm necessidade de conhecê-lo” (Ibidem, p. 180).

Na publicação do Arquivo Nacional intitulada **Procedimentos preliminares para a elaboração de código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo: atividades-fim** [s.d.] não há sequer menção de sigilo de documentos. Conforme a publicação “no levantamento da produção documental poderão ser reunidas informações básicas, não somente sobre a documentação que é produzida, mas, também, referentes ao trâmite, organização, frequência de consultas e os prazos de usos e prescrição” (ARQUIVO NACIONAL, [s.d.]).

As comissões Permanentes de Acesso tinham que trabalhar caso a caso. Cada solicitação de documento sigiloso era analisada, bem como cada documento encontrado a partir da solicitação, para analisar se o requerente poderia ter acesso ou não aos documentos, a quais documentos poderia ter acesso e, ainda, se para ter acesso parte das informações dos documentos deveriam ser tarjadas e que partes seriam essas. Um esforço hercúleo para instituições que comumente estão às voltas com questões econômicas e contratação de pessoal.

¹¹⁰ Estes instrumentos serviram de modelo para a elaboração de versões estaduais de Planos de Classificação de Documentos.

¹¹¹ Arquivo corrente: Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 29). Arquivo intermediário: “Conjunto de documentos originários de arquivos correntes, com uso pouco frequente, que aguarda destinação” (Ibidem, p. 32).

Outra questão pertinente é a possibilidade de, sem uma orientação mais clara, as comissões tratarem de forma diferente o acesso ao mesmo documento.

Assim, o acesso a documentos do Estado, instituído pela legislação, nada tinha de pleno. Parte significativa destes documentos continuava restrita por até 60 anos (os pertinentes à segurança do Estado) ou até 100 anos a partir da data de sua produção (os que continham informações pessoais). Se considerarmos que a expectativa de vida no Brasil em 2018, segundo o IBGE, era de 73,6 anos, teríamos restrições mais longevas que seres humanos no Brasil. Documentos produzidos em 1964, seguindo a normatização implementada, só poderiam no caso de documentos que comprometessem a segurança estatal estar acessíveis a partir de 2024, enquanto os que contivessem informações que ferissem a privacidade de indivíduos seriam consultáveis apenas a partir de 2064.

De 1991 até a primeira década do século XXI¹¹² a legislação pertinente a acesso a documentos sofreu uma série de alterações,¹¹³ sem uma mudança expressiva que representasse efetivamente um acesso mais amplo. Independente do matiz ideológico do governo ou partido no poder, de Fernando Collor (1990-1992) a Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), de modo geral, o direito à privacidade se sobrepôs ao direito de acesso, inclusive no caso documentos produzidos pela ditadura. Nesse sentido, Georgete Medleg Rodrigues e Lúcia Margarida Alheiro da Silva (2001), apresentam um levantamento sobre o acesso aos arquivos da repressão em algumas instituições arquivísticas neste período:

Quadro 10 - Normas de acesso

Norma	Conteúdo
CEDOC/UNB	Com previsão de disponibilidade total para breve (época da publicação). Problemas por conter informações confidenciais, sigilosas e reservadas, tendo que atentar para os dispositivos legais.
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano/PE	Documentos Sigilosos, respeitando a Constituição de 1988 (proteção à vida privada), Definição de algumas regras de acordo com a Lei 8.159, estabeleceu: - só a pessoa ou procuração;

¹¹² Uma mudança significativa só foi trazida em 2011 com a Lei de Acesso a Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

¹¹³ Cabe destacar o Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que instituiu prazos maiores para a desclassificação de documentos sigilosos relativos à segurança do Estado e sociedade, com a possibilidade de serem renovados indefinidamente e o Decreto nº 5.301, de 09 de dezembro de 2004, que retoma os prazos anteriores e a possibilidade de renovação dos prazos (30, 20, 10 e 5 anos).

	<ul style="list-style-type: none"> - aberta a pesquisas de cunho científico (termo de compromisso);¹¹⁴ - pessoas falecidas só os herdeiros; - documentos sobre instituições abertos sem restrições.
Departamento Estadual de Arquivo Público/ Paraná	De 1991 a 1995 as informações eram fornecidas aos pesquisadores mediante o preenchimento de um requerimento. A partir de 1995, tiveram acesso à pastas individuais os nominados, familiares ou procuradores mediante instrumento legal, a fim de preservar a intimidade das pessoas. O restante do acervo é de acesso livre. Em 1997, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação (Decreto estadual nº 577), que autorizava a coleta e fornecimento de dados das pastas e fichas individuais para fins de divulgação histórica e de interesse geral.
Arquivo Público do Rio Grande do Sul	Aberta a documentação do SCI e da PM2. O do DEOPS é facilitado a qualquer pessoa, porém restrito em virtude da organização original.
Arquivo Público do Estado de São Paulo	No período em esteve no Arquivo Intermediário só tinha acesso a Comissão dos Familiares e Desaparecidos Políticos. Em 1994, com a organização dos documentos, a Comissão Normatizadora da Abertura dos Arquivos do DEOPS-SP definiu a política de acesso. Foi elaborado um “Termo de Responsabilidade” garantindo ao consulente acesso irrestrito ao acervo. Por meio deste termo o consulente passou a responder individualmente e exclusivamente pelo uso que fizer das informações. O atendimento obedece a procedimentos de rotina.
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Liberada a consulta a pesquisadores apoiando-se em leis relativas aos acessos, pela necessidade de proteger a privacidade das vítimas.
Biblioteca Central da Universidade de Goiás	Resolução (05/95), Artigo 3º do Conselho Universitário da Universidade estabeleceu “o acesso à documentação será livre aos pesquisadores, às pessoas interessadas em documentação de terceiros e aos próprios interessados ou seus familiares”.
Arquivo Público do Distrito Federal	Têm acesso as pessoas citadas nos acervos; os familiares das pessoas mortas ou desaparecidas; os advogados constituídos devidamente autorizados pelos interessados ou familiares; as pessoas ou entidades devidamente autorizadas pelas pessoas citadas, ou, no caso dos mortos e desaparecidos, pelos seus familiares; as pesquisas acadêmicas desde que a instituição

¹¹⁴ Neste caso as informações se contradizem. Acesso apenas à própria pessoa “documentada” ou com a sua autorização ou pesquisadores que realizam “pesquisas de cunho científico” também poderiam ter acesso à documentos com informações sigilosas?

	apresente autorização das pessoas sobre as quais pretendem fazer o levantamento. Termo de Responsabilidade que deve ser assinado por todos os que tenham acesso aos documentos.
--	---

Fonte: RODRIGUES & SILVA (2001).

Vemos, a partir do levantamento acima, que o direito à intimidade, assim como os dispositivos legais que a normatizavam, era uma questão relevante para a maior parte das instituições arquivísticas analisadas.

As instituições arquivísticas custodiadoras de arquivos “DOPS”, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2006), adotaram políticas de acesso diferentes, baseadas em interpretações diversas da legislação, de modo mais ou menos restritivo. Entretanto, de modo geral, permitiam acesso livre apenas aos documentos relativos a instituições e eventos e a pastas ou dossiês temáticos, restringindo os prontuários individuais aos titulares, herdeiros ou indivíduos por estes autorizados. Caso que fugia ao padrão era o do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que, a partir da Resolução SC-38 da Secretaria de Cultura do estado, de 27 de dezembro de 1994, decretou o livre acesso a seus documentos:

Artigo 1º - Fica assegurado, a todos, o acesso às informações constantes dos documentos sob responsabilidade da Divisão de Arquivo do Estado, oriundos do antigo DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.
 Artigo 2º - Todos os interessados nas consultas aos arquivos deverão previamente assinar termo, segundo modelo apresentado pela Divisão de Arquivo, onde conste responsabilização pessoal do consulente por uso indevido dos registros, cabendo a este zelar pela integridade do material apresentado, facultada a produção de cópias, às suas expensas.
 (SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1994).

As instituições custodiadoras de documentos das polícias políticas podiam ter cada uma a sua interpretação da legislação e os seus protocolos de acesso, no entanto, todas foram, ao longo da vigência dos dispositivos relativos à acesso aos documentos sigilosos da Lei de Arquivos, envolvidas nas questões que estes dispositivos suscitavam, como por exemplo: onde começa e onde termina a dimensão pública desses documentos? Até que ponto uma documentação repleta de informações pessoais e sensíveis deve ser acessível à sociedade? O que deveria preponderar, o direito coletivo à informação ou o direito individual à privacidade?

Segundo Enrique Serra Padrós (2009, p. 40), parte dos problemas com os quais os pesquisadores do tempo presente tiveram que lidar estava relacionada a questões como a existência ou destruição dos arquivos repressivos, bem como às dificuldades dos governos democráticos não apenas em encontrá-los, mas em torná-los acessíveis a partir de legislação

menos rígida e específica para seu acesso. Havia, ainda, a disputa pela abertura e fechamento desses documentos por grupos opostos, simpatizantes ou participantes do regime de exceção e setores, acusados de revanchismo, que exigiam conhecer a verdade sobre o período ditatorial.

No entanto, Mariana Joffily (2012, p. 139) sustenta que a polêmica que antecedeu a aprovação da Lei de Acesso à Informação, em 2011, não foi, de fato, o direito à intimidade, mas a questão do sigilo eterno desses documentos, defendido pelos ex-presidentes José Sarney e Fernando Collor de Mello, em nome da segurança nacional. Mas mesmo que pouco discutido, para a autora, a proteção à intimidade impediu, na prática, o livre acesso a um volume significativo de documentos, devido principalmente à ausência de regulamentação que determinasse de forma precisa o direito à intimidade. Mesmo o informe produzido pela UNESCO para o tratamento ético e técnico dos arquivos da repressão não aprofundava o tema relativo à intimidade, se limitando a recomendar que os direitos individuais das vítimas tivessem preferência sobre a investigação histórica.

Enrique Serra Padrós (2009, p. 41) analisa essa questão delicada, que trata da abertura para consulta pública dos arquivos da repressão: a possibilidade de vitimar, pela segunda vez, os perseguidos políticos com a exposição da sua intimidade, devido ao perfil das informações que esses registros poderiam conter. Teríamos, neste sentido, duas situações delicadas: uma ligada à não veracidade e outra ligada à veracidade das informações. No caso da publicização de informação inverídica registrada em documentos oficiais, além da difamação de indivíduos, as organizações de direitos humanos seriam obrigadas a se posicionar e esclarecer, visando proteger vítimas e familiares. Enquanto no caso oposto, tornar pública informação verídica constante nos registros, além de poder fragilizar ainda mais os sobreviventes a partir de “memórias traumatizadas e escondidas, lembranças apagadas”, trazendo de volta “imagens e sensações de dor, humilhação, constrangimento”, poderia revelar “condutas ambíguas diante da provação, da ameaça de violência e da aplicação da violência concreta”. “No fundo, há o temor de que, descontextualizados, tais comportamentos possam ser incompreendidos e seja atingida a imagem que a vítima construiu ou teve construída como sobrevivente”.

No entanto, como seria possível, sem uma orientação oficial mais precisa sobre informações pessoais,¹¹⁵ definir e elencar informações que poderiam ferir a honra de um indivíduo, expor a sua intimidade e, mais ainda, no caso dos documentos da repressão, que não tinham uma política voltada especificamente para seu tratamento e acesso, aquelas que

¹¹⁵ Em 2018 foi publicada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), que trata da questão da proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

poderiam vitimar, mais uma vez, aqueles que foram perseguidos pelo regime de exceção? E mesmo que fosse possível em termos de tempo, equipe, material, conhecimento e metodologia, quem teria a autoridade legal para tal e com que suporte legal poderia definir o que deveria ter acesso vedado e o que seria de livre acesso?

Acreditamos que todas essas dificuldades tenham levado as instituições custodiadoras a ações mais restritivas em termos de acesso aos arquivos da repressão. As Comissões Permanentes de Acesso, como tratamos anteriormente neste capítulo, seguiam analisando caso a caso a solicitação de documentos e de documento a documento o que poderia ser liberado para consulta, sempre às voltas com a possibilidade de ter que lidar com questões legais.

A partir dos seis fundos das polícias políticas do Rio de Janeiro fazemos a seguinte reflexão: que documentos estariam vedados à consulta ao pesquisador em geral, estando seu acesso restrito ao indivíduo (ou familiar em caso de morte ou desaparecimento) cujas informações estivessem apresentadas no documento ou a pesquisador com a devida autorização. Dentre os mais de 500 metros lineares de documentos textuais e cerca de 57.000 itens quais tinham acesso restrito e quais estavam liberados para consulta? Qual o volume de documentos de cada caso? Qual grupo de documentos era o mais amplo, o restrito e o de livre acesso?

É impossível saber que pesquisas e análises sobre a ditadura e o autoritarismo no Brasil teriam sido possíveis, já na década de 1990, se pesquisadores pudessem ter tido acesso livre a essa documentação logo após o seu recolhimento e tratamento técnico, nem que tipo de impacto poderiam ter na nossa incipiente democracia.

Cabe esclarecer que nas análises construídas neste trabalho não cabem críticas aos trabalhos desenvolvidos pelas instituições arquivísticas custodiadoras de arquivos da repressão, notadamente o APERJ, que durante anos – mesmo com financiamento, material e pessoal limitados (em termos de quantidade e não de qualidade) – procurou atender e orientar cada pesquisador e analisou cada solicitação de pesquisa, utilizando a legislação pertinente associada à boa vontade e à gentileza.

3.4 Começar de novo e contar comigo. Vai valer a pena ter amanhecido – anistia, governo civil, constituição de 1988 e reparação: início das ativações dos arquivos da repressão na democracia

Vimos que parte dos arquivos da repressão sobreviveram e estavam acessíveis, dentro dos limites da legislação, em instituições arquivísticas públicas a partir de 1991. Esses

documentos continham informações pertinentes a prisões, investigações, agentes, investigados, ações policiais, entre tantas outras. No entanto, as possibilidades de “ativação” destes arquivos eram, naquele momento, limitadas ao instituído pela Lei de Anistia e pela Constituição de 1988.

Segundo Glenda Mezarobba (2010, p. 10), a anistia política, tão reivindicada, chegou em um contexto já de abertura política e não correspondeu às expectativas do seu movimento reivindicatório, nem atendeu às reclamações primordiais dos perseguidos políticos.

A Lei de Anistia garantiu o retorno dos exilados ao país, o restabelecimento de alguns direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante a ditadura. No entanto, os desaparecidos do regime aparecem apenas uma vez na lei (no Artigo 6º para garantir, finalmente, à família a declaração de ausência de pessoa “envolvida em atividades políticas”)¹¹⁶, não oferecendo um reconhecimento do Estado em relação aos desaparecimentos, mas apenas o direito de familiares requererem uma declaração de ausência de pessoa que, por atividades políticas, estivesse desaparecida por mais de um ano. Cabe destacar que não há qualquer menção de reparação aos perseguidos, aos presos, aos torturados ou aos familiares dos mortos e desaparecidos, nem de qualquer punição aos agentes envolvidos em crimes de lesa-humanidade. A Lei de Anistia também não tratou do desmantelamento dos órgãos envolvidos nas atividades de repressão. SNI, polícias políticas e áreas de informação das Forças Armadas, por exemplo, continuavam existindo e atuando formalmente.¹¹⁷

A Anistia teria ficado restrita aos limites estabelecidos pelo próprio regime militar, consistindo numa tentativa de restabelecimento das relações entre militares e opositores. Continha o princípio de apaziguamento, de harmonização de divergências, “uma conciliação pragmática, capaz de contribuir com a transição para o regime democrático” (MEZAROBBA, 2006, p. 146-147).

Durante todo o governo do primeiro presidente civil, José Sarney, questões sensíveis como a localização dos corpos das vítimas da ditadura também não foram consideradas, segundo o próprio ex-presidente, por não ser prudente para o momento que se vivia: “[...] a transição brasileira foi promovida de modo a evitar que o que hoje se convencionou designar de mecanismos de justiça de transição pudessem ser adotados no início da gestão civil” (MEZAROBBA, 2010, p. 12).

¹¹⁶ Para tal, deveriam ser apresentadas, no mínimo, três testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes. A lei, no entanto, não define que documentos seriam esses.

¹¹⁷ Atividades ou órgãos relativos à repressão política resistiram por um período significativo pós anistia. O SNI, por exemplo, só deixa de existir no governo Collor.

Continuava, assim, na primeira década pós-Anistia e nos primeiros anos de governo civil, a luta pelo reconhecimento e concessão dos direitos reivindicados pelos atingidos pela ditadura, como a punição aos crimes de lesa-humanidade perpetrados pelos agentes do Estado, a localização das vítimas fatais do regime, a extinção dos órgãos de repressão política e de informação e a extensão da anistia.

A esperança talvez fosse a nova Constituição que viria para dar base legal ao novo período democrático que se construía. O termo “direitos humanos” aparece quarenta e cinco vezes na Constituição de 1988, que instituiu o *habeas data*, considerou como crimes inafiançáveis e sem possibilidade de anistia a prática da tortura, estendeu o período para a concessão da anistia aos servidores até o ano de 1946 e estipulou a possibilidade para os que foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos de requerer ao Supremo Tribunal Federal o “reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave” (SENADO FEDERAL (Brasil), 1988). Para Paulo Abrão e Marcelo D. Torelly (2012, p. 366), a nova Carta não previu em seus dispositivos os mesmos termos da nossa anistia ambígua, que compreendeu impunidade e esquecimento, já que a “Constituição corroborou o sentido da anistia enquanto liberdade somando-a a uma dimensão de reparação, e determinou que todos aqueles cidadãos atingidos por atos de exceção deveriam ser reparados pelo Estado democrático”.

Não ficava claro, no entanto, que direitos e vantagens interrompidos seriam esses, nem de quais vícios graves se tratava. Não havia também qualquer menção à justiça ou aos desaparecidos políticos. Foi com o progressivo afastamento dos militares do poder e com o fortalecimento do Estado democrático de direito que surgiram os primeiros avanços no processo de prestação de contas do Estado.

Somente em 1995, dez anos após a posse do primeiro presidente civil, foi sancionada a Lei nº 9.140, conhecida como “Lei dos desaparecidos”. Nela o Estado brasileiro reconheceu pela primeira vez a sua responsabilidade pela morte de 136 pessoas por suas atividades políticas, constantes em uma relação de nomes no Anexo I da Lei.

A Lei criava também uma Comissão Especial para tratar do tema, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Como já vimos no Capítulo 2 deste trabalho, cabia à Comissão Especial: o reconhecimento oficial de pessoas mortas ou desaparecidas em razão das graves violações aos direitos humanos na ditadura, para além da lista anexada à Lei; o trabalho na localização dos corpos de mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial; a emissão

de parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que viessem a ser formulados por familiares das vítimas.

Pela primeira vez, reconhecia-se a responsabilidade do Estado, ente abstrato e sujeito indeterminado, por mortes e desaparecimentos, bem como o direito à indenização por parte do Estado, devido à grave violação aos direitos humanos, embora restrito aos casos de vítimas fatais do regime e, ainda, delimitado aos desaparecidos devido a atividades políticas ou aos mortos em dependências do Estado, como delegacias, prisões e quartéis. Os mortos em atividades “extramuros” só foram contemplados com a extensão ao direito de reconhecimento de *status* de vítima do regime em 2004, com a Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004. A Lei em questão altera dispositivos da “Lei dos desaparecidos” políticos, estendendo-a aos:

- c) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público;
- d) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004”, art. 4º).

Cabe destacar a Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002, que estendendo o período dos casos de desaparecimento, de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, para 02 de setembro de 1961 a 05 de outubro de 1988, reconhecia a ação repressiva violenta do Estado mesmo em período democrático.

Somente em 28 de agosto de 2001, vinte e dois anos depois da Lei de Anistia, a partir Medida Provisória nº 2.151 (transformada posteriormente na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002), foi assegurada uma reparação econômica aos sobreviventes do regime, que, segundo Glenda Mezarobba (2010, p. 14), estiveram sempre às voltas com o aspecto financeiro da questão. A instituição do “Regime do Anistiado Político” compreendeu uma série de direitos como a declaração da condição de anistiado político; reparação econômica, de caráter indenizatório; contagem do tempo em que o anistiado político esteve obrigado a se afastar de suas atividades profissionais, vedada a exigência de recolhimento de contribuições previdenciárias; conclusão de curso, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante; e reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos devido à interrupção de atividade profissional por adesão a decisão dos trabalhadores (como adesão à greve). A Lei garantiu, ainda, a reintegração de cargo aos afastados em processos administrativos, com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa.

Em seus artigos 2º, 3º, 4º e 5º eram apresentados pormenorizadamente os tipos de punição que permitiam às vítimas o reconhecimento da condição de anistiado, prevendo reparação econômica em duas formas distintas, em prestação única (trinta salários-mínimos por ano de punição para o indivíduo que não tem como comprovar vínculo com o antigo trabalho, mas cujo valor não excederia cem mil reais) e em prestação mensal, permanente e continuada, para os que comprovarem seus vínculos de trabalho.

A Medida Provisória nº 2.151 criou, ainda, a Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça, cuja função era justamente proceder na avaliação da concessão do *status* de Anistiado Político e a concessão, ou não, dos direitos garantidos pela Lei, assessorando o ministro da Justiça em suas decisões.

Meses após a criação da Comissão de Anistia, a partir da lei nº 3.744, em 21 de dezembro de 2001, o Estado do Rio de Janeiro instituiu uma Comissão Especial para tratar da reparação econômica daqueles que devido às atividades políticas durante a ditadura tenham sofrido torturas físicas ou psicológicas dentro de órgãos da administração direta ou indireta desse estado ou realizadas por agente público dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, independentemente do local da ação. A fixação dos valores deveria considerar os danos pessoais, familiares, físicos, psicológicos e profissionais de cada caso analisado, não podendo exceder cinquenta mil reais e tendo como valor mínimo cinco mil reais. A indenização, concedida por decreto assinado pelo governador, deveria ser paga diretamente ao solicitante (ou seu representante legal por procuração), ao cônjuge, companheiro ou companheira, descendentes ou ascendentes. Os requerimentos eram avaliados a partir da apresentação de documentos probatórios por parte do requerente, podendo ser deferidos ou indeferidos, conforme análise da Comissão.¹¹⁸

Por atividade política a Comissão compreendia:

[...] toda e qualquer atividade de apologia, propaganda, persuasão, aliciamento ou atuação concreta que objetivasse a transformação da organização social, política e econômica do regime vigente à época no Estado nacional (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Decreto nº 31.995, de 10 de outubro de 2002”, art. 2º).

Possuíamos, enfim, nos primeiros anos do século XXI, quando tratamos de documentos da repressão, documentos preservados e arquivados em instituições arquivísticas públicas, legislação que respaldava e normatizava o acesso pelo cidadão às informações que o Estado

¹¹⁸ A comissão foi instituída pela Lei nº 3.744, de 21 de dezembro, e regulamentada pelo Decreto nº 31.995, de 10 de outubro de 2002.

produziu sobre ele e uma legislação que permitia o uso destes documentos em ações voltadas para a reparação daqueles que sofreram a violência do Estado.

Os arquivos da repressão, produzidos originalmente com a finalidade de “burocratizar” a repressão política, passaram, assim, a respaldar ações não só individuais, do cidadão em busca de soluções para os problemas gerados em suas vidas e famílias, mas ações do próprio Estado democrático, como a busca dos desaparecidos políticos, a reparação econômica daqueles que perderam seus empregos, retorno ao cargo aos exonerados por motivos políticos, contagem de tempo em que o indivíduo foi perseguido e não pôde contribuir para a aposentadoria. O Estado teve, inclusive, que se adequar para responder às demandas suscitadas pela implementação de uma série de direitos até então não concedidos para os atingidos da ditadura. Foram criadas normas, funções e atividades dentro da administração pública que utilizavam, comumente, documentos produzidos pela repressão como prova para respaldar decisões e produziam novos documentos sobre a repressão como laudos, pareceres, processos, decisões e testemunhos. Era o Estado democrático legislando, atuando, agindo sobre o regime de exceção, a partir das provas criadas por este mesmo regime.

3.5 Um novo tempo, apesar do perigo – novos tempos para os documentos: Memórias Reveladas, Chamamento Público de Acervos sobre a Ditadura, Lei de Acesso à Informação e Comissão da Verdade

Podemos dizer que vivemos uma conjuntura mais favorável, quando tratamos de arquivos da repressão (ou sobre a repressão) e políticas voltadas para a justiça de transição no Brasil, entre meados dos anos de 2000 a meados dos anos de 2010. Uma série de ações foram implementadas pelo Estado: novos arquivos foram recolhidos ao Arquivo Nacional, foi instituída uma iniciativa nacional para o tratamento de arquivos sobre a ditadura, tivemos as Comissões da Verdade trabalhando ativamente, assinamos a Declaração de governo aberto e conquistamos uma legislação que sobrepôs, finalmente, o direito de acesso ao direito à privacidade e ao sigilo de informações.

Segundo Enrique Serra Padrós (2012, p. 67), os brasileiros viveram marcados pela generalização da desmemória e do silêncio em relação ao período da ditadura. A causa dos desaparecidos e a luta por justiça e reparação foi defendida quase que solitariamente por sobreviventes, pelos familiares dos mortos e desaparecidos e por um pequeno círculo solidário.

No entanto, no início do século XXI teríamos assistido a uma reversão dessa lógica do silêncio surgir muito fortemente a partir da discussão do conceito de Justiça de Transição e da

demanda pela abertura dos arquivos dos órgãos de repressão. Foram realizadas campanhas por todo o país, amplificadas a partir de aniversários como os 40 anos do Golpe (2004), os 30 anos do sequestro dos uruguaios (2008) e os 30 anos da Lei de Anistia (2009), mobilizando setores mais amplos da sociedade (Ibidem, idem). Aluf Alba Elias e Georgete Medleg Rodrigues (2019, p. 26) apresentam, ainda, como agentes dessa reversão a conjuntura política marcada pela “estabilização institucional da democracia” e por uma intensificação, na América Latina, dos movimentos para identificar e punir agentes responsáveis pela violação de direitos humanos, destacando o papel fundamental da imprensa, que voltou seu interesse para a discussão dos “arquivos secretos”.

Dentro dessa lógica de “reversão do silêncio”, a partir de 2005 uma série de ações do governo federal foram tornando os documentos produzidos pela ditadura ou sobre a ditadura mais acessíveis à sociedade. Em 21 de dezembro de 2005, duas décadas após o fim da ditadura, a documentação do SNI, até então sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), foi recolhida ao Arquivo Nacional, em conjunto com dois outros arquivos, o do CSN e da CGI. Segundo o site do Arquivo Nacional, a entrega desses documentos pela ABIN à instituição arquivística pública constituiu-se em um marco importante na luta pela abertura dos arquivos da ditadura e numa das medidas importantes para a efetivação dos direitos à memória, à justiça e à verdade no Brasil.

Em 2009, tivemos duas ações importantes no Arquivo Nacional, que mudaram o cenário dos arquivos sobre a repressão no Brasil: o incentivo à doação de documentos sobre a ditadura militar ao Arquivo Nacional e a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), denominado Memórias Reveladas.

O Memórias Reveladas foi criado a 13 de maio de 2009, pela Portaria nº 204, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. O objetivo, segundo o primeiro artigo da portaria, foi constituir um espaço para a convergência e também para a difusão de documentos e informações produzidos/acumulados sobre a ditadura, bem como incentivar estudos, pesquisas e reflexões sobre o período. No mesmo dia foi lançado, também pelo Arquivo Nacional, o Edital de Chamamento Público de Acervos 001/2009, para a doação¹¹⁹ de documentos referentes ao regime militar. Segundo informações do Arquivo Nacional, até o mês de abril de 2010 foram doadas aproximadamente 200.000 mil páginas de documentos textuais

¹¹⁹ Doação consiste na entrada de documentos a partir da cessão gratuita e voluntária de propriedade feita por entidade coletiva, pessoa ou família (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

sobre o período, além de livros e documentos audiovisuais (ARQUIVO NACIONAL, **Memórias reveladas**, sem data).

O Memória Reveladas deveria estimular a organização e gestão dos arquivos sobre a ditadura, bem como a sua pesquisa; promover o amplo acesso às fontes, por meio de elaboração banco de dados, com disponibilização em portal próprio; e incentivar o debate, de natureza acadêmica e política, sobre o período da ditadura com a organização de eventos interdisciplinares e a promoção de concursos de monografia.

A criação desse centro originou acordos de cooperação entre estados, Distrito Federal e União, para a integração de documentos e instituições públicas/privadas em comunicação permanente e em rede. Até 2009, segundo dados do próprio centro, em treze estados e no Distrito Federal foram identificados arquivos organizados em instituições arquivísticas públicas.

Estas duas iniciativas se complementavam: enquanto o edital de chamamento de acervos buscava salvaguardar arquivos sobre a ditadura, trazendo-os para a tutela do Arquivo Nacional, o projeto Memórias Reveladas pretendia gerar esforços para tratamento, acesso e pesquisa de fontes sobre o regime militar.

Podemos afirmar que as duas iniciativas foram bem-sucedidas. O aumento do universo de fontes sobre a ditadura no Brasil, bem como a organização, descrição e divulgação destas fontes devemos muito a essas iniciativas. O edital do Arquivo Nacional resultou na doação de diversos conjuntos arquivísticos, para além dos documentos públicos já custodiados pela instituição. Estes conjuntos se constituem, principalmente, nos “arquivos da resistência” que tratamos no Capítulo 2 desse trabalho. São coleções de documentos pertinentes a indivíduos/entidades/iniciativas que, de alguma maneira, resistiram às ações do regime como, citando apenas alguns, Apolônio de Carvalho, Brasil Urgente, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Lúcia Velloso Maurício e Luiz Carlos Prestes. E o Memórias Reveladas resultou na descrição multinível, a partir da NOBRADE, de 235 fundos ou coleções, custodiados por uma diversidade de entidades (44 no total), que estão apresentadas no Banco de Dados disponível no portal Memórias Reveladas (ARQUIVO NACIONAL, **Memórias reveladas**, sem data). São arquivos de órgãos do Estado, pessoais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas, fundações, associações, nos quais encontramos os arquivos da repressão, da resistência e da reparação, ou seja, das categorias tratadas neste trabalho.

Em 21 de dezembro de 2009 foi publicado o decreto nº 7.037, que aprovava o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, instituído a partir de seis eixos:

- Interação democrática do Estado e da sociedade civil;
- Desenvolvimento e Direitos Humanos;
- Universalização de direito em um contexto de dificuldades sociais e econômicas;
- Segurança Pública, acesso à Justiça e combate à violência;
- Educação e Cultura em Direitos Humanos;
- Direito à memória e à verdade.

O sexto eixo, Direito à memória e à verdade, apresentava as seguintes diretrizes e objetivos a elas vinculados:

Diretriz 23: Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado

- Objetivo Estratégico I: Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição Federal, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Diretriz 24: Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade

- Objetivo Estratégico I: Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.

Diretriz 25: Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.

- Objetivo Estratégico I: Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009”).

Uma outra discussão importante neste período se somou à questão do acesso aos documentos produzidos pelo regime de exceção, trazida pelas novas tecnologias e pela cobrança da sociedade sobre a qualidade dos serviços públicos, visando construir mais transparência pública do Estado, ao aproximá-lo da sociedade via internet, através do chamado governo aberto.

Nos anos 2000 assistimos à ampliação dos canais de comunicação entre Estado e sociedade. Tínhamos uma sociedade mais participativa e uma ferramenta de aproximação: a internet. Em 2011, a Parceria para Governo Aberto ou OGP (*Open Government Partnership*), que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social, foi iniciada oficialmente em setembro, quando seus oito países fundadores (Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Indonésia, Filipinas, Noruega, África do Sul e México) assinaram a declaração de

governo aberto e anunciaram seus primeiros planos de ação. Alguns meses depois, em novembro de 2011, o Brasil publicava finalmente a sua Lei de Acesso à Informação.

Segundo Paula Ligia Martins (2012, p. 242), a partir de 2009 as discussões em torno de um projeto de lei que regesse o acesso a informações públicas em esfera nacional haviam avançado bastante, e a mobilização em torno do tema teria ganhado força em maio do mesmo ano, quando a Casa Civil enviou uma proposta para a Câmara dos Deputados, estruturada no projeto de lei nº 5.228/2009, que foi apensado ao projeto de lei nº 219/2003, sobre a mesma matéria.

Em 18 de novembro de 2011, foi publicada a Lei nº 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI),¹²⁰ que entrou em vigor em maio de 2012, tendo como objetivo fomentar uma cultura de transparência e controle social na administração pública. A LAI regulamenta procedimentos de direito à informação, obrigando a administração pública a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. O Estado passava a ter como dever a divulgação de informações de forma simples e compreensível, inclusive através da internet, bem como disponibilizar plataformas online para que o cidadão possa realizar pedidos de informação.

Cada estado e município do Brasil teve como obrigação a regulamentação da LAI, estendendo a outras esferas o princípio da transparência pública. Passava a ser dever de todo órgão público:

- Criar e manter um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) para atender ao público e em local com condições apropriadas;
- Ter plataforma online para solicitação de informação, atualizada e em diversos formatos eletrônicos, com protocolos de atendimento e com linguagem e ferramentas fáceis para leigos, oferecendo alternativas para aqueles que manipulam dados de forma mais complexa;
- Incentivar a participação popular, a partir de audiências e consultas públicas e divulgação dos portais que recebem pedidos de dados online;
- Designar autoridade interna que assegure o cumprimento de normas de acesso.

A LAI instituiu o prazo máximo de 25 anos para informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, por sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, classificando as informações em ultrassecreta (prazo de 25 anos), secreta (prazo de 15

¹²⁰ A LAI regula “o acesso a informações previsto no Inciso XXXIII do Art. 5º, no Inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências”.

anos) e reservada (prazo de 5 anos), definindo as seguintes competências para a classificação de sigilo:

Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: (Regulamento)

I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;
- b) Vice-Presidente da República;
- c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
- d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;

II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e

III - no grau de reservado, das autoridades referidas nos incisos I e II e das que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nesta Lei

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”).

É importante destacar que, ainda segundo a LAI, a autoridade que classificar informação como ultrassecreta deve encaminhar a decisão para uma Comissão Mista de Reavaliação de Informações (instituída pelo Artigo 35º) e que a classificação de informação em qualquer grau de sigilo deve ser formalizada em decisão, contendo o assunto sobre o qual versa a informação; o fundamento da classificação; a indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final; e identificação da autoridade que a classificou.¹²¹

Segundo Paula Ligia Martins (2012), a LAI implementa oito dos nove princípios que deveriam servir de base para a elaboração de leis sobre acesso à informação: máxima divulgação; obrigação de publicar; promoção de um governo aberto; âmbito limitado das exceções; procedimentos para facilitar o acesso; custos (custos excessivos não devem impedir o cidadão de solicitar informações);¹²² reuniões abertas; e divulgação tem primazia.¹²³

Vemos claramente nos artigos dispostos a limitação das informações sigilosas, a partir de uma série de critérios a serem seguidos para a classificação como delimitação de autoridade,

¹²¹ O Decreto n. 9.690, de 23 de janeiro de 2019, instituiu a delegação de competência para graus de sigilo, permitindo que servidores comissionados e presidentes de fundações e autarquias decretassem sigilo ultrassecreto e secreto a dados públicos. Foi revogado cerca de um mês depois pelo Decreto nº 9.716, de 26 de fevereiro de 2019.

¹²² Art. 12 da LAI. “O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família”.

¹²³ Não se encontra na Lei menção à proteção de denunciante (indivíduos que denunciem irregularidades devem ser protegidos).

justificativa fundamentada, identificação da autoridade que classificou e, ainda, a avaliação da classificação por uma comissão colegiada.

A LAI permite, ainda, uma aproximação muito grande entre sociedade e Estado a partir dos SICs, plataformas e sites, possibilitando a cobrança e o monitoramento das atividades da administração pública por parte dos cidadãos. Essa lei foi regulamentada nos estados, municípios e demais poderes a partir de uma série de atos oficiais. No caso do Rio de Janeiro, o decreto nº 43.597, de 16 de maio de 2012, foi publicado para regulamentar o procedimento de acesso a informações no âmbito do Executivo estadual.

Segundo José Maria Jardim (2013, p. 401), o fundamento da LAI é a primazia da transparência sobre a opacidade estatal. No entanto, para o autor, criam-se as leis, mas não as condições necessárias para implementá-las. Obriga-se o Estado a dar acesso à informação, mas como acessar documentos em órgãos que não conhecem a sua produção documental e não implementaram gestão de documentos.

Assim como a Lei de Arquivos de 1991 não assegurou uma “nova era” para os arquivos brasileiros, tampouco a Lei de Acesso à Informação de 2011 garantirá que venham à tona, subitamente, políticas e ações arquivísticas que não foram desenvolvidas nos últimos 22 anos.

Talvez a LAI não tenha assegurado uma “nova era” para os arquivos brasileiros em geral, mas instituiu uma nova realidade para os arquivos da repressão, ao permitir o acesso a documentos que contêm informações sobre violações de direitos humanos e para a “recuperação de fatos históricos de maior relevância”. Vemos pela primeira vez, na legislação pertinente, a primazia do direito da sociedade ao acesso à informação sobre o direito de garantia individual de salvaguarda da honra e da privacidade. Conforme a LAI em relação à restrição de acesso a documentos:

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011”, art. 21).

Seguindo a mesma lógica no tratamento de informações pessoais:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e
II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância

(Ibidem, art. 31, grifo meu).

Ao instituir como prazo máximo 25 anos para acesso da sociedade à informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, a LAI abriu, pelo menos na letra da lei, o acesso a todos os documentos produzidos pela repressão. De 1986 em diante, todos os documentos públicos se tornavam legalmente acessíveis. A LAI também buscou garantir a integridade dos documentos públicos em geral, o que se estende aos que sobreviveram à transição para a democracia:

Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado
(Ibidem, art. 32).

Em 16 de maio de 2012, a LAI foi regulamentada pelo decreto nº 7.724, que instituiu:

Art. 65. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

Art. 66. A pessoa natural ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no art. 65, estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

- III - rescisão do vínculo com o Poder Público;
 - IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e
 - V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade
- (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012”, art. 65).

Sabemos que essa nova realidade trazida pela LAI foi por consideráveis vezes invadida pela lógica do não acesso a partir de negativas e subterfúgios de instituições que, mesmo após a sua implementação, mantiveram informações públicas inacessíveis a pesquisadores e à sociedade. Contudo, é inegável a amplitude de acesso que os documentos da repressão ganharam e que a lei possibilitou outras iniciativas voltadas para esses arquivos se tornarem ainda mais acessíveis.

Um exemplo são os editais lançados pelo Arquivo Nacional tendo por base a LAI e o decreto que a regulamentava, mais especificamente seu parágrafo 4º do artigo 31º e o inciso II do artigo 58º do decreto nº 7.724, que instituíram que informações pessoais, quando inseridas em documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância, não necessitariam de autorização expressa da pessoa a que se referem, garantindo o acesso irrestrito a fundos e coleções arquivados na instituição.

O Edital AN nº 1, de 17 de maio de 2012, deu acesso aos conjuntos documentais relacionados, direta ou indiretamente, ao Sistema Nacional de Informações e Contraintormação (SISNI); o Edital AN nº 2, de 31 de maio de 2012, aos documentos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e da Assessoria de Segurança e Informações da TELEBRÁS; o Edital AN nº 3, de 29 de junho de 2012, ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); o Edital nº 4, de 27 de dezembro de 2012, à Delegacia de Polícia Federal em Dourados, Mato Grosso do Sul.

No ano seguinte, 2013, vários outros editais davam acesso aos acervos das Delegacias da Polícia Federal de Campina Grande, Foz do Iguaçu e Juiz de Fora, da Assessoria de Segurança e Informações do Departamento Nacional de Produção Mineral, a acervos da Petrobras e a documentos da Superintendência Regional da Polícia Federal de Pernambuco e da Superintendência Regional da Polícia Federal de Roraima.

Essa “nova era” para os documentos da repressão também chegava ao estado do Rio de Janeiro. Em 21 de março de 2013, foi publicado o Decreto nº 44.131, que reconhecia como necessários à “recuperação de fatos históricos de maior relevância” todos os fundos relativos às polícias políticas do Rio de Janeiro: DPS; DOPS/GB; DOPS-RJ; DGIE e Polícias Políticas

do Rio de Janeiro, entre outros. Estes fundos foram legalmente reconhecidos como “fonte importante de interesse público e geral, para o resgate da memória, de defesa de direitos dos cidadãos, para os direitos humanos e para a recuperação de fatos relevantes da história contemporânea brasileira” e deveriam obrigatoriamente ter a sua descrição publicada no Portal do APERJ (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, “Decreto nº 44.131, de 21 de março de 2013”).

A lei publicada imediatamente após a LAI, a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, para examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado no período de 1946 a 1988, visando o direito à memória e à “verdade” e promover a “reconciliação nacional”. À CNV coube:

- I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º ;
 - II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;
 - III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;
 - IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;
 - V - colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violação de direitos humanos;
 - VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e
 - VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações
- (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), “Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011”, art. 3º).

Para a execução dos seus objetivos, a CNV poderá:

- I - receber testemunhos, informações, dados e documentos que lhe forem encaminhados voluntariamente, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada;
- II - requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo;
- III - convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados;
- IV - determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados;
- V - promover audiências públicas;

VI - requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Nacional da Verdade;

VII - promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; e

VIII - requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos
(Ibidem, art. 4º).

O Brasil seguia, assim, o exemplo de mais de 20 comissões similares criadas no mundo, como a da África do Sul (que tratou das violações de direitos humanos durante o *apartheid*), Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Guatemala, Iugoslávia, Paraguai, Peru, Uruguai, entre outros países.

A subsequência das Leis nº 12.527 e 12.528 não era mera coincidência, já que sem a LAI talvez ficasse muito difícil o trabalho e funcionamento efetivos da CNV. Como elaborar pesquisa, pareceres e relatórios com acesso somente a documentos sem informações pessoais ou a partir da autorização de cada indivíduo citado nesses documentos? Aos integrantes da Comissão, segundo o artigo 4º da Lei 12.528, era possível requisitar informações, dados e documentos classificados com grau de sigilo e o acesso a documentos e dados contendo informações pessoais estavam garantidos pela LAI.

A exemplo da Comissão Nacional, uma série de Comissões da Verdade foram sendo instituídas em estados, municípios, órgãos, empresas, construindo uma estratégia mais extensa de Justiça de Transição. As comissões da verdade eram órgãos oficiais, embora temporários e sem caráter judicial, com a responsabilidade de:

investigar as circunstâncias, causas e consequências das violações de direitos humanos ocorridas em determinado período de tempo, conferindo destaque e importância aos testemunhos das vítimas (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 36).

Às diversas experiências de comissões da verdade, além do reconhecimento do direito à memória e à reparação, coube investigar padrões de violência cometidos em período de exceção, com a identificação dos perpetradores, as motivações das violações e o destino das vítimas fatais. A Comissão Nacional da Verdade, bem como suas congêneres em outras esferas, poderes e entidades, permitiu o levantamento e análise de uma série de informações, denúncias e relatos, pesquisando e produzindo mais documentos da repressão e sobre a repressão.

Não cabe aqui fazer um balanço das Comissões da Verdade, o que geraria um trabalho à parte, mas estas permitiram a convocação e relatos de vítimas, testemunhas e agentes; a realização de inúmeras audiências públicas e relatórios de pesquisa; visitas em unidades

militares; elaboração de laudos periciais, relatórios de diligências técnicas e croquis relativos a unidades militares; colaboração com as instâncias do poder público a fim de apurar a violação de direitos humanos; levantamento de dados que auxiliassem na busca e identificação de restos mortais de desaparecidos. Identificando, ainda, locais, estruturas, instituições e circunstâncias relativas à prática de violações de direitos.

O relatório final da Comissão da Verdade, entregue em 10 de dezembro de 2014 à Presidência da República, identificou 434 casos de mortes e desaparecimentos de pessoas sob a responsabilidade do Estado (número bem maior do que aquele apresentado em 1995 pela Lei 9.140) e 377 agentes públicos envolvidos tanto no gerenciamento de estrutura e procedimentos, bem como aqueles diretamente responsáveis pelas condutas que geravam as violações, fazendo, ainda uma série de recomendações de medidas e políticas públicas para prevenir violações de direitos humanos, assegurar a sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito no Brasil (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 16, 846-931).

3.6 É preciso estar atento e forte – dimensões cidadania, documentos, reparação e estado democrático

Vimos neste capítulo uma série de iniciativas e direitos paulatinamente sendo implementados e conquistados desde o *habeas data* até a implementação da Lei de Acesso à informação e da Comissão Nacional da Verdade, criadas em 2011.

Em 1988, o cidadão passava a ter, por lei, o direito de acesso a documentos e dados produzidos pelo Estado sobre si, o que em uma sociedade que esteve durante parte significativa de sua história em períodos de exceção – com o Estado produzindo dados e informações para controle e criminalização de cidadãos e atividades políticas e sociais – representou um avanço muito grande. No entanto, tinha o direito, mas sequer conhecia os arquivos produzidos pelo Estado, principalmente aqueles cujas informações produzidas lhe foram mais prejudiciais.

Somente na década seguinte parte dos arquivos das delegacias de polícia política foi recolhida a instituições arquivísticas públicas. Entretanto, não havia ainda, por parte do Estado, nenhuma ação especificamente voltada para a construção de memória, reparação ou justiça, para os quais esses documentos pudessem ser utilizados mais amplamente.

A primeira ação por parte do Estado para a memória e reparação foi a partir da instalação das atividades da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995. Compreendemos que a instituição da Comissão foi uma resposta aos questionamentos e anseios

de parte da sociedade, que ainda lutava pelo reconhecimento de seus mortos e por ações em prol dos atingidos pelo governo de exceção, mas era a primeira vez que o Estado atuava “proativamente”, visando reconhecimento e reparação. Até então, famílias e indivíduos acionavam o Estado, via engrenagem burocrática, buscando por justiça e reparação e este concedia ou não o que lhe havia sido solicitado. Com a Lei nº 9.140, o Estado se adiantava e reconhecia parte dos mortos e desaparecidos do regime e ainda se colocava à disposição para agir no levantamento e reconhecimento de outros cidadãos para além da lista de mortos e desaparecidos que se encontrava anexada à Lei.

A “Lei dos desaparecidos” foi, também, a primeira a instituir uma indenização financeira para atingidos pela ditadura, no caso aos familiares das vítimas fatais do regime. O Estado se obrigava a reconhecer parte de seus atos de violência e, mesmo que de forma limitada, esclarecer crimes e reparar atingidos.

A criação da Comissão de Anistia, em 2001, estendeu a reparação e o reconhecimento da responsabilidade do Estado para além das vítimas fatais da ditadura ao estabelecer o regime do anistiado político, que além de uma série de direitos instituiu indenização àqueles que sofreram qualquer arbitrariedade do Estado. Permitiu aos exilados, presos, perseguidos, torturados e censurados a reparação do ato de exceção, com o retorno ao estudo, ao trabalho, concessão de tempo para aposentadoria, pensão ou indenização. A reparação se dava a partir da comprovação do ato arbitrário por documentos, principalmente a partir de documentos produzidos pela repressão, repletos de elementos formais como carimbos, assinaturas, siglas e cabeçalhos que o identificavam como produto da administração pública e do Estado.

Assim, foi criada uma estrutura dentro do Ministério da Justiça com funções e atividades, responsável pela análise dos pedidos de anistia e reparação que utilizava documentos produzidos pelos atos de exceção e que produzia mais documentos sobre a ditadura.

No entanto, até 2012, de modo geral, o que se construiu a partir dos arquivos da repressão foram memórias pessoais, reparação individual e o Estado lidando caso a caso com o reconhecimento e indenização. Parte significativa desses documentos continuava inacessível, salvo exceções, para a sociedade em geral e aos pesquisadores devido à legislação pertinente aos documentos que continham informações pessoais.

A Lei de arquivos de 1991 e a sua regulamentação instituíam um período de 100 anos da data de produção para abertura desses documentos para a consulta pública. Como parte significativa da documentação da repressão possuía informações consideradas íntimas, esta

continuava restrita, impedindo um conhecimento maior das atividades e estrutura do Estado repressor por duas décadas, até a publicação da Lei de Acesso à Informação.

Com a LAI, foi instituído o princípio da transparência sobre o sigilo, mesmo no caso de documentos com informações pessoais, caso estes tivessem relação com violação de direitos humanos ou fossem utilizados para processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estivesse envolvido ou em ações voltadas para a recuperação de “fatos históricos de maior relevância.

A abertura dos arquivos da repressão¹²⁴ permitiu uma análise mais profunda do período e do nosso legado autoritário que se demonstra pelo aumento de produção científica ou da literatura sobre a ditadura. Da mesma forma, mencionam-se as atividades das Comissões da Verdade que levantaram e produziram informações sobre as arbitrariedades e sobre a estrutura montada pelo Estado para a perseguição ao “inimigo interno” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014) que seriam, se não impossíveis muito menos abrangentes e profundas sem o acesso aos documentos com informações pessoais e sem a instituição do prazo máximo de sigilo de 25 anos.

Segundo Enrique Serra Padrós (2009, p. 41), a importância da abertura dos arquivos da repressão estaria na sua relação com as quatro dimensões de exercício de cidadania: (I) a histórica, que se efetivaria pela possibilidade de dar suporte e socializar a produção de conhecimento histórico; (II) a política, que se daria pelo posicionamento da sociedade a partir do conhecimento (construído pela dimensão histórica) sobre os acontecimentos passados; (III) a pedagógica, que geraria ações que reforçam a democracia e o não esquecimento, a partir do conhecimento e posicionamento já construídos; (IV) a administrativa, vinculada à possibilidade de indivíduos atingidos exigirem reparação pelos atos do regime a partir dos documentos da repressão. Ou seja, a partir do acesso aos documentos produzidos pela repressão poderíamos produzir e publicizar mais conhecimento histórico sobre a ditadura no Brasil e com o conhecimento histórico seria possível ter um posicionamento sobre o período. Conhecimento e posicionamento seriam base para ações pedagógicas voltadas para a defesa da democracia e a consequente rejeição do autoritarismo. E, por último, a abertura destes arquivos possibilitaria ações de reparação aos indivíduos atingidos.

Podemos, assim, afirmar que desde a Constituição de 1988 é possível identificar no Brasil, mesmo que de forma modesta, a conquista das dimensões da cidadania trazidas por

¹²⁴ Mesmo dentro dos limites que já analisamos neste trabalho.

Enrique Serra Padrós (2009). Elas se expandem e se diversificam junto com a nossa democracia, sem, no entanto, ter o poder de transformá-la efetivamente e dar fim ao legado autoritário.

A dimensão administrativa da cidadania foi sendo conquistada desde o recolhimento dos arquivos das delegacias/departamentos de polícia política estaduais, quando estes passaram a ser utilizados em ações de reparação de atingidos. Ações que avançaram de reparação restrita aos familiares de mortos e desaparecidos à reparação de atingidos pela ditadura nas mais diversas formas, podendo, inclusive, serem solicitadas e concedidas diversas formas de reparar. Não sabemos como ficaria a questão da reparação no Brasil se não houvesse documentos oficiais que comprovassem os atos arbitrários do Estado em um país de tradição positivista, onde o ônus da prova cabia ao cidadão que foi alvo da arbitrariedade. Era preciso anexar aos requerimentos fontes que dessem respaldo às acusações do requerente. E que fontes seriam consideradas mais adequadas do que as que vinham dos próprios arquivos da repressão? Do ano de 2002 a 2019, por exemplo, o APERJ abriu mais de 5.000 processos relativos à pesquisa de *habeas data*,¹²⁵ com pesquisa e fotocópia de documentos (com todos os elementos comprovando que consiste em fotocópia de documentos originais custodiados pelo APERJ).

As dimensões histórica e pedagógica ganharam instrumentos preciosos com o recolhimento dos arquivos “DOPS” nos anos de 1990. Acreditamos que se somavam a outros instrumentos que também possibilitam estas dimensões, posto que a pesquisa histórica não se limita a fontes “oficiais”, que se encontravam mais limitadas devido a questões relativas a informações pessoais até a publicação da LAI, e que ganharam mais amplitude com o recolhimento de outros conjuntos documentais relativos à repressão – como SNI e CGI.

Utilizando o caso dos fundos polícias políticas do Rio de Janeiro como exemplo, tivemos uma série de publicações a partir da pesquisa em seus documentos, publicações tanto do APERJ, bem como jornalísticas e acadêmicas. Podemos também citar exposições realizadas pelo APERJ que tiveram como fonte seus arquivos – como, por exemplo, *De adversário político à inimigo da nação: a lógica da desconfiança* (Multi-evento, de 23 de novembro de 1993 a 09 de janeiro de 1994) e *Seminário Informação Governamental: transparência e cidadania* (12 a 14 de setembro de 2001). As ações da Comissão de Anistia – dentre as quais as Caravanas da Anistia, o Marcas da Memória e os relatórios das diversas Comissões da Verdade – também se vinculam as dimensões histórica e pedagógica. Como instrumentos dessas dimensões podemos considerar, também, indo além das análises de Enrique Serra Padrós (2009), os arquivos da resistência e os arquivos da reparação, que encontramos acessíveis em instituições arquivísticas

¹²⁵ Processo tratado de forma mais detalhada no Capítulo 2.

públicas como a Coleção Angela Borba e o Fundo Comissão Especial de Reparação do Rio de Janeiro. Acreditamos que estas duas dimensões não se encerram, ou não deveriam se encerrar, integrando sempre políticas públicas voltadas para reforçar a importância da democracia, e do não esquecimento.

A dimensão política da cidadania, aquela que se constitui a partir das dimensões histórica e pedagógica, em um posicionamento crítico em relação ao passado autoritário, é a mais difícil de identificar. Na verdade, talvez seja a mais difícil de encontrar, possivelmente devido ao não aprofundamento das demais dimensões da cidadania, na proporção necessária, para curar um país em que parte da população ainda flerta com o autoritarismo e vê os direitos humanos com desconfiança, como se humanos não fossem. Acreditamos que se tivéssemos lidado mais corajosamente com o nosso legado autoritário a dimensão política poderia ser hoje mais ampla e efetiva, tendo gerado uma posição mais crítica em uma parcela maior da sociedade em relação à ditadura.

O nosso legado “autoritário burocrático”, no caso deste trabalho ilustrado pelos arquivos das polícias políticas, foi ignorado pela legislação e tratado como qualquer outro documento público, ficando em parte inacessível para a sociedade em geral e para o pesquisador durante duas décadas. Não soubemos lidar com o diferencial que tínhamos em relação aos nossos vizinhos latino-americanos: volume significativo de fontes oficiais sobre a ação do Estado repressor. Não pudemos utilizá-las de forma mais ampla em ações que pudessem efetivamente desconstruir permanências, reconstruir nossa relação com práticas e imaginário autoritários e punir violações e violadores de direitos humanos. Pelo menos a partir destes arquivos foi possível comprovar as arbitrariedades e possibilitar a reparação – embora tímida, limitada e atrasada – de indivíduos atingidos.

Considerações finais: transmutação de sentidos e ressignificação dos arquivos da repressão – os fundos polícias políticas do rio de janeiro

Durante os seus ciclos de vida, os documentos sofrem uma transmutação de sentido, pois “nascem correntes, sobrevivem como intermediários, e se redefinem como permanentes, entre a primeira e a última fase de sua vida eles continuam sempre sendo os mesmos suportes materiais de informação, mas o seu sentido é transformado” (KNAUSS, 2009, p. 10). Os documentos passam da produção de um ato para recordação deste mesmo ato e os seus usos são redefinidos pelo presente. Essa transmutação de sentidos é fruto do deslocamento dos tempos, pois “é no presente que o passado se define” (Ibidem, idem).

Para Eric Ketelaar (2001), o que dá sentido aos documentos é a sua “ativação”, que podemos compreender como usos, de maneira que o mesmo documento poderia ser ativado diversas vezes para usos completamente diferentes. Partimos aqui de igual premissa: um mesmo documento pode ter diversos usos e significados, nenhum documento é preso à finalidade e sentido da sua produção. A nossa hipótese, no entanto, é que o que permite ou limita esses novos usos, quando tratamos de arquivos da repressão, é, principalmente, a conjuntura política em que estão inseridos. Um indivíduo só pode “ativar” algum documento desta categoria e utilizá-lo da forma *x* ou *y* se as leis assim o permitirem, se houver espaço político e jurídico para tal. Arquivos da repressão foram utilizados para a repressão, enquanto vivíamos sob regimes autoritários diversos. Um mesmo documento pode ter sido utilizado para diversas formas de perseguição política ao longo de décadas, sendo utilizado para a repressão política da Primeira República, depois do Estado Novo e, por fim, da ditadura militar. Foram dessa forma utilizados porque a conjuntura assim se impunha, a lógica era a “lógica da desconfiança”,¹²⁶ desconfiança e controle da vida política e social de cidadãos.

Uma nova conjuntura, dentro de todos os limites da nossa transição para a democracia e da democracia construída, permitiu primeiro que esse mesmo documento fosse encaminhado para uma instituição, um arquivo público, com finalidades muito diferentes do seu produtor – entre outras, de informar o cidadão, permitir a pesquisa, dar subsídios para a busca por direitos – depois novas leis, órgãos e práticas foram instituindo novas lógicas, criando outras possibilidades de “ativação”:

Os documentos ganham outra razão de ser, porque a sociedade e suas instituições mudaram, substituindo velhas estruturas por outras. Os mesmos papéis ganham assim novo interesse, o que implica em novos usos (KNAUSS, 2009, p. 10).

¹²⁶ Termo utilizado pelo APERJ em suas primeiras publicações sobre os arquivos das polícias políticas.

Unindo os conceitos de ativação e transmutação de sentidos, podemos afirmar que mais do que transmutados, com a democracia houve uma inversão de sentido nos arquivos da repressão, permitindo, inclusive, que sejam associados a arquivos de direitos humanos.

A partir da análise do acesso e do uso dos arquivos da repressão, ao longo de três décadas de vigência do Estado democrático de direito, podemos mapear a sua evolução desde a Constituição de 1988, concluindo que à medida que a democracia se consolidava, mais acessíveis e ativáveis esses documentos se tornavam, mesmo dentro das limitações que o nosso modelo de transição política impunha.

Os documentos da repressão vão se transformando junto com a democracia, de base para ação arbitrária e perseguição dos considerados inimigos do regime, à prova desta mesma ação, em instrumento para a reparação dos atingidos e, por fim, base para repensar o próprio Estado democrático construído pós-ditadura e a democracia que gostaríamos de construir. A partir destes arquivos foi possível compreender mais profundamente a lógica e o tamanho da estrutura montada para consolidação, manutenção e ação do regime de exceção. Foi possível também mapear permanências e limites da nossa própria democracia, a que foi possível construir num país desigual, violento e cuja memória foi construída a partir de narrativas excludentes e limitadas.

No entanto, a democracia que foi possível construir norteou a utilização que fazemos destes documentos. O impedimento legal da responsabilização criminal¹²⁷ dos agentes públicos que utilizaram da violência como prática não permitiu que os documentos que comprovavam a sua participação fossem utilizados para seu julgamento. Mesmo com relatos, documentos administrativos, denúncias e uma série de outros documentos e de várias tentativas legais e de recomendações das Comissões da Verdade, muitos deles continuam dando nomes a monumentos, praças, viadutos e pontes por quase todo o Brasil.

Os órgãos criados para repressão política foram desmantelados, mas o uso da violência segue como prática comum por parte de representantes do Estado democrático. Outra questão relevante é o desconhecimento e as informações desencontradas quando tratamos da abertura dos arquivos dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, que talvez pudessem dar, se não o fechamento de questões, como a responsabilidade sobre mortos e o paradeiro dos desaparecidos, pelo menos poderia fornecer alguma informação que permita a continuidade de investigações.

¹²⁷ Em 2010, o STF fechou a questão ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153), em que rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia (Lei nº 6683/79).

Quando tratamos especificamente dos usos dos arquivos dos órgãos policiais de repressão política do Rio de Janeiro, encontramos documentos produzidos desde o início do século XX até a década de 1980, sendo utilizados por seus produtores/acumuladores (ou durante a ditadura militar, como subsídio para ação dos novos órgãos de segurança e inteligência) dentro das lógicas de construção do inimigo de cada período: estrangeiros, anarquistas, comunistas, integralistas, nazistas, imprensa, partidos, estudantes, militares, políticos, partidos, movimentos sociais, entre outros.

Com o recolhimento desses arquivos ao APERJ, começamos finalmente a ver a inversão de sentidos e de usos de seus documentos partir de novas “ativações”. Logo que chegaram a esse arquivo estadual, o Grupo Tortura Nunca Mais tinha prioridade na consulta aos documentos, bem como quando foi criada uma Comissão integrada por parlamentares ligados às Comissões de Direitos Humanos e representantes da Secretaria de Justiça, APERJ e Grupo Tortura Nunca Mais com o objetivo de dar transparência ao tratamento técnico do acervo.

A partir de então as “pesquisas de *habeas data*” – pesquisas nos arquivos custodiados pelo APERJ, geralmente das polícias políticas, para levantamento de documentos produzidos sobre si (ou sobre familiar) para dar entrada em alguma ação judicial – se tornaram no APERJ um trabalho de rotina envolvendo os setores jurídico, administrativo e de pesquisa, como tratado no Capítulo 2 deste trabalho.

A partir dos documentos localizados no APERJ, havia primeiro a possibilidade de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal para o reconhecimento de direitos e vantagens interrompidos por atos punitivos, desde que fosse comprovado terem sido originados em vício grave, mas sem ainda saber ao certo que direitos e vícios graves são esses. A partir de 1995, era possível utilizar estes documentos para acionar a Comissão de Mortos e Desaparecidos e a partir dos primeiros anos do século XXI para requerer reparação, de diversos tipos, na Comissão de Anistia e na Comissão de Especial de Reparação do Rio de Janeiro (enquanto esteve ativa).

Finalmente, temos documentos produzidos pelas polícias políticas do Rio de Janeiro para a repressão de indivíduos respaldando atividades e concessão de direitos voltados para a reparação desse mesmo indivíduo.

Com a implementação da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV), em 2012, a exemplo da Comissão Nacional, o próprio estado tomava a frente de uma série de atividades para investigar as arbitrariedades cometidas nos períodos de exceção, dar subsídios para a reparação, mas, principalmente, para analisar seus atos e tentar aprofundar o Estado de Direito. Os documentos das polícias políticas do Rio de Janeiro se tornavam fonte para repensar

o Estado e suas práticas. Uma série de documentos foi citada ou apresentada no Relatório Final da CEV-Rio, como, por exemplo: o mandado de prisão de Stuart Angel; a ficha de identificação policial de Mario Prata; o informe confidencial do 1º Exército enviado para o DOPS que solicitava o monitoramento dos bailes *black* e das equipes de som; pedido de busca emitido pelo 1º Exército para a polícia política investigar a “infiltração” em movimentos de favela; ofício enviado do Comando do 1º Exército ao HCE, autorizando a entrada dos agentes do DOPS Eduardo Rodrigues e Jeovah Silva a interrogarem Raul Amaro; Comunicado do DOPS sobre a Chacina de Quintino (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO RIO, 2015).

Uma questão pertinente, que demonstramos ao longo desta pesquisa, é que com os direitos voltados para a questão da reparação, instituídos desde meados da década de 1990, os documentos que integram os fundos relativos às polícias políticas do Rio de acabaram ganhando uma certa “vida administrativa”, indo além de fonte de pesquisa sobre o período dos governos de exceção, indivíduos ou temas ligados a eles. Seus documentos¹²⁸ continuam sendo autuados, instruídos, anexados, carimbados, datados, rubricados, lidos e tramitados por funcionários para dar respaldo mais uma vez às atividades do Estado, desta vez não para reprimir, mas, ressignificados a fim de reparar.

No entanto, vimos neste trabalho que as possibilidades destes documentos são limitadas pela legislação pertinente à justiça e à reparação. A exemplo dos demais arquivos da repressão, apesar de apresentarem dados sobre as atividades, estruturas e agentes envolvidos em tortura, morte e desaparecimento, até o momento também não puderam respaldar uma decisão voltada para a responsabilização judicial dos envolvidos.

As futuras “ativações” e transmutações de sentidos dos documentos das polícias políticas também serão determinados pela conjuntura política e pelas possibilidades instituídas por lei. Se houver uma modificação na legislação, talvez um dia possam ser usados contra os envolvidos em crimes de lesa humanidade e teremos, finalmente, o julgamento para os crimes de tortura e assassinato durante a ditadura. Ou, quem sabe, numa leitura pessimista do futuro que se avizinha (talvez realista, pois temos diversos autores que tratam com receio atuais governantes e práticas políticas), realmente estivermos vivendo uma crise da democracia e caminharmos para novos governos de exceção, esses documentos voltem a ser utilizados pelo Estado na busca e repressão de grupos sociais considerados “inimigos”. Decidimos neste trabalho estudar os usos desses documentos até o final de 2018, justamente por desconhecermos

¹²⁸ Suas fotocópias.

como vêm sendo ativados em uma conjuntura de desmantelamento de direitos, atividades e entidades voltados para direitos humanos e reparação.

Apêndice B – Cronologia sobre a trajetória dos arquivos das polícias políticas do Rio de Janeiro, sobre o tratamento dos arquivos dos DOPS e das leis de acesso a documento público e reparação

LEGENDA:

AZUL – POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO

LEGISLAÇÃO: VERMELHO

1900

Primeira menção ao termo polícia política

BRASIL. Decreto nº 3.640, de 14 de abril de 1900, que reorganizou o seu serviço policial:

A polícia é judiciária ou criminal, administrativa e política [...]

(BRASIL, 1900, Art. 3)

1920

Criação da **Inspetoria de Investigações e Segurança Pública**, que contava em sua estrutura com a **Seção de Ordem Social e Segurança Pública**, estrutura oficial dentro da força policial do Rio de Janeiro, voltada exclusivamente para a polícia política.

BRASIL. Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920.

1922

Criação da **4ª Delegacia Auxiliar**, que herdava a estrutura da Inspetoria, inclusive a **Seção de Ordem Social e Segurança Pública**.

BRASIL. Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922.

1933

Criação da primeira Delegacia voltada exclusivamente para a competência de polícia política, a **Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS** e extinção da 4ª Delegacia Auxiliar.

BRASIL. Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933.

1944

Criação da **Divisão de Polícia Política e Social (DPS)**, subordinada ao **Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)** e extinção da **Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS**.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944.

1962

Criação do **Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)** e extinção da **Delegacia Especial de Segurança Política e Social – DESPS**.

GUANABARA. Lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962.

1975

Criação do **Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)**, último órgão do estado com funções de polícia política, subordinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 11, de 15 de março de 1975

1979

BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Lei de Anistia.

1982

Transferência dos documentos do **Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE)** para o prédio do Departamento da Polícia Federal

1983

Não consta mais na estrutura básica da administração direta do poder executivo a Secretaria de Segurança Pública, nem órgão com competência de polícia política (RIO DE JANEIRO. Lei nº 689, de 29 de novembro de 1983).

1988

BRASIL. Constituição (1988) – Instituiu o direito ao habeas data; o acesso a informações de interesse coletivo ou geral; considerou como crimes inafiançáveis e sem possibilidade de anistia a prática da tortura, estendeu o período para a concessão da anistia aos servidores até o ano de 1946; estipulou a possibilidade para os que foram cassados ou tiveram seus direitos políticos suspensos de requerer ao Supremo Tribunal Federal o “reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que comprovem terem sido estes eivados de vício grave ”

1991

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Instituiu o direito de acesso pleno a documentos públicos, à exceção dos documentos cuja divulgação pudesse colocar em risco a

segurança da sociedade e do Estado e dos documentos cuja divulgação pudesse violar a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas. Documentos referentes à segurança da sociedade e do Estado ficavam restritos por um prazo máximo de 30 anos, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período uma única vez, enquanto o de documentos sigilosos “referentes à honra e à imagem das pessoas estariam restritos por um prazo máximo de 100 anos.

Os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) foram recolhidos ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

A Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE), extinta pelo Decreto n. 14.276, em 23 de março de 1990, teve o acervo recolhido ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

Os documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e da Supervisão de Ordem Política e Social (SOPS) do Rio Grande do Sul, reunidos no fundo Secretaria de Segurança Pública, foram recolhidos ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) foi extinto em 1983, pelo Decreto n. 20.728, de 04 de março, sendo o seu acervo entregue à Polícia Federal, onde ficou até o final do ano de 1991, quando foi transferido para a Secretaria de Cultura, sendo recolhido pelo Arquivo do Estado de São Paulo.

1992

Em 13 de janeiro de 1992, o governo do estado do Rio de Janeiro reivindicou os arquivos das polícias políticas ao Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça

Em 4 de junho de 1992, a documentação do DOPS foi recolhida ao APERJ, com exceção do Levantamento de Dados e Arquivos (LDAs) e das fichas funcionais, cuja destruição levou ao afastamento de quatro policiais civis.

Em 29 de julho de 1992, foi publicação a Lei nº 2.027, do estado do Rio de Janeiro, que dava autorização ao Poder Executivo para transferir as fichas e documentos do extinto DOPS para o APERJ.

A Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS/PB) teve a sua documentação localizada em 1992, sendo o acervo entregue pelo então governador Ronaldo Cunha Lima ao Conselho de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, atual Conselho Estadual de Direitos Humanos¹²⁹.

O acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA), extinto pela Lei n. 5.332, de 30 de dezembro de 1991, foi recolhido ao Arquivo Público do Estado do Maranhão

1995

Os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (DOPS/GO), foram transferidos para a Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1995.

BRASIL. Lei n. 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhecimento do Estado Brasileiro pela sua responsabilidade na morte de pessoas por suas atividades políticas e instituição da Comissão

¹²⁹ Não fica clara a data de recolhimento.

Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos responsável pelo: reconhecimento oficial de pessoas mortas ou desaparecidas em razão das graves violações aos direitos humanos na ditadura para além da lista anexada à Lei; trabalho de localização dos corpos de mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial; emissão de parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que viessem a ser formulados por familiares das vítimas. Reconhecimento do direito à indenização por parte do Estado aos casos de vítimas fatais do regime

1996

O acervo da Delegacia de Ordem Política e Social de Sergipe (DOPS/SE) foi recolhida ao Arquivo do Estado de Sergipe em 1996, apesar de ter sido localizada na Secretaria de Segurança Pública do Estado ainda em 1992.

1997

BRASIL. Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997. Regulamentação da Lei de Arquivos. Dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles. Determinou a criação das Comissões Permanentes de Acesso, responsáveis por analisar os documentos sigilosos sob custódia e impôs às instituições uma justificativa por escrito para uma eventual negativa de autorização de acesso. O Decreto instituiu, ainda, que poderiam ser liberados à consulta pública documentos com informações pessoais, desde que previamente autorizada pelo titular ou por seus herdeiros.

1998

Os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), de acordo com Constituição Mineira de 1989, deveriam ser transferidos para o Arquivo Público Mineiro, mas somente em 1998, após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, o acervo foi recolhido o Arquivo Público Mineiro.

2001

BRASIL. Medida Provisória n. 2.151, de 28 de agosto de 2001 (transformada posteriormente na Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002). Instituição do Regime do Anistiado Político compreendendo uma série de direitos como: a declaração da condição de anistiado político; reparação econômica, de caráter indenizatório; contagem do tempo em que o anistiado político esteve obrigado a se afastar de suas atividades profissionais, vedada a exigência de recolhimento de contribuições previdenciárias; conclusão de curso, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante; e reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos devido à interrupção de atividade profissional por adesão a decisão dos trabalhadores (como adesão à greve). Criação, no âmbito do Ministério da Justiça, da Comissão de Anistia com a função de proceder na avaliação da concessão do status de Anistiado Político e a concessão, ou não, dos direitos garantidos pela Lei, assessorando o ministro da justiça em suas decisões.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 3.744, em 21 de dezembro de 2001. Implementação, no Estado do Rio de Janeiro, de Comissão Especial para tratar da reparação econômica daqueles que devido às atividades políticas durante a ditadura tenham sofrido torturas físicas ou psicológicas dentro de órgãos da administração direta ou indireta do Estado do Rio de Janeiro ou realizadas por agente público dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

2002

BRASIL. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Instituiu prazos maiores para a desclassificação de documentos sigilosos relativos à segurança do Estado e sociedade, com a possibilidade de serem renovados indefinidamente.

BRASIL. Lei n. 10.536, de 14 de agosto de 2002. Estendeu o período dos casos de desaparecimento, de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, para 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988.

2004

BRASIL. Lei n. 10.875, de 1 de junho de 2004. Altera dispositivos da Lei dos desaparecidos políticos, estendendo-a aos que morreram devido à repressão policial em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público ou que cometeram suicídio seja pela iminência de serem presos ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público.

BRASIL. Decreto n. 5.301, de 09 de dezembro de 2004, retoma os prazos anteriores ao Decreto n. 4.553, pertinentes a documentos sigilosos, e a possibilidade de renovação dos prazos (30, 20, 10 e 5 anos).

2005

Os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará (DOPS/CE) foram encaminhados anonimamente ao jornal cearense Diário do Nordeste, em 29 de janeiro de 2005, que os repassou ao Governo do Estado.

2009

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Portaria n. 204, de 13 de maio de 2009. Criou no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, projeto para reunir e difundir documentos e informações produzidos/acumulados sobre a ditadura, bem como para incentivar estudos, pesquisas e reflexões sobre o período.

BRASIL. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, instituído a partir de seis eixos: interação democrática do Estado e da sociedade civil; Desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalização de direito em um contexto de dificuldades sociais e econômicas; Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à violência; Educação e Cultura em Direitos Humanos; Direito à memória e a verdade.

2011

BRASIL. Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI). Regulamenta procedimentos de direito à informação, obrigando a administração pública a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção. Assegurou o acesso a documentos pertinentes à elucidação de violação de direitos humanos, independente do grau de sigilo dos documentos e de documentos que asseguram ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância, mesmo que contenham informações pessoais.

BRASIL. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Criou a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, para examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado no período de 1946 a 1988, visando o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

2012

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 43.597, de 16 de maio de 2012. Regulamenta o procedimento de acesso a informações no âmbito do executivo estadual.

BRASIL. Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamentação da Lei de Acesso à informação.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6.335, de 24 de outubro de 2012. Criação da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro.

2014

Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

2015

Entrega do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro.

Apêndice C – Esquema gráfico: órgãos de polícia política do Rio de Janeiro

1920

Seção de Ordem Social e Segurança Pública [Inspetoria de Investigação e Segurança Pública]

1922

Seção de Ordem Social e Segurança Pública [4ª Delegacia Auxiliar]

1933

DESPS (Delegacia)

Seções

Segurança Pública

Segurança Social, Armas e explosivos

Arquivo

1944

DPS (Divisão) [DFSP]

Delegacias

Segurança Pública

Segurança Social

Seções

Fiscalização de explosivos, armas e munições

Administrativa

Arquivo

1962

DOPS/RJ + DOPS/GB (Delegacia)

1975

DGIE (DOPS/RJ/GB)

Anexo A – Requerimento de Acesso à Informação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº _____/____	
Data: ____/____/____	Folhas: ____
Rubrica: _____	ID: _____

REQUERIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Nº: ____/____

1. REQUERENTE:

Nome completo (pessoa física) / Nome ou razão social (pessoa jurídica):		
Nome do representante legal (obrigatório para pessoa jurídica; anexe documento comprobatório).		
CPF ou CNPJ:	Doc. de identificação nº:	Órgão Exp.:

(Anexe cópia da carteira de identidade do solicitante e do representante legal, quando for o caso)

2. ENDEREÇO:

Endereço Completo (Rua, Avenida, Nº, Complemento)		
Cidade:	Estado: UF	CEP: 99999-999
Telefones (DDD + número):		
E-mail:		

3. ELEMENTOS DE PESQUISA (DADOS PARA LOCALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: DATAS OU PERÍODO, LUGARES, TEMAS, TIPOS DE DOCUMENTOS ETC):

Estou ciente de que a informação poderá ser prestada em até 20 (vinte) dias, cabendo prorrogação por mais 10 (dez) dias, e que deverei retornar para obter os documentos solicitados.

Local e data: _____

Assinatura: _____



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº _____/____	
Data: ____/____/____	Folhas: ____
Rubrica: _____	ID: _____

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

REQUERIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Nº: ____/____

Nome do requerente: _____

Declaro que:

a) Responsabilizo-me integralmente e a qualquer tempo pela adequada utilização das informações a que tiver acesso e estou ciente de que posso vir a ser responsabilizado por danos morais e materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida dessas informações, isentando o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e seus servidores de qualquer responsabilidade a este respeito;

b) Estou ciente da proibição decorrente do art. 5º, X, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem de terceiros, bem como das restrições a que se referem os arts. 4º e 6º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados); a Lei Estadual nº 5.562, de 20 de outubro de 2009 (dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Rio de Janeiro); a Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais); os arts. 138 a 145 do Código Penal; o art. 25, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação Pública), o Decreto Estadual nº 43.597, de 16 de maio de 2012 (regulamenta o acesso a informações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro); o Decreto Estadual nº 44.131, de 21 de março de 2013 (reconhece conjuntos documentais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância), bem como legislação complementar pertinente;

c) Estou ciente da obrigatoriedade de, por ocasião da eventual divulgação das referidas informações, mencionar que os respectivos originais pertencem ao acervo custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ;

d) Estou ciente de que autorizações relativas a direitos autorais e/ou de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitados aos autores ou retratados.

Local e data: _____

Assinatura: _____